

EDIÇÃO ESPECIAL *
ONLINE
+
IMPRESSA
* EDIÇÃO ESPECIAL

REVISTA RES PUBLICA

REVISTA DE ENSAIOS POLÍTICOS

www.revistarespublica.com

no.04 // novembro 2023

**PARTIDO
SOCIALISTA**
ANOS

REVISTA RES PUBLICA

REVISTA DE ENSAIOS POLÍTICOS

FUNDAÇÃO RES PUBLICA
Avenida da República, n.º34 – 8º andar
1050-193 Lisboa

www.fundacaorespublica.pt
geral@fundacaorespublica.pt

+351 217 931 648

FUNDAÇÃO RES PUBLICA
A Fundação Res Publica é uma
instituição dedicada ao pensamento
político e às políticas públicas. À luz dos
seus estatutos, inspira-se nos valores e
princípios da liberdade, da igualdade, da
justiça, da fraternidade, da dignidade e
dos direitos humanos.

fundacaorespublica.pt

Editorial

- 3** O PARTIDO SOCIALISTA A MEIO DO PRIMEIRO SÉCULO
Pedro Silva Pereira
- 13** PORTUGAL AMORDAÇADO (Excerto)
Mário Soares
- 16** “OS NOVOS FENÓMENOS DE POPULISMO PÕEM EM CAUSA OS VALORES ESSENCIAIS DA DEMOCRACIA POLÍTICA”
Alberto Arons de Carvalho
- 22** “EM TODOS OS MOMENTOS DECISIVOS, A CONTRIBUIÇÃO DO PS FOI SEMPRE DETERMINANTE”
António Costa
- 28** “MÁRIO SOARES TINHA RAZÃO E EU NÃO”
Augusto Santos Silva
- 34** “A HISTÓRIA DO PS CONFUNDE-SE COM A HISTÓRIA DO PORTUGAL DEMOCRÁTICO”
Edite Estrela
- 40** “A PARTIR DE 1980 SER DO PS ERA A FORMA MAIS RADICAL DE SER DEMOCRATA”
Eduardo Ferro Rodrigues
- 44** “QUANDO TIVE DE ESCOLHER, ACABOU POR SER INEVITÁVEL A ESCOLHA NO PS”
Jamila Madeira
- 50** “O PS FOI SEMPRE UM PONTO DE EQUILÍBRIO À ESQUERDA E CONTINUA A SER”
João Soares
- 56** “PORTUGAL É A GRANDE PROVA DE QUE O SOCIALISMO DEMOCRÁTICO É A IDEOLOGIA DO PRESENTE E DO FUTURO”
Luísa Salgueiro
- 62** “O GOVERNO DO PS A SEGUIR À TROIKA FOI UMA CONTRIBUIÇÃO ENORME PARA A DEMOCRACIA”
Margarida Marques
- 68** “HÁ UM VALOR INTRÍNSECO EM PODER ACOMPANHAR UM PARTIDO SENDO INDEPENDENTE”
Marta Temido
- 74** “PERANTE ESTE MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO, A IDEIA DO SOCIALISMO É MAIS ATUAL DO QUE NUNCA”
Miguel Costa Matos
- 82** “É NO PS QUE SE CONSTROEM POLÍTICAS QUE DÃO RESPOSTA AO MAIOR NÚMERO DE PESSOAS, DE FORMA MAIS EFICAZ E COM COERÊNCIA”
Pedro Delgado Alves

ESTATUTO EDITORIAL

1.
A *Revista Res Publica Revista de Ensaios Políticos* é propriedade da Fundação Res Publica e insere-se nos seus objetivos de debate e reflexão política.
2.
A revista é aberta a colaborações que se insiram na sua linha editorial e possam contribuir para o aprofundamento do pensamento da esquerda de inspiração socialista, social-democrata e progressista.
3.
A escolha e seleção das contribuições publicadas é da responsabilidade da direção da revista que contará com a colaboração do conselho editorial.
4.
A *Revista Res Publica Revista de Ensaios Políticos* é de edição quadrimestral e de acesso aberto não implicando esse acesso qualquer contrapartida monetária.
5.
A *Revista Res Publica Revista de Ensaios Políticos* contará, no entanto, com um espaço para diálogo com os seus leitores que para tal efeito se queiram registar.

Impressão
Gráfica Maiadouro, S.A.

Tiragem
750 exemplares

Depósito Legal
523201/23

DIRETOR
Pedro Silva Pereira

COORDENADOR EDITORIAL
José António Vieira da Silva

PROJETO GRÁFICO E PAGINAÇÃO
Filipe Pinto

ENTREVISTAS E EDIÇÃO
Catarina Duarte

FOTOGRAFIAS
Miguel Partidário
José António Rodrigues
Fundação Mário Soares e Maria Barroso (fotos históricas)

SECRETARIADO
Helena Botelho
Inês Fonseca
Miguel Partidário

—

NOTA EDITORIAL

Por este ano se assinalarem os 50 anos da fundação do Partido Socialista, a Fundação Res Publica decidiu dedicar esta edição da revista exclusivamente a esta efeméride. Tratando-se de uma data que comporta um passado de meio século é “um passado com futuro”, como tão bem descreve o slogan escolhido pelo PS para as celebrações oficiais dos 50 anos do partido. Daí a opção por dar a palavra nestas páginas àqueles que viveram e participaram nos acontecimentos mais marcantes e determinantes deste caminho coletivo e que continuam hoje a dar o seu contributo para a construção do futuro.

Foram escolhidas pela Fundação Res Publica 12 personalidades socialistas de diferentes gerações para contarem as histórias que as ligam ao Partido Socialista e darem a sua visão sobre os desafios que se colocam ao partido e ao socialismo democrático ou social-democracia. Por coerência do registo que se pretende deixar com esta edição histórica da revista, optou-se por colocar as mesmas questões a todos os entrevistados, com algumas pequenas adaptações.

As entrevistas aqui transcritas reproduzem fielmente as palavras dos entrevistados, com a natural edição exigida por limites de espaço e paginação, ainda que se tenha procurado respeitar a totalidade dos depoimentos.

Por se tratar de uma edição especial é uma publicação impressa, que está também disponível em formato digital em www.revistarespublica.com

AGRADECIMENTOS

Aos entrevistados, por terem aceitado o convite e pela disponibilidade em partilharem os seus testemunhos.

Ao fotógrafo José António Rodrigues e à Fundação Mário Soares e Maria Barroso, pela ajuda na pesquisa e cedência de fotografias.

EDITORIAL

O Partido Socialista a meio do primeiro século

Pedro Silva Pereira



PEDRO SILVA PEREIRA
Presidente da Fundação
Res Publica e Vice-Presidente
do Parlamento Europeu

1. A identidade política do Partido Socialista

A decisão de fundar o Partido Socialista (PS), proposta por Mário Soares, não foi pacífica nem mesmo entre os fundadores do PS. O tema motivou acaloradas discussões na reunião clandestina da Ação Socialista Portuguesa (ASP), que teve lugar nas instalações da Fundação Friedrich Ebert, em Bad Münstereifel, na Alemanha, entre 17 e 19 de abril de 1973. Ao impulso voluntarista dos socialistas no exílio, contrapunha-se o compreensível apelo à prudência por parte dos residentes em Portugal, mais expostos à vigilância e à perseguição pela ditadura do Estado Novo.

Vários argumentos marcaram esse debate, mas um terá contribuído de forma especial para fazer a diferença: a transformação da ASP em verdadeiro partido político seria da maior importância para consolidar o reconhecimento internacional da oposição socialista portuguesa e constituiria a única forma de honrar o pressuposto político da adesão da ASP à Internacional Socialista, obtida em 1972, no XII Congresso daquela organização, em Viena. Isso mesmo é destacado pela historiadora Susana Martins:

“... à criação do partido vem associada uma imagem de renovação ideológico-programática e de uma maior combatividade política antifascista e anticolonialista. Mas o móbil principal parece ser a necessidade de consolidar a posição dos socialistas portugueses no teatro internacional. Acima de tudo na Internacional Socialista, organização onde haviam sido aceites como membros de pleno direito em 1972 no pressuposto da sua partidarização num futuro próximo”¹.

1 Susana Martins, «A fundação do Partido Socialista em 1973», in *O Partido Socialista e a Democracia*, Vitalino Canas (Org.), CELTA Editora, Oeiras, 2005, pág. 38.

“O PS nunca teve dúvidas nem sobre os seus princípios e valores fundamentais, nem sobre o seu posicionamento nos grandes confrontos da história das ideias políticas ou sobre o seu lugar na tradição da esquerda democrática europeia.”

No mesmo sentido, o historiador António Reis faz notar:

“... no plano externo, a criação do partido reforçaria a sua legitimidade aos olhos da Internacional Socialista, onde a ASP fora admitida, em junho de 1972, como membro de pleno direito, é certo, mas após árduo trabalho diplomático de Soares, Tito de Morais e Ramos da Costa, e mais por simpatia pelas difíceis condições de luta que tinha de enfrentar do que por reconhecimento do efetivo preenchimento dos requisitos organizativos mínimos”².

O próprio Mário Soares invocou expressamente o argumento internacional na discussão de Bad Münstereifel, sustentando que:

“Apenas assim consolidariam de forma decisiva o espaço político do grupo internamente e obteriam uma maior credibilidade externa, em especial aos olhos da Internacional Socialista”³.

Este debate deve ser hoje valorizado porque, longe de ser uma mera curiosidade histórica, ele constitui uma clara e eloquente demonstração de como o Partido Socialista, logo desde o momento da sua fundação, teve consciência de que a sua identidade político-ideológica implicava a sua plena inserção na família política do socialismo democrático, da social-democracia e do trabalhismo. De facto, o PS nunca teve dúvidas nem sobre os seus princípios e valores fundamentais, nem sobre o seu posicionamento nos grandes confrontos da história das ideias políticas ou sobre o seu lugar na tradição da esquerda democrática europeia.

A esta luz, compreende-se bem a célebre fórmula que sintetizou a identidade política do Partido Socialista: a ideia do “socialismo em liberdade”, conceito constante logo da primeira Declaração de Princípios do PS e enunciado pelo próprio Mário Soares, em 1972, no seu livro “Portugal Amordaçado - Depoimento sobre os Anos do Fascismo”⁴. Escreveu então Mário Soares:

“... sou pelo socialismo em liberdade ou, para empregar uma expressão que suscitou tantas esperanças, pelo socialismo de rosto humano”.

A ideia de “socialismo em liberdade” resumia, de modo exemplar, dois traços identitários essenciais do PS, tidos como duas faces inseparáveis da mesma moeda.

2 António Reis, «O Partido Socialista na revolução», in *O Partido Socialista e a Democracia*, cit., pág. 52.

3 Neste sentido, Susana Martins, cit., pág. 37.

4 Originalmente publicado em França, em 1972, sob o título “Portugal baillonné – un témoignage”.

De um lado, a clara ambição de transformação social orientada para a construção de uma sociedade mais justa, o que implicava um Estado Social forte, capaz de defender os direitos dos trabalhadores, garantir a proteção social, assegurar a prestação dos serviços públicos e combater a pobreza e as desigualdades, incluindo através da redistribuição da riqueza por via da progressividade do sistema fiscal.

Do outro lado, o compromisso com a liberdade, que traduzia a inserção do Partido Socialista na melhor tradição do liberalismo político (não confundir com o liberalismo económico, e muito menos com o neoliberalismo), preconizando um poder político legitimado pelo consentimento dos governados e rigorosamente limitado pela Constituição, ou seja, pelos direitos fundamentais e pela separação de poderes, no quadro de um verdadeiro Estado de Direito democrático.

As vicissitudes tumultuosas do processo revolucionário português - especialmente entre o 25 de abril e o 25 de novembro, mas, em bom rigor, até ao fim da chamada “transição democrática”, apenas consumada com a extinção do Conselho da Revolução, na revisão constitucional de 1982 - conferiram a esta segunda dimensão da identidade do PS uma especial notoriedade nos primeiros anos de vida do Partido Socialista, já que coube ao PS, sob a liderança de Mário Soares, assumir um especial e corajoso protagonismo político na oposição às tentações totalitárias que se fizeram sentir nas fases mais quentes do processo revolucionário.

Esse combate, decisivo para a estruturação da democracia portuguesa, tornou evidente para todos – não só em Portugal, mas também no estrangeiro - que os socialistas portugueses, que tanto se tinham batido pela liberdade antes da revolução, se opunham também depois dela, com igual determinação, a qualquer deriva totalitária ou pretensão de transformação social por via revolucionária. Pelo contrário, à boa maneira do reformismo social-democrata, o PS preconizava um movimento permanente de reformas para a gradual construção da justiça social, assente em processos de diálogo social e negociação coletiva, e sempre no quadro do pluralismo político-parlamentar e de um escrupuloso e integral respeito pelo Estado de Direito, pelos direitos fundamentais e pela liberdade – tudo em coerência com a linha característica da família política europeia em que o Partido Socialista já nessa altura se inseria.

Destes importantes combates políticos, em que se foi forjando e consolidando a identidade do Partido Socialista, acabaria por resultar, com absoluta naturalidade, um outro traço identitário muito forte do PS: a sua dimensão marcadamente europeísta.

Na verdade, o reconhecimento internacional do PS, em especial no seio da Internacional Socialista e da família socialista europeia – conseguido, sobretudo, graças ao prestígio, à persistência e à habilidade política de Mário Soares – materializou-se desde cedo em importantes sinais de apoio e solidariedade do movimento social-democrata europeu ao combate dos socialistas portugueses, de que o momento mais marcante foi, sem dúvida, o encontro do Porto, em

“O PS afirmou-se sempre como grande Partido europeísta, contribuindo ativamente para o desenvolvimento do projeto europeu e deixando a sua marca bem visível em múltiplos momentos marcantes do processo de construção europeia”.

“O PS nunca deixou de participar nos debates que foram fazendo evoluir a sua família política e ele próprio evoluiu com o tempo e com a reflexão que foi fazendo quanto à melhor forma de responder aos novos desafios e às novas configurações da questão social.”

Março de 1976, do Comité de Amizade e Solidariedade com a Democracia em Portugal, da Internacional Socialista, que permitiu a Mário Soares surgir num gigantesco comício lado a lado com os grandes líderes socialistas europeus, como Willy Brandt, Olof Palme, François Mitterrand, Bruno Kreisky e Filipe Gonzalez, entre outros, sob o célebre slogan: “A Europa Connosco”.

Com o impulso de Mário Soares, que via na adesão europeia também uma forma de reforçar o carácter irreversível das conquistas democráticas alcançadas em Portugal, coube ao PS liderar o processo de integração europeia do nosso País, cuja adesão o próprio Soares requereu e, mais tarde, solenemente subscreveu, numa cerimónia memorável no Mosteiro dos Jerónimos.

Deste modo, o PS afirmou-se sempre como grande Partido europeísta, contribuindo ativamente para o desenvolvimento do projeto europeu e deixando a sua marca bem visível em múltiplos momentos marcantes do processo de construção europeia, como sucedeu com a Estratégia de Lisboa e com o próprio Tratado de Lisboa, hoje em vigor.

Em suma: pertença à família do socialismo, da social-democracia e do trabalhismo, com plena integração na plataforma política da esquerda democrática europeia; defesa da ideia de “socialismo em liberdade”, enquanto ambição, progressiva e progressista, de construção, num quadro democrático, de uma sociedade mais justa, assente na defesa dos direitos dos trabalhadores e no combate à pobreza e às desigualdades; e europeísmo, ao serviço da paz, da democracia, da prosperidade, do desenvolvimento sustentável e da regulação da globalização, num quadro multilateral - eis os três eixos fundamentais em torno dos quais se estrutura a identidade política do PS e que depois se desenvolvem e desdobram em múltiplas declinações.

2. PS: 50 anos de evolução e coerência

Naturalmente, o PS nunca deixou de participar nos debates que foram fazendo evoluir a sua família política e ele próprio evoluiu com o tempo e com a reflexão que foi fazendo quanto à melhor forma de responder aos novos desafios e às novas configurações da questão social. Procedeu, quando foi caso disso, à revisão da sua Declaração de Princípios e do seu Programa; redefiniu as suas orientações nas moções de estratégia que foi aprovando nos sucessivos Congressos e atualizou as suas propostas políticas, à medida dos circunstancialismos históricos, nos programas eleitorais que, a cada eleição, submeteu ao voto dos eleitores.

Em cinquenta anos, houve certamente mudanças importantes. Da notória inspiração marxista que pontuava ainda algumas das suas propostas económicas nos anos 70 do século passado, onde se fazia ênfase no planeamento da economia e na coletivização de importantes meios de produção, ou da retórica esquerdista revolucionária que, pela mesma altura, pretendia uma demarcação não apenas da experiência do comunismo soviético, mas também

de certas experiências social-democratas tidas por excessivamente conformadas com o sistema capitalista, o PS evoluiu para uma clara defesa de um modelo de economia social de mercado, em que o Estado é chamado não apenas às funções de soberania, à regulação económica e ao suprimento das falhas de mercado, mas também, na condição de Estado Social, à promoção da proteção social, à prestação de serviços públicos, à realização dos direitos económicos, sociais e culturais, à defesa dos direitos dos trabalhadores e, em geral, ao combate à pobreza e às desigualdades.

Como já tem sido sublinhado, a operação de descolagem dos velhos enunciados económicos tributários da inspiração marxista que, na história da família social-democrata europeia, teve o seu momento mais representativo em 1959, com a adoção do programa de Bad Godesberg do partido social-democrata alemão (SPD), encontra em Portugal expressão de certa forma equivalente na revisão da Declaração de Princípios e do Programa original do PS operada em 1986, no Congresso que conduziu Victor Constâncio à liderança⁵, documentos em que se modernizou a visão do Partido Socialista sobre o papel do Estado na economia e se colocou o PS em condições de ser um participante ativo – e decisivo – das alterações estruturais operadas no regime económico português pela revisão constitucional de 1989⁶.

A evolução programática do Partido Socialista, todavia, não se fez apenas de mera revisão dos seus enunciados económicos iniciais, fez-se também do alargamento do leque das suas propostas e da aquisição de novas bandeiras políticas, que colocaram o PS na dianteira de importantes lutas políticas e sociais para a modernização da sociedade portuguesa. Três exemplos sugestivos bastam para ilustrar o que está em causa.

Em primeiro lugar, o notório acréscimo de centralidade das preocupações ambientais e, mais tarde, da agenda de combate às alterações climáticas, que levou o Partido Socialista a promover, primeiro, um investimento sem precedentes no abastecimento de água, no saneamento básico, no tratamento

"A evolução programática do Partido Socialista [...] fez-se também do alargamento do leque das suas propostas e da aquisição de novas bandeiras políticas, que colocaram o PS na dianteira de importantes lutas políticas e sociais para a modernização da sociedade portuguesa."

5 Neste sentido, Fernando Pereira Marques, «O Socialismo e o PS – Passado, Presente e Futuro», in *O Socialismo e o PS em Portugal*, Fernando Pereira Marques (Coord.), Âncora Editora, 2017, pág. 29.

6 Em boa verdade, a evolução do modelo económico proposto pelo Partido Socialista começou a desenhar-se logo no texto compromissório de Mário Soares que serviu de introdução à primeira Declaração de Princípios e ao Programa original do PS adotados em agosto e publicados em setembro de 1973, prolongando-se em 1977 no Primeiro Governo Constitucional, liderado por Mário Soares, com iniciativas importantes (como a Lei de Delimitação dos Setores e a Lei de Bases da Reforma Agrária, por exemplo) para moderar os ímpetus revolucionários e edificar, progressivamente, um modelo de economia mista. O documento “Dez anos para Mudar Portugal – Proposta PS para os Anos 80”, de 1979, elaborado pelo Gabinete de Estudos dirigido então por António Guterres, representou também um momento marcante no processo de modernização programática do PS. V. Ângela Montalvão Machado, «A evolução ideológico-programática do Partido Socialista (1973-1986)», in *O Socialismo e o PS em Portugal*, cit., págs. 227-231.

"A prova de que a evolução política do Partido Socialista se fez sempre em coerência com os seus valores e princípios fundamentais foi dada também, de forma eloquente, com a alteração histórica da política de alianças do PS [...] que ficaria conhecida por "Geringonça"."

de águas residuais, no encerramento das lixeiras a céu aberto, na defesa da biodiversidade e da Rede Natura, na qualificação das cidades e do ambiente urbano e, depois, a assumir uma liderança verdadeiramente histórica com a sua aposta nas energias renováveis, complementada com iniciativas inovadoras para a eficiência energética e a mobilidade elétrica e sustentável, antecipando-se em vários anos ao reconhecimento generalizado da prioridade à descarbonização da economia, num quadro de imperiosa transição energética.

Em segundo lugar, o reforço da agenda política da igualdade de género, que se somou às reivindicações iniciais mais elementares sobre a problemática dos direitos das mulheres nas relações familiares (incluindo o direito ao divórcio), na vida sexual (incluindo o direito à contraceção e ao planeamento familiar) e no mercado de trabalho. O direito ao aborto (consagrado na sequência de um referendo promovido e politicamente liderado pelo PS, com a sua campanha por um "sim responsável"), a conciliação entre a vida profissional e familiar, a partilha de responsabilidades parentais, o combate à discriminação salarial entre homens e mulheres, as quotas de género na representação política, na administração pública e na direção de empresas e o combate à violência doméstica e de género – todos estes temas se tornaram parte integrante e fundamental do programa político do Partido Socialista.

Em terceiro lugar, as iniciativas de política legislativa ditas culturalmente "fraturantes", mas que verdadeiramente traduziram ou fizeram emergir novos consensos civilizacionais alargados na sociedade portuguesa, como foi o caso da descriminalização da droga, em que os consumidores deixaram de ser considerados como criminosos para passarem a ser tratados como toxicodependentes; do reconhecimento das uniões de facto; da consagração do direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo ou, mais recentemente, da despenalização da morte medicamente assistida – tudo iniciativas adotadas por impulso decisivo do Partido Socialista.

Esta ampliação das propostas políticas do Partido Socialista não decorreu, de forma alguma, de qualquer subversão dos seus postulados identitários fundamentais, antes resultou da evolução do seu pensamento sobre as concretas implicações dos seus princípios e valores de sempre face aos desafios colocados pela realidade de uma sociedade em mudança.

A prova de que a evolução política do Partido Socialista se fez sempre em coerência com os seus valores e princípios fundamentais foi dada também, de forma eloquente, com a alteração histórica da política de alianças do PS, operada em 2015, sob a liderança de António Costa, com a celebração de acordos de incidência parlamentar à esquerda – na solução governativa que ficaria conhecida por "Geringonça". Com efeito, mesmo na contingência de negociar compromissos políticos com os parceiros à sua esquerda, de modo a viabilizar um governo minoritário estável do PS, capaz de "virar a página da austeridade" e garantir a devolução de rendimentos, o Partido Socialista fez questão de salvaguardar sempre o essencial do seu programa e das suas propostas

eleitorais, com especial destaque para a sua fidelidade ao projeto europeu e para a sua responsabilidade em assegurar uma gestão financeira de contas certas.

Evolução e coerência são, pois, duas palavras-chave para entender a história do PS ao longo dos seus primeiros 50 anos.

3. A marca do PS nas grandes reformas que mudaram Portugal nos primeiros 50 anos da democracia

A história da democracia portuguesa, nestes 50 anos, confirma, de forma clara, a condição do Partido Socialista como o grande partido do reformismo progressista.

Na verdade, a história do Portugal democrático regista que foi o Partido Socialista que criou o Serviço Nacional de Saúde e generalizou a Rede de Cuidados Continuados e as Unidades de Saúde Familiar, a ele se devendo, também, quase todos os principais desenvolvimentos operados no Estado Social, seja com a reforma e reforço da sustentabilidade da segurança social pública, seja com o alargamento das prestações sociais e familiares, a expansão da rede de equipamentos sociais, as políticas de acolhimento e integração de refugiados e imigrantes, ou as medidas de combate à pobreza e às desigualdades, com destaque para a criação do rendimento mínimo garantido (hoje rendimento social de inserção) e do complemento solidário para idosos. É também ao Partido Socialista que se devem alguns dos acordos de concertação social mais significativos no Portugal democrático, como aqueles que permitiram programar importantes aumentos do salário mínimo, ou o recente acordo de médio prazo para o aumento dos rendimentos e, ainda, o também recente primeiro acordo plurianual para o aumento dos salários na função pública.

De igual modo, depois de se ter envolvido, de alma e coração, no combate ao terrível analfabetismo herdado do Estado Novo, o Partido Socialista fez sua, desde cedo, a paixão pela Educação e investiu como nenhum outro na qualificação da escola pública, na difusão do pré-escolar, na reforma do ensino básico e na promoção da escolaridade obrigatória até ao 12º ano, de que resultaram progressos impressionantes no combate ao abandono e ao insucesso escolar; tal como lançou as mais ambiciosas iniciativas de difusão da formação profissional, como o programa Novas Oportunidades, e promoveu a democratização do acesso ao ensino superior, complementada com uma aposta estratégica no investimento em Ciência e na qualificação do sistema científico e tecnológico nacional, sob a liderança notável de Mariano Gago, em sucessivos governos socialistas.

Para onde quer que se olhe, são bem visíveis as marcas do PS na evolução que fez Portugal nos últimos 50 anos: da descolonização, à liberdade sindical; da adesão europeia, à entrada para o Euro; do fim do Serviço Militar Obrigatório, ao reconhecimento das uniões de facto; das infraestruturas no interior, à conclusão da barragem do Alqueva e à rede de equipamentos culturais; das energias renováveis, ao Plano Tecnológico e ao investimento nas novas

"A história do Portugal democrático regista que foi o Partido Socialista que criou o Serviço Nacional de Saúde e generalizou a Rede de Cuidados Continuados e as Unidades de Saúde Familiar, a ele se devendo, também, quase todos os principais desenvolvimentos operados no Estado Social".

“Não é exagerado dizer que os maiores progressos alcançados pela sociedade portuguesa nestes 50 anos de democracia têm a marca do reformismo progressista do PS.”

tecnologias; do Simplex e da desmaterialização de processos e procedimentos, ao reforço da autonomia regional e ao aprofundamento da descentralização; da despenalização da interrupção voluntária da gravidez e do combate ao aborto clandestino, às quotas de género na representação política; da descriminalização da droga, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Também em matéria de qualificação da democracia portuguesa, o Partido Socialista – que tanto se empenhou na sua construção, em defesa da liberdade, do pluralismo e do reforço da componente parlamentar do sistema de governo - tomou a liderança das iniciativas mais inovadoras, seja com a introdução das quotas de género muito antes de elas se terem tornado obrigatórias ou com o estabelecimento de limites à renovação de mandatos executivos, seja lançando amplos movimentos de abertura do Partido à participação da sociedade civil, como sucedeu com os Estados Gerais e com as Novas Fronteiras, seja ainda estabelecendo mecanismos de participação eleitoral dos militantes e simpatizantes nas grandes escolhas sobre a liderança que o Partido Socialista oferece ao País.

Não é exagerado dizer que os maiores progressos alcançados pela sociedade portuguesa nestes 50 anos de democracia têm a marca do reformismo progressista do PS.

4. PS: os próximos 50 anos

Os desafios do futuro com que o PS e a social-democracia europeia estão confrontados são muitos, e boa parte deles estão já bem à vista de todos. Desde logo, o crescimento da extrema-direita e do nacionalismo populista, frequentemente xenófobo e eurocético, mostra como as conquistas democráticas pelas quais tanto se bateu o PS, e que muitos julgavam adquiridas, podem ser colocadas sob ameaça, beneficiando da exploração de toda a espécie de descontentamentos e inseguranças, bem como do terreno favorável para a circulação de ilusões simplistas e “fake-news” proporcionado pelas redes sociais e pela demissão de responsabilidades por parte de certa comunicação social, antes tida como “de referência”.

Por outro lado, a emergência climática, os bloqueios persistentes ao desenvolvimento sustentável e os desafios das transições energética e digital, com todas as suas imensas implicações no mercado de trabalho e nas qualificações exigidas aos trabalhadores, exigem respostas políticas novas. O mesmo se diga dos problemas da pobreza e do custo de vida, que continuam a atingir muitas famílias, ou dos sentimentos de insegurança dos jovens afetados pela precariedade laboral e pelas dificuldades no acesso à habitação, que adiam e limitam os processos de emancipação e desenvolvimento da vida familiar – é para a vida concreta das pessoas que o Partido Socialista tem de continuar a encontrar respostas.

Quanto ao projeto europeu, tão essencial na visão que o PS tem de si próprio, em questões tão centrais como as migrações, a política de coesão ou as regras de governação económica, depara-se, ainda e sempre, com o confronto decisivo entre o egoísmo nacional e a solidariedade – e nesse combate, absolutamente vital para o futuro da União Europeia, o PS não pode ter dúvidas, nem hesitações.

Do mesmo modo, a evolução da globalização, o insuportável agravamento das desigualdades a benefício de multinacionais cada vez mais gigantescas, protegidas pelos paraísos fiscais e pela fragilidade dos sistemas de controlo estatal, e os enormes desafios geopolíticos de um Mundo com insegurança a mais e multilateralismo a menos, colocam o Partido Socialista, como todo o movimento do socialismo democrático, da social-democracia e do trabalhismo, perante a necessidade de encontrar respostas à altura das circunstâncias.

O futuro do PS está, como sempre esteve, nas mãos dos seus militantes. A sua tarefa fundamental consiste em dar resposta aos anseios do povo que pretende servir e representar. Mas, como em qualquer construção, a construção do futuro do PS depende, antes de mais, da solidez dos seus alicerces, ou seja, da fidelidade aos valores e aos princípios que estruturam a sua identidade político-ideológica – e que nenhuma aliança ou compromisso de circunstância deve diluir. Só assim o Partido Socialista poderá ser nos próximos 50 anos aquilo que foi nos primeiros 50: o grande partido da esquerda democrática e do reformismo progressista, ao serviço da democracia, da liberdade e da justiça social. •

“A construção do futuro do PS depende, antes de mais, da solidez dos seus alicerces, ou seja, da fidelidade aos valores e aos princípios que estruturam a sua identidade político-ideológica.”

Bibliografia

MACHADO, Ângela Montalvão, «A evolução ideológico-programática do Partido Socialista (1973-1986)», in *O Socialismo e o PS em Portugal*, Vitalino Canas (Org.), Celta Editora, Oeiras, 2005.

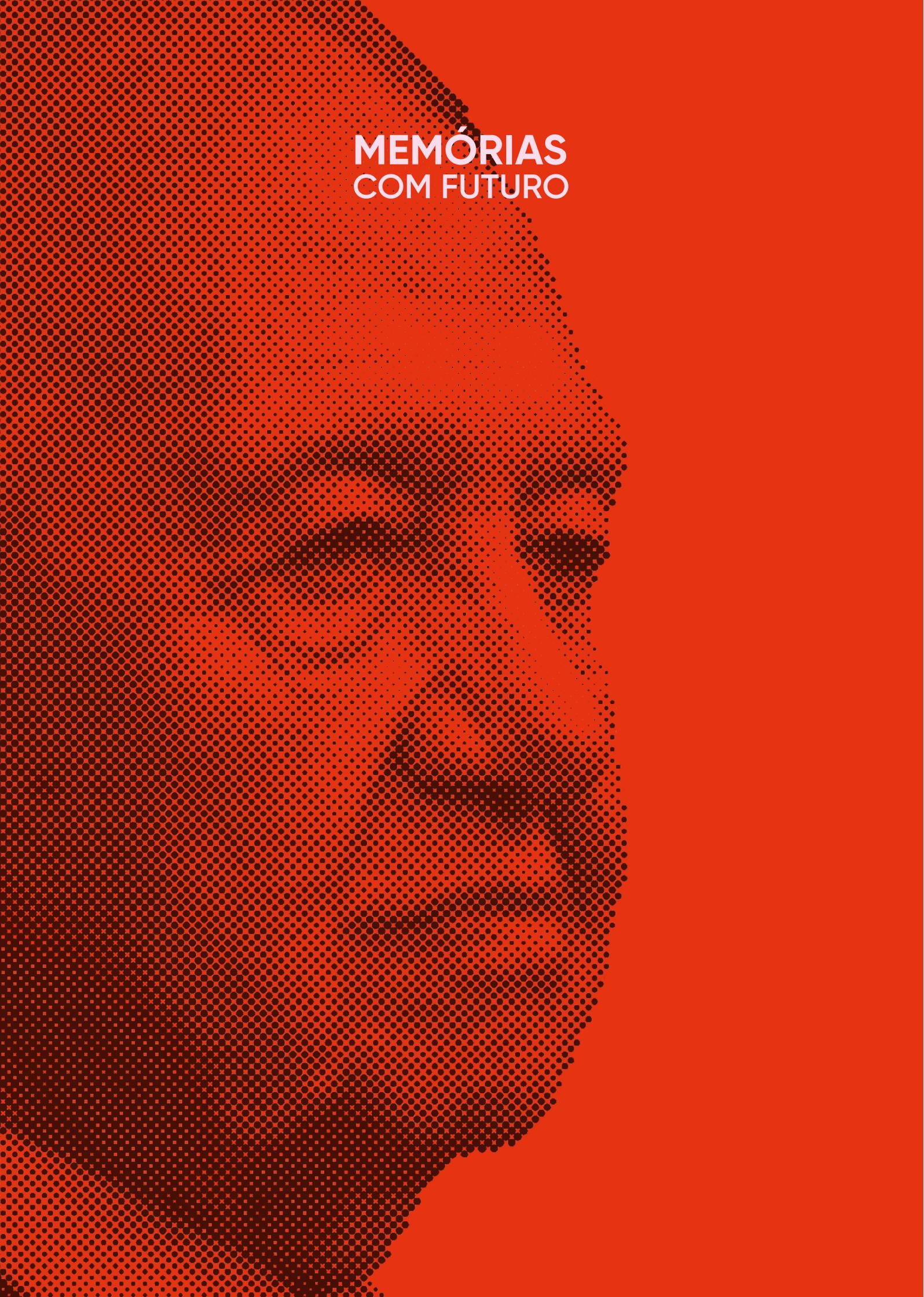
MARQUES, Fernando Pereira, «O Socialismo e o PS – Passado, Presente e Futuro», in *O Socialismo e o PS em Portugal*, Fernando Pereira Marques (Coord.), Âncora Editora, 2017.

MARTINS, Susana, «A fundação do Partido Socialista em 1973», in *O Partido Socialista e a Democracia*, Vitalino Canas (Org.), CELTA Editora, Oeiras, 2005.

REIS, António, «O Partido Socialista na revolução», in *O Partido Socialista e a Democracia*, Vitalino Canas (Org.), CELTA Editora, Oeiras, 2005.

SOARES, Mário, *Portugal Amordaçado – Depoimento sobre os Anos do Fascismo*, Editora Arcádia, 1974.

MEMÓRIAS COM FUTURO



Portugal Amordaçado

(Excerto)

Mário Soares

“ Creio que o homem poderá libertar-se da miséria e do medo do futuro, sem sacrifício da liberdade. Por isso sou pelo *socialismo em liberdade* ou para empregar uma expressão que suscitou tantas esperanças pelo *socialismo de rosto humano*.

Relativamente à situação de Portugal, creio que o País só pode resolver os seus problemas básicos com recurso ao socialismo. A miséria do Povo, a ignorância, a fome, a doença, a insegurança – que são flagelos que ao longo dos tempos o têm diminuído – só podem resolver-se pela planificação socialista da economia e pelo aproveitamento racional dos recursos do País, ao serviço da colectividade.

Não é uma tarefa fácil! Porém, não é pela supressão da liberdade, nem pelo esmagamento dos direitos humanos que se conseguirá chegar

lá. Pelo contrário é preciso que o Povo Português tome nas mãos o seu destino – e que seja ele a inventar e construir, livremente o seu futuro: nos campos e nas fábricas, nos sindicatos e nas regiões, participando no aparelho de Estado (e controlando-o a todos os níveis), dirigindo os municípios, entrando na universidade!

Os teóricos do Estado Novo defendem que ainda não estão criadas as condições para a liberdade e fazem disso um axioma com que justificam o prolongamento indefinido da ditadura. A sua longa doutrinação fez escola – mesmo entre muita gente que se preza de «liberal».

Marcello Caetano diria no seu primeiro discurso ao país como Presidente do Conselho: «Em tal situação de emergência há que continuar a pedir sacrifícios a todos, inclusivamente nalgumas liberdades que se desejaría ver restauradas».

“Creio que o homem poderá libertar-se da miséria e do medo do futuro, sem sacrifício da liberdade. Por isso sou pelo socialismo em liberdade ou para empregar uma expressão que suscitou tantas esperanças pelo socialismo de rosto humano”.

Sabemos agora onde conduziu esse «canto de sereia»: à perpetuação da ditadura.

Não! Creio que o Povo Português tem dado sobejas provas ao longo da sua História multi-secular de ser *maior mental!* Não lhe é imputável nenhuma tara específica que o impeça de gozar as liberdades e direitos comuns a tantos outros Povos. De resto, a liberdade não é incompatível com ordem e com a paz pública – necessárias ao progresso. Mas a ordem que se apoia no esmagamento dos direitos humanos e na falta de liberdades é como a ordem dos cemitérios, representa a outra face da morte! A decadência da Pátria começou com o absolutismo e com a inquisição – no século XVI. Precisamente: começou com a perda da liberdade. Penso firmemente que só a liberdade e o socialismo – indissolavelmente unidos – o poderão resgatar.

[....]

Temos que nos libertar do ciclo infernal da miséria, do medo e da opressão, em que tão longamente nos deixamos confinar. Não se trata apenas do imperativo moral categórico – de um ato de inteligência ou de uma imposição intelectual. Trata-se de uma exigência patriótica de salvação colectiva de que importa assumamos a consciência plena.

Às sugestões da comodidade, do egoísmo ou do interesse – individual, familiar ou profissional – que apontam para a renúncia ou para ou para o alheamento, com o pretexto que tudo está perdido e nada já é possível fazer, há que opor um esforço pertinaz de inserção na realidade e a vontade decisiva de vencer – na certeza que só é vencido quem desiste de lutar.”

Excerto do livro *Portugal Amordaçado*, de Mário Soares, de 1972. Foi utilizada nesta transcrição a edição portuguesa de 1974.



**“Os novos fenómenos
de populismo põem em
causa os valores essenciais
da democracia política”**

Alberto Arons de Carvalho



Porquê o Partido Socialista?

Eu era de uma família antifascista, o meu pai tinha sido militante clandestino do Partido Comunista e depois exilado político, a minha mãe refugiada judia da Alemanha nazi, portanto tinha antecedentes familiares claramente antifascistas e tive toda a perceção da injustiça do regime. Apesar de eu ser claramente contra regime, não apoiava e não gostava das opções ideológicas do Partido Comunista e, portanto, alinhei com o Partido Socialista, simpatizei com o Partido Socialista. Os meus pais conheciam a família de Mário Soares, eu fui colega e escola do João Soares e do Eduardo Ferro Rodrigues... enfim, havia ali uma série de razões que me levaram a optar pelo Partido Socialista, dentro do princípio geral de que era a favor de uma democracia política e queria conciliar a democracia política com preocupações sociais, com preocupações de desenvolvimento económico, com a tentativa de haver a maior igualdade possível entre os cidadãos no acesso a direitos sociais e económicos, etc. Este tipo de opções levou-me a optar pelo socialismo democrático.

Conte-nos como foi a sua adesão ao PS. Quando e em que circunstâncias?

Em minha casa tínhamos o hábito de ouvir à noite a BBC em português e também às vezes a Rádio Voz da Liberdade de Argel. Ouvíamos a leitura de notícias e da imprensa, o que é que a imprensa britânica dizia sobre Portugal, o que era uma forma de ultrapassar a censura. Recordo-me de uma vez, no final de 1968 ou princípio de 69, ouvir a leitura de um artigo do Financial Times em que se dizia que Mário Soares, que tinha regressado do exílio em São Tomé nessa altura, estava a aproximar-se de Marcelo Caetano. Fiquei indignado porque não era essa a versão que eu tinha e a informação que nós tínhamos e na minha ingenuidade resolvi escrever uma carta ao Financial Times a desmentir aquela crónica do correspondente em Lisboa. (Não sei se a carta alguma vez chegou a ser publicada, porque não tinha acesso ao Financial Times). Passados uns dias a minha mãe disse-me que tinha encontrado a Maria Barroso e que lhe tinha contado que eu tinha escrito uma carta ao Financial Times, ela ficou muito satisfeita e disse que eu iria receber um telefonema de uma pessoa que ela conhecia, que era o Pedro Coelho, e que me iria fazer um convite. De facto, o Pedro Coelho telefonou-me e disse-me que estavam a criar uma organização de jovens socialistas e queriam que eu aderisse e eu aderi imediatamente à Ação Socialista Portuguesa.

Que memórias guarda da reunião em Bad Munstereifel, na Alemanha, em abril de 1973, onde nasceu o Partido Socialista?

Éramos vários representantes dos núcleos da Ação Socialista de Portugal e vários

ALBERTO ARONS

DE CARVALHO nasceu em Lisboa em 1949. É um dos fundadores do PS, tendo estado presente em Bad-Munstereifel, na Alemanha, em abril de 1973, na reunião onde a Ação Socialista Portuguesa deu lugar à formação do Partido Socialista. Foi o primeiro líder da Juventude Socialista, organização que fundou logo a seguir ao 25 de Abril. Foi deputado à Assembleia Constituinte e, posteriormente, à Assembleia da República, durante várias legislaturas. Ocupou o cargo de Secretário de Estado da Comunicação Social nos governos liderados por António Guterres. É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa e doutorado em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A sua carreira esteve desde cedo ligada ao jornalismo e à comunicação social. Ainda estudante de Direito, trabalhou como jornalista no República e mais tarde no jornal A Luta, mas acabou por abandonar a profissão para se dedicar à carreira académica.

"Apesar de eu ser claramente contra regime, não apoiava e não gostava das opções ideológicas do Partido Comunista e, portanto, alinhei com o Partido Socialista, simpatizei com o Partido Socialista."

representantes de núcleos de vários pontos da Europa e do Brasil. Eu conhecia praticamente todos aqueles que vinham de Portugal, não conhecia praticamente nenhum, tirando Mário Soares, dos que vieram do estrangeiro e que eu ali vi pela primeira vez. Foi uma experiência muito rica. Por via do, digamos, traumatismo pela prisão de Salgado Zenha, de Jaime Gama, o medo do exílio de Mário Soares, dizia-se que se passássemos a partido estaríamos muito mais expostos à polícia política. Portanto, tinha sido decidido pelo núcleo de Lisboa que íamos estar contra a proposta de Mário Soares de fundação do partido. No entanto, a intervenção de Mário Soares foi de tal forma assertiva, convincente... Ele convenceu-nos de que o regime estava no fim, [que existia] descontentamento entre os militares, isolamento internacional, fragilidade nos apoios a Portugal, e que era preciso criar uma alternativa democrática que não fosse o Partido Comunista e provar aos países da Europa Ocidental que o fim do regime não significava obrigatoriamente um regime pró-comunista. Essa argumentação muito entusiástica foi muito convincente e levou-me a mudar de opinião. Houve 20 votos a favor da fundação do partido e sete contra, esses sete eram pessoas que entenderam que a decisão tinha sido tomada em Lisboa e que o mandato era vinculativo e, portanto, votaram contra. Mas de qualquer forma foi uma reunião muito interessante, não apenas por causa dessa perspectiva, muito diferente daquela que eu tinha, mas porque foi muito animadora em relação ao fim do regime, muito enriquecedora em matéria de informação sobre os contactos da Ação Socialista no contexto europeu, e pelo facto de ter conhecido ali uma um conjunto muito vasto de pessoas com diversas experiências.

Conheci ali o Fernando Loureiro, do núcleo de Ação Socialista na Suíça – ele trabalhava numa empresa na Suíça. A Suíça era na altura era o único país de onde os telefonemas para Portugal não eram feitos através de uma telefonista, eram diretos. E então combinámos que eu, como era estudante, tinha uma vida mais livre, podia dispor mais o meu horário, através de palavras cifradas lhe iria relatando, de 15 em 15 dias, as novidades que podia contar. Ele telefonava,



não para a minha casa porque tinha medo das escutas, mas para cafés situados perto da minha casa e chamavam-me por um nome que não era o meu e eu ia-lhe contando algumas coisas. Houve uma história, de que eu me arrependo, mas que é também elucidativa, que se passou no dia 24 de abril [de 1974]. Eu já sabia que nessa noite iria haver a tentativa [de golpe militar], mas não sabia como é que havia de contar e tinha medo do que lhe podia dizer. Neste caso era um café na Artilharia 1, perto de onde eu vivia, e ele à hora marcada não telefonou. Passaram cinco minutos e a chamada não chegava e eu sem saber como é que explicava [o que se ia passar] e então resolvi que o melhor era ir-me embora. Ele ligou uns minutos depois e já não me apanhou, mas o que eu não sabia, e lamento-me, é que o Mário Soares nesse dia estava na Alemanha a tentar convencer o Willy Brandt de que o regime estava no fim e de que o golpe estava muito próximo. Acho que o Willy Brandt e os assessores do SPD não estavam muito convencidos disso, mas no dia seguinte acordaram e afinal [Mário Soares] tinha razão, houve um golpe em Lisboa e a democracia estava finalmente a chegar.

Na sua opinião, qual foi o contributo mais importante do PS para a democracia portuguesa?

Um dos contributos foi a luta contra o regime e haver uma alternativa consistente ao regime a nível nacional e internacional. Depois, creio que foram vários os momentos. Desde logo, os momentos no pós-25 de Abril. A Constituição de 1976 conjuga um regime claramente de democracia política com preocupações sociais, esse é um aspeto fundamental. Depois, o facto do Partido Socialista não ter cedido na defesa de valores democráticos, por exemplo, a questão de ter saído do V Governo Provisório quando houve o caso da ocupação do [jornal] República; o facto do Partido Socialista ter lutado contra a unicidade sindical. Esses foram aspetos muito determinantes para a consolidação e para a defesa do regime democrático. Mais tarde, o Serviço Nacional de Saúde, a integração europeia, a adesão à CEE em 1985. Também creio que foi importante ter acabado com o mito de que não havia possíveis entendimentos do PS à esquerda, portanto, a formação da chamada “Geringonça”.

Quais foram os acontecimentos/momentos políticos para si mais marcantes na história do PS?

Um deles é a fundação do Partido Socialista, de que já falei. Outro foi na Estação de Santa Apolónia quando Mário Soares voltou do exílio e assisti às intervenções da varanda da Estação. Eu que sou uma pessoa que me contenho muito e que não sou de chorar de alegria, lembro-me de que não contive as lágrimas, não quando Mário Soares falou, mas quando falou José Magalhães Godinho. Era uma pessoa já de alguma idade, presumo perto dos seus 70 anos, e eu pensei “aqui está uma pessoa que lutou uma vida inteira pela democracia e que finalmente teve sucesso e conseguiu aquilo por que sempre batalhou”. Isso comoveu-me bastante.

“[Mário Soares] convenceu-nos de que o regime estava no fim [...] e que era preciso criar uma alternativa democrática que não fosse o Partido Comunista e provar aos países da Europa Ocidental que o fim do regime não significava obrigatoriamente um regime pró-comunista.”

“O Partido Socialista tem de ser um partido aberto à sociedade, não pode ser um partido fechado sobre a sua máquina em que não há diálogo com a sociedade civil, não há participação de independentes no espaço de discussão.”

Recordo-me também de num congresso do PS que coincidia com as eleições em França, de ter chegado a informação de que o candidato socialista Mitterrand tinha ganho. Lembro-me de que havia almofadas pelo ar como forma de comemorar a vitória de François Mitterrand. Houve uma série de episódios muito reconfortantes na minha vida política.

Quem foram/são para si as maiores referências ou as referências fundamentais do PS que mais o influenciaram ou inspiraram?

Obviamente Mário Soares e Salgado Zenha. Mas também Jorge Sampaio, uma figura marcante; António Guterres, que foi Primeiro-Ministro do governo do qual eu fui Secretário de Estado; Jorge Coelho que foi o primeiro ministro da tutela da comunicação social com quem trabalhei e que foi sempre uma figura marcante do PS e um organizador espantoso da máquina do Partido Socialista, uma figura incontornável. Nos momentos mais recentes, algumas figuras de referência, como o Augusto Santos Silva, de quem fui Secretário-de Estado, e hoje em dia o António Costa, que eu conheço desde muito jovem porque sou amigo da mãe e do padrasto e acompanhei a sua entrada na Juventude Socialista, da qual eu era líder na altura, e todo o seu percurso.

Falando da Juventude Socialista, que fundou a seguir ao 25 de Abril e da qual foi o primeiro líder, diria que os desafios que hoje se colocam aos jovens são os mesmos de então?

A Juventude Socialista foi criada a seguir ao 25 de Abril e nos primeiros dois anos tratava-se era de criar as secções, as federações, implantar a JS, etc. E depois nós não podíamos ser apenas a ala jovem do Partido Socialista, tínhamos de ter as nossas próprias motivações, as nossas próprias reivindicações, a nossa própria agenda, o nosso próprio programa.

Os desafios hoje são diferentes dos desafios de então. Na altura um aspeto fundamental era a implantação e a defesa da democracia política. Enfim... hoje em dia esse problema volta um pouco a estar em causa, coisa que há uns anos não estava, graças à desinformação, ao regresso da extrema-direita, ao populismo, às redes sociais, ao fim do monopólio da comunicação social no espaço público. Tudo isso são desafios novos que nos levam a pensar que a democracia não está de novo absolutamente consolidada.

Existirão muitos [problemas dos jovens] que são idênticos aos do meu tempo, mas [existem] problemas novos que têm a ver com questões ecológicas, ambientais, com a terceira geração dos Direitos do Homem, com as questões da igualdade de género, com outras questões da defesa das minorias.

Quais as questões mais desafiantes que se colocam ao presente e ao futuro do PS?

Problemas de contexto, ou seja, a influência do espaço geoestratégico, do espaço económico internacional nas políticas públicas nacionais é muito maior do que antigamente. Por outro lado, preocupam-me os problemas, ainda por cima como

pessoa que está ligada à comunicação social, que têm a ver com o facto dos media tradicionais terem perdido o monopólio do espaço público. Hoje os jornalistas e os órgãos de comunicação social, não têm o monopólio da comunicação e da informação e isso coloca problemas desafiantes sobre o rigor informativo, sobre o que circula no espaço público, a luta contra as fake news, tudo isso são desafios novos. Por outro lado, assistimos em muitos países europeus a um regresso e uma expansão de partidos da extrema-direita e isso não é apenas a memória da Segunda Guerra Mundial, do nazismo alemão, do fascismo italiano ou depois da experiência da Grécia, de Espanha e de Portugal, é também o facto de haver novos fenómenos de populismo e que põem em causa os valores essenciais da democracia política. E depois também há um outro desafio que eu creio que se coloca ao Partido Socialista. O Partido Socialista tem de ser um partido aberto à sociedade, não pode ser um partido fechado sobre a sua máquina em que não há diálogo com a sociedade civil, não há participação de independentes no espaço de discussão. O Partido Socialista tem de estar em permanente debate aberto à sociedade, com participação de pessoas que não estão inscritas e não são militantes, tem de estar aberto a pessoas da nossa área política ideológica que enriqueçam o debate, enriqueçam o espaço público, enriqueçam a nossa oferta ideológica.

O socialismo e a social-democracia são história ou resposta para o futuro?

Creio que não [passaram à história]. As sondagens indicarão uma descida dos partidos da social-democracia ou de intervenção socialista, mas não creio que os valores que os partidos socialistas e social-democratas criaram e disseminaram pelo mundo estejam postos em causa. O que existe são novos contextos económicos, sociais, tecnológicos, à escala internacional, que levam a novos desafios e a um permanente ponderar do contexto económico, político, social, cultural.

O que tem de haver por parte dos socialistas e dos social-democratas é uma abertura e uma persistente convicção de que têm de estar permanentemente a questionar, a debater, a meditar sobre os novos desafios e sobre a atualização dos valores que nortearam e que criaram os partidos da intervenção socialista. •



“Preocupam-me os problemas que têm a ver com o facto dos media tradicionais terem perdido o monopólio do espaço público.”

Militantes da Acção Socialista Portuguesa (ASP) reunidos em Congresso na cidade alemã de Bad Munstereifel, no dia 19 de abril de 1973. Por 20 votos a favor e 7 contra, aprovaram a transformação da ASP em Partido Socialista. Arons de Carvalho está na última fila, em pé [o segundo do lado esquerdo].

Foto cedida pela Fundação Mário Soares e Maria Barroso.

“Em todos os momentos decisivos, a contribuição do PS foi sempre determinante”

António Costa



Porquê o Partido Socialista?

Foi uma escolha relativamente fácil porque eu nasci numa família antifascista, democrata, e até o 25 de Abril digamos que a vida era simples e clara: de um lado estavam os maus, de um lado estavam os bons, uns defendiam a ditadura, outros defendiam a liberdade, isto era tudo claro. Quando o 25 de Abril aconteceu, eu tinha 12 anos, era para mim esta divisão, que era uma divisão simples. O processo revolucionário foi muito acidentado e introduziu uma perturbação grande, em que de repente ficou claro que entre aqueles que se tinham batido contra a ditadura, nem todos tinham a mesma visão do que era a democracia e do que era a liberdade. Quando em maio de 1975 houve a ocupação do jornal República, para mim fez-se um clique e nessa altura fiz a minha opção. A FAUL [Federação da Área Urbana de Lisboa] do PS nessa altura ainda não era em São Pedro de Alcântara, era uns prédios abaixo do [jornal] República e a partir daí comecei a frequentar o PS. Foi mesmo a questão da liberdade e da democracia que fez a minha opção pelo PS e aquilo que já me tinha afastado da direita e relativamente à esquerda era a preocupação pela igualdade, pela justiça social e, portanto, a clarificação que a minha geração viveu naqueles anos 70 foi mesmo essa, sobre a importância da liberdade e da democracia.

Conte-nos como foi a sua adesão ao PS. Quando e em que circunstâncias?

O caso República foi em 75 e a partir daí comecei um namoro longo com o PS. Passei a ir a todas as manifestações do PS, a participar em tudo do PS. Esse foi um ano em que a minha escola, que funcionava no Conservatório, foi expulsa do Conservatório, os professores sanearam a diretora, as aulas começaram em fevereiro e eu decidi chumbar esse ano e, portanto, tinha muito tempo livre para andar a ver a revolução. Passava pela sede do PS para ver se havia papeis para distribuir, na altura distribuíam-se papeis na rua, havia sempre. Finalmente, em abril de 76, na campanha eleitoral de 76, fui à antiga secção [do JS] no Bairro Alto, preenchi a ficha e pronto, inscrevi-me na JS.

Na sua opinião, qual foi o contributo mais importante do PS para a democracia portuguesa?

Eu acho que em todos os momentos decisivos, o PS deu um contributo decisivo para a democracia. Deu ainda antes do 25 de Abril. Acho que em 74 e 75 foi absolutamente decisivo para que a democracia se pudesse consolidar. Depois na construção daquilo que foi o regime democrático, desde o poder local democrático, das autonomias regionais, da independência do sistema de justiça, em todas elas foi sempre o PS que deu a sua marca fundamental. E depois, mais recentemente, tudo aquilo que foram novos progressos e novos avanços em

ANTÓNIO COSTA nasceu em 1961, em Lisboa, no seio de uma família antifascista e democrata, pelo que os valores da democracia e da liberdade sempre lhe foram “simples”, nas suas palavras, no sentido de naturais. Foi em 1975, em pleno PREC e na sequência da ocupação do jornal República, que se fez o “clique” e começou a participar em todas as ações do PS. Distribuía panfletos na rua até porque nesse ano “tinha muito tempo livre para andar a ver a revolução”. Foi no ano seguinte, no decorrer da campanha eleitoral para as primeiras eleições para a Assembleia da República, que decidiu “preencher a ficha” e receber um cartão da JS. Desde então participou sempre ativamente na vida do partido, tendo sido quase tudo no PS: deputado, autarca, parlamentar europeu, Secretário de Estado, Ministro, Secretário-Geral do PS e Primeiro-Ministro. É licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e pós-graduado em Estudos Europeus pela Universidade Católica Portuguesa.

"Como é que nós garantimos que esta geração, que designamos habitualmente como a mais qualificada de sempre, se torna também a mais realizada de sempre em Portugal. Esse é o grande desafio que a nossa sociedade hoje tem".

matéria de igualdade e direitos cívicos foi sempre com o PS que se foi avançando, desde a grande reforma do Código Civil que Almeida Santos fez em 1977, até à legislação mais recente sobre o casamento de pessoas do mesmo sexo, a adoção de crianças por pessoas do mesmo sexo, todos esses avanços foram sempre com marcas do Partido Socialista. Diria que em todos os momentos decisivos, a contribuição do PS foi sempre determinante.

Quais foram os acontecimentos/momentos políticos para si mais marcantes na história do PS?

Foram tantos... tem sido tão intenso! Acho que esse momento em que me inscrevi no PS foi particularmente importante. A transição do JS para o PS foi também um momento importante. Em 1993, quando fui candidato à Câmara de Loures, foi um momento muito marcante, foi a primeira vez que fui candidato por mim próprio, liderando uma lista, depois perdi, mas não deixou de ser marcante. E a partir daí tem sido uma sucessão mais ou menos contínua de diversas funções e atividades, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, em sucessivos governos, como Secretário de Estado, como Ministro, como Primeiro-Ministro. Todos esses momentos têm sido obviamente muito marcantes. Talvez o momento das eleições primárias, que foi um momento particularmente interessante, foi um desafio que o António José Seguro organizou, muito original, com uma mobilização extraordinária de pessoas e para além do resultado ter sido bom, foi um momento muito forte de mobilização e de abertura do PS não só aos seus militantes, como a muitos dos seus simpatizantes.

Do ponto de vista do partido, acho que há um primeiro momento que tem a ver com a a defesa da democracia em 75, depois da construção da democracia em 76, 77 e 78. Depois o momento da integração Europeia. E a partir dos governos de António Guterres, diria que claramente o reforço do Estado social,



desde o Rendimento Social de Inserção, ao desenvolvimento do pré-escolar, a aposta do conhecimento como grande motor do nosso desenvolvimento, as energias renováveis no tempo do governo Sócrates e, digamos, a continuação e a síntese disto que temos feito nestes últimos oito anos.

Quem foram para si as maiores referências ou as referências fundamentais do PS, que mais o influenciaram ou inspiraram?

Foram tantas... desde o Alberto Arons [de Carvalho] que foi quem me desafiou entrar para a JS, o José Leitão que foi muito importante para a formação política de toda a minha geração, que tinha uma visão não estatista, não burocrática, eu diria mais social-democrata do socialismo. O António Guterres, com quem trabalhei com grande proximidade e Jorge Sampaio também. Para além de figuras que obviamente foram referências de todos nós, como o Mário Soares ou Manuel Alegre, que foram figuras muito importantes.

Quais as questões mais desafiantes que se colocam ao presente e ao futuro do PS?

São as questões que se colocam hoje à sociedade portuguesa, muitas têm a ver com os grandes desafios globais que temos. Fazer frente às alterações climáticas, assegurar a transição digital, continuar a combater as desigualdades, enfrentar este desafio demográfico. Acho que especificamente, e como o grande desafio da nossa sociedade hoje em dia, é como é que nós garantimos que esta geração, que designamos habitualmente como a mais qualificada de sempre, se torna também a mais realizada de sempre em Portugal. Esse é o grande desafio que a nossa sociedade hoje tem, porque nós hoje temos a entrar em força no mercado de trabalho toda a geração que é fruto da paixão pela educação de António Guterres, fruto do investimento nas políticas em ciência feitas pelo Mariano Gago e a qualificação da nossa população avançou muito mais depressa do que a qualificação da nossa economia e aqui há um certo círculo em que a economia também só se qualifica com estes recursos humanos. Mas a capacidade que a economia tem de reter este talento e com este talento poder crescer mais e melhor é mesmo um grande desafio que nós temos neste momento. Acho que, do ponto de vista societário, é mesmo o maior desafio que nós temos pela frente.

O socialismo e a social-democracia são história ou resposta para o futuro?

Eu acho que é uma resposta para o presente e para o futuro. Aquilo que deu causa e que levou o socialismo democrático e a social-democracia a nascerem foi a necessidade de preservar a democracia, a liberdade e promover a igualdade. E as ameaças à democracia e à liberdade e as novas formas de igualdade que se vão colocando, há sempre novos desafios que se colocam. E neste momento, por exemplo, em que é fundamental para enfrentarmos as alterações climáticas, fazermos um grande investimento na transição energética, mais do que nunca é fundamental ter uma estratégia social-democrata para essa transição, porque nós temos que investir na capacitação das pessoas para

"Há um conjunto de bandeiras da social-democracia que deixaram de ser distintivas porque passaram a ser aceites por todos."

"Perante os desafios que temos pela frente, o socialismo democrático ou social-democracia, como queiramos chamar, são mais necessários do que nunca."

o poderem fazer, nós temos que assegurar que nesta transição ninguém fica para trás. Porque se nós vamos encerrar centrais a carvão, temos que proteger as pessoas que trabalham na centrais a carvão e temos que assegurar que há novas oportunidades de emprego e realização pessoal para as pessoas que perdem essas atividades e vão ter outras. A transformação que vamos ter na indústria automóvel vai ser absolutamente brutal. As viaturas elétricas têm menos peças do que as viaturas de conversão tradicional, embora toda a indústria de produção de componentes vai sofrer uma grande alteração, mas também todos os serviços de manutenção automóvel vão ter uma enorme transformação. Ora, nós não podemos deixar de fazer esta transição, mas, por um lado, temos de criar oportunidades para que todos possam participar, por outro lado, garantir que ninguém é deixado por conta nestes momentos de transição. Ninguém melhor do que a social-democracia está em condições de o fazer. O mesmo relativamente à transição digital. Tal como esforço e o grande investimento que foi feito na educação para todos, para vencermos o analfabetismo, para que todos tivessem acesso ao conhecimento, foi uma batalha fundamental para a igualdade de oportunidades e garantir a igualdade de oportunidades no futuro significa também a aquisição de competências digitais. Uma série de atividades que hoje são os seres humanos a realizar, vão deixar de ser realizadas pelos seres humanos, isso pode ser uma tragédia ou pode ser uma oportunidade de todos termos mais tempo para a nossa própria vida e podermos beneficiar melhor dessas ferramentas. A história diz-nos que todas as grandes transformações tecnológicas geraram sempre mais empregos do que aqueles empregos que foram destruídos, mas há também quem discuta se não chegámos a um limite a partir do qual essa capacidade de transformação deixa de existir. Ora, nós temos que garantir que isso existe e, mais uma vez,



aí é preciso criar oportunidades e também proteção, e pleno aproveitamento das oportunidades é também assegurar que ninguém é deixado por conta neste processo de transformação. Portanto, eu diria que mais do que nunca, perante os desafios que temos pela frente, o socialismo democrático ou social-democracia, como queiramos chamar, são mais necessários do que nunca. Recentemente temos até constatado que tem havido alguma expansão desses valores. Há um conjunto de bandeiras da social-democracia que deixaram de ser distintivas porque passaram a ser aceites por todos. Hoje ninguém contesta o direito à greve. Hoje ninguém contesta o direito a férias pagas, hoje ninguém contesta a existência de horários de trabalho. Mas estes foram todos ganhos civilizacionais que foi a social-democracia que conquistou. Hoje, felizmente, são um adquirido social, ninguém os põe em causa. Mas olhando, por exemplo, para a Europa e vendo como é que a Europa reagiu perante a crise económica e financeira de 2009 a 2011, ou como reagiu agora perante a crise da Covid, ou perante a crise da inflação gerada pela guerra da Ucrânia, eu diria que a social-democracia ganhou muito espaço na Europa. E se tivéssemos repetido agora a mesma resposta liberal que foi dada em 2009 ou 2011, a tragédia teria sido imensa. E a razão pela qual hoje podemos sair melhores desta crise do que saímos da crise anterior teve precisamente a ver com ter sido seguida uma política social-democrata. Portanto, eu acho que isso é um sinal de que a social-democracia está viva, forte e mesmo aqueles que julgam que não são social-democratas ou que não gostam de ser social-democratas, percebem que são mesmo as ferramentas da social-democracia as que são necessárias para gerir a sociedade. •

António Costa com António Guterres, no final da década de 1990.

esquerda em cima

Com Mário Soares na sede nacional, em abril de 2015, na celebração dos 40 anos da Assembleia Constituinte.

esquerda em baixo

António Costa na noite de 28 de setembro de 2014, após o anúncio da vitória nas inéditas eleições primárias do PS, que o levaram à liderança do partido.

direita em cima

Com Jorge Sampaio, por ocasião do seu 80º aniversário, nos jardins da sede nacional, no Largo do Rato.

direita em baixo

Fotos cedidas pela Fundação Mário Soares e Maria Barroso.



**“Mário Soares tinha razão
e eu não”**

Augusto Santos Silva



Porquê o Partido Socialista?

Lembro-me de ter atividade política desde os meus 15 anos, à entrada do que agora se chamaria o ensino secundário, estamos a falar de 1972/1973. Formei-me no ambiente pós-Maio de 68 em França, pós-Primavera de Praga e pós-crise de Coimbra de 1969. O ambiente em que me formei era muito marcado pelo esquerdismo estudantil. Considerávamos que os velhos oposicionistas republicanos que faziam congressos e romagens tinham uma atividade muito recuada e que era preciso ser mais enérgico na oposição ao regime. Nesse ambiente havia duas grandes correntes, uma de índole maoísta, para os quais mais importante do que o Maio de 68 em França era a Revolução Cultural na China, e outra, anti-estalinista, mais anarquista ou mais trotskista. Eu formei-me nesse ambiente, o meu primeiro herói político foi Lev Trotsky, o herói intelectual foi, e continuou a ser, Karl Marx. Nesse contexto, depois do 25 de Abril, aproximei-me sobretudo do MES - Movimento de Esquerda Socialista, portanto, mantive-me à esquerda do PS e devo dizer que dei o meu melhor para que o doutor Mário Soares não vencesse em 1975. Parecia-me o PS muito burguês, muito recuado, e a ideia de que o objetivo devia ser uma democracia parlamentar à europeia parecia-me um objetivo muito errado no momento em que nós podíamos fazer uma revolução.

Os dez anos seguintes, entre 75 e 85, foram os anos necessários, portanto demorou algum tempo, para finalmente dar razão ao doutor Mário Soares. Foi um processo de aproximação gradual, por muito estranho que pareça, e eu voto ininterruptamente no Partido Socialista desde 1979. Isto é, já em 1979, com a então chamada Frente Republicana e Socialista, eu passei a ser eleitor do PS.

Comecei a aproximar-me do Partido Socialista, mas pertencia a um grupo que tinha como referência política e cultural principal a engenheira Maria de Lurdes Pintassilgo. O momento culminante foi 1985, 1987. Em 1985 as esquerdas em Portugal tiveram umas verdadeiras primárias, na primeira volta das eleições presenciais. O doutor Mário Soares candidatou-se pelo PS, houve uma dissidência e uma parte do PS, e sobretudo o General Eanes, apoiaram o candidato Salgado Zenha, e o PCP também, e esses que vinham do esquerdismo apoiaram Maria de Lurdes Pintassilgo.

Ela teve 8% de votos na primeira volta e nós desde então que dizemos, meio a brincar meio a sério, que fomos nós que salvamos o doutor Mário Soares. Porque foi o facto de Lurdes Pintassilgo dividir os votos com Salgado Zenha que fez o doutor Mário Soares passar à segunda volta. Considerei então, como muitos outros da minha geração, que esse debate político à esquerda estava concluído e que era preciso dar razão ao doutor Mário Soares em dois pontos essenciais: ele tinha razão quando defendia a democracia liberal, como

AUGUSTO SANTOS SILVA nasceu no Porto, em 1956, doutorou-se em Sociologia pelo ISCTE –IUL e fez a agregação em Ciências Sociais na Universidade do Porto, onde é professor catedrático na Faculdade de Economia. A sua formação política fez-se no início dos anos 70, no contexto das lutas estudantis contra a ditadura, tendo como heróis Trotsky e Marx. Depois do 25 de Abril aproximou-se do MES e seriam necessários dez anos para “finalmente dar razão a Mário Soares”. A adesão formal ao PS só chegaria em 1990 e desde então desempenhou várias funções políticas: foi deputado à Assembleia da República e por várias vezes ministro nos governos de António Guterres, José Sócrates e António Costa. É Presidente da Assembleia da República desde março de 2022.

“O desafio imediato é preservar a estabilidade política e dar tempo ao país para respirar, em particular, dar tempo à economia para respirar.”

agora se diz; ele tinha razão quando dizia que a melhor maneira de consolidar a democracia era através da adesão às comunidades europeias. Portanto, ao contrário de outros, eu digo a verdade pura que é o Mário Soares tinha razão e eu não.

Do ponto de vista mais organizativo, e por isso é que eu falo em 1987, o que aconteceu foi que o PSD teve a sua primeira maioria absoluta com o professor Cavaco Silva. E então o grupo a que eu pertencia tirou a conclusão óbvia, a de que era preciso cimentar essa aproximação ideológica ao PS, de que para construir alternativa ao cavaquismo era preciso mesmo entrar no PS, fortalecer o PS. Em 1987 nós pedimos a adesão, ela demorou algum tempo. Já era Secretário-Geral o Jorge Sampaio quando fomos admitidos. Formalmente eu sou militante do PS desde 1990.

Nestes cinquenta anos, quais foram os momentos para si mais marcantes na vida do PS?

Eu acho que o momento mais marcante da vida do PS é mesmo a luta pela democracia de 1975. O PS foi a força liderante do processo que levou a que da revolução democrática saísse uma democracia institucionalizada à maneira europeia, de base parlamentar com uma componente semipresidencialista e civilista. E isso é um resultado do PS que não foi tão fácil assim... A dinâmica revolucionária era muito forte e o país viveu dois anos de golpes e contragolpes, de dinâmicas e contra dinâmicas, umas mais à esquerda, outras mais à direita.

Acho que o segundo grande resultado do PS é a integração europeia. Aliás, são esses dois resultados que definem ainda hoje a identidade do PS. Para os portugueses o PS quer dizer um partido sobre cujas credenciais democráticas e sobre cuja credencial europeísta ninguém tem dúvidas. Depois é um partido moderado, de centro esquerda, portanto, amigo dos mais pobres. Depois há um conjunto de resultados do processo democrático português cuja iniciativa, o mérito, também deve ser cometido ao PS. A fundação do Serviço Nacional



de Saúde certamente, muitos elementos ligados à implantação do sistema de Segurança Social, com o António Guterres a integração da educação na infância no sistema educativo; já no consulado de José Sócrates a limitação de mandatos, a lei da paridade, o fim da discriminação fundada na orientação sexual, logo a seguir ao 25 de Abril a revisão da Concordata e a legalização do divórcio... Nalgumas delas o PS liderou uma coligação mais ampla, como foi a luta pela liberdade durante o chamado PREC, noutras esteve quase sozinho. E, aliás, essa é uma grande capacidade que o PS tem, que é formar alianças ou coligações, no sentido informal do termo.

Quais foram os acontecimentos/momentos políticos mais marcantes na história do PS?

Um primeiro, que me deu especial prazer, foi o declínio do cavaquismo no princípio dos anos 90 e o movimento que se constituiu nos Estados Gerais por uma nova maioria. Acho que foi um momento muito importante de criatividade programática, de atração de pessoas, de abertura das fronteiras do PS e de consolidação de uma forma de relação entre o PS e os independentes que ainda hoje é muito singular na política portuguesa. As coisas à distância parecem muito simples, mas dou só dois exemplos de como elas no momento são difíceis. Quando o José Mariano Gago tomou posse como Ministro da Ciência e Tecnologia e quando com António Guterres anunciaram a nova aposta na sociedade de informação e nas tecnologias de informação, a reação do país político e de uma parte muito considerável do espaço público, designadamente mediático, foi uma reação de gargalhada. E não estou a exagerar. “O que é que estes lunáticos vêm falar?”

Outro exemplo: quando nós aprovamos a lei que legalizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo, apenas uns cinco ou seis deputados do PSD devem ter votado a favor da lei, tudo o resto votou contra. Nessa ocasião as críticas que se faziam ao PS eram coisas do estilo “vão dar cabo da família”, “estão a ir contra os valores de Portugal”, etc. Portanto, é o fim do cavaquismo e a viragem para ideias modernas foi, na minha opinião, bastante exaltante.

Outros momentos que eu acho também muito importantes são a dinâmica reformista do primeiro governo Sócrates, chegou a ser alucinante pela quantidade de frentes de mudança e de reformas que íamos abrindo. Também foi muito importante a atitude do Partido Socialista durante os anos da troika e da oposição que fizemos ao governo Passos Coelho e à sua política de ir além da troika, sem nunca pôr em causa a nossa pertença à zona euro e o nosso compromisso com os critérios de Maastricht, evitando também pôr em causa o quadro institucional democrático. Isso foi muito importante para a estabilidade do regime.

Acho que também foi muito importante aquele muro derrubado à esquerda em novembro de 2015. Infelizmente, as forças à nossa esquerda procuraram reconstruir esse muro em 2019 e depois em 2021.

“Não vejo que a ideia da redistribuição, a ideia do reformismo, a ideia da negociação, a ideia da justa repartição dos dividendos do crescimento económico, a ideia da solidariedade entre gerações, entre regiões e entre classes sociais, sejam ideias do passado.”

"Creio que a combinação de liberalismo e de socialismo que a social-democracia traz é mesmo a coisa mais moderna que nós temos."

Quem foram/são para si as maiores referências ou as referências fundamentais do PS, que mais o influenciaram ou inspiraram?

Dos que já não estão vivos, para mim os mais importantes são Mário Soares e Jorge Sampaio. Fui muito próximo do Jorge Sampaio, mais do que de Mário Soares, fiz mesmo parte dos então considerados "sampaístas".

Recentemente passei a admirar mais do ponto de vista intelectual a figura do Mário Sottomayor Cardia, que é de facto o grande ideólogo do PS, e do PS quer do socialismo-democrático do tempo do salazarismo e do marcelismo, quer depois na transição para a democracia.

No grande espaço da esquerda democrática, que na minha opinião não se reduz apenas ao PS, tenho como uma grande figura de referência a Maria de Lurdes Pintassilgo.

Quais as questões mais desafiantes que se colocam ao presente e ao futuro do PS?

O desafio imediato é preservar a estabilidade política e dar tempo ao país para respirar, em particular, dar tempo à economia para respirar. Eu acho que essa é mesmo a missão principal do Partido Socialista neste momento, em que tantas forças vindas da direita, mas com o apoio, espero que involuntário, de algumas forças à esquerda do PS, procuram justamente criar uma crise política para impedir que os resultados das políticas do Partido Socialista e da mudança de ciclo económico se evidenciem.

Em relação aos desafios do futuro, não deve ser por acaso que eu responderia com aqueles temas principais que a gente chama e chamou Agenda para a Década: a questão demográfica, que é absolutamente essencial; a questão das desigualdades; a questão da coesão territorial e a questão ambiental, designadamente os efeitos da seca.

Acho que temos do ponto de vista económico um problema sério de competitividade, em parte por razões exógenas, em parte por razões endógenas, e que esse é um desafio muito importante porque não é possível responder a todos os direitos sociais sem um nível de crescimento económico adequado. Também acho que em Portugal, por mais estranho que pareça, tem sido uma responsabilidade histórica do PS, que se vai manter, liberalizar onde é preciso liberalizar. Nós temos uma sociedade civil e em particular um tecido empresarial hiper dependente do favor administrativo e do Estado. E alguns dos avanços também em matéria de liberalização, isto é, dar mais responsabilidade às pessoas, têm sido feitos pelo PS e acho que essa responsabilidade vai continuar.

O socialismo e a social-democracia são história ou resposta para o futuro?

Eu espero que tenham um futuro. Para dizer de forma um pouco mais complexa: há um risco de as duas grandes forças que foram hegemónicas no pós-guerra, à esquerda a social-democracia, e à direita a democracia cristã, virem a tornar-se num futuro mais ou menos longínquo ou mais ou menos próximo, objetos de museu. Esse risco existe e não me parece que a responsabilidade principal por ele

existir deva ser cometida só à social-democracia ou à democracia cristã. O tipo de transformação que as economias têm sofrido, primeiro com a globalização e agora com a transição digital, é uma transformação que não é muito amiga, não é muito favorável aos ideais social-democratas, porque não é favorável à regulação dos mercados, cria um efeito de miopia económica para as próprias pessoas. É isso que explica, por exemplo, que partidos liberais de direita tenham uma capacidade relativamente elevada de entrar nos trabalhadores jovens que acham que isso das pensões é uma coisa que vem lá longe e que agora faz sentido lutarem por reduzir as contribuições sociais, ou a ideia falsa de que as contribuições sociais são impostos pagos pelas pessoas ao Estado, quando as contribuições sociais são os recursos que depois, pela relação sinalagmática, garantirão os benefícios.

Há outras razões para esse risco de se transformar em museu que são endógenas à social-democracia. É por isso que acho que a social-democracia deve favorecer e não travar os movimentos de renovação no seu seio, é preciso atualizar a nossa mensagem. Agora, a consciência desse risco deve aumentar a nossa força para preservar os ideais fundamentais da social-democracia. Porque eu não vejo outra solução para o nosso mundo. Não vejo que a ideia da redistribuição, a ideia do reformismo, a ideia da negociação, a ideia da justa repartição dos dividendos do crescimento económico, a ideia da solidariedade entre gerações, entre regiões e entre classes sociais, sejam ideias do passado. Se forem ideias do passado não sei como é que nós vamos acudir aos problemas do presente e do futuro. Não creio que a taxa única de IRS resolva, não creio que a lógica de diminuir os impostos aos super-ricos e agravar os das classes médias resolva, não creio que a ideia americana de que o Estado não interessa e não deve haver Serviço Nacional de Saúde porque quem fica doente fica para trás, sejam ideias aceitáveis. E portanto, eu defendo mesmo que a social-democracia e a democracia cristã dialoguem entre si, acho muito importante que a social-democracia preserve e aprofunde as suas relações, aliás históricas, com o cristianismo social progressista, acho que um dos grandes aliados da social-democracia e do ideal social-democrata de hoje é o atual Papa, e também creio que a combinação de liberalismo e de socialismo que a social-democracia traz é mesmo a coisa mais moderna que nós temos. •



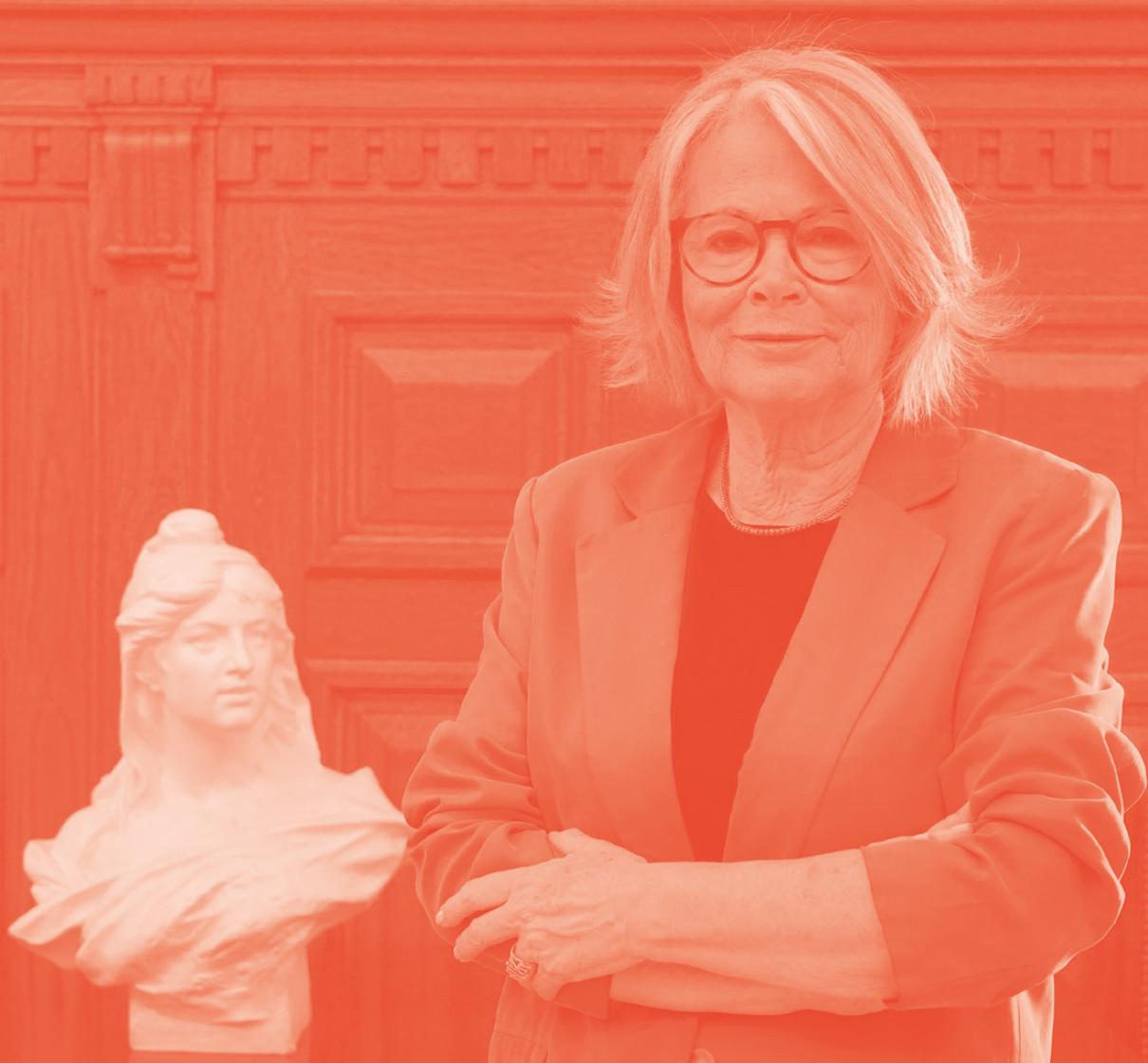
“Há um risco de as duas grandes forças que foram hegemónicas no pós-guerra, à esquerda a social-democracia, e à direita a democracia cristã, virem a tornar-se [...] objetos de museu. Isto é, coisas que as pessoas veneram, cuja memória preservam, mas que consideram que passaram e devem ser convenientemente musealizadas”.

Augusto Santos Silva foi eleito pelos deputados Presidente da Assembleia da República a 29 de março de 2022.

Foto cedida pela Fundação Mário Soares e Maria Barroso.

**“A história do PS
confunde-se com a
história do Portugal
democrático”**

Edite Estrela



Porquê o Partido Socialista?

Em primeiro lugar porque sou uma mulher de esquerda. Desde muito cedo admirei os modelos de governo dos países nórdicos protagonizados por partidos congéneres do Partido Socialista. Depois também por me identificar com a ideologia, com a declaração de princípios e o programa político do PS. Desde criança que me indignava com as desigualdades sociais, com as injustiças, e queria mudar o mundo e mudar o país. Por outro lado, também nunca me identifiquei com extremismos e fundamentalismos e com outros “ismos” que cortavam a liberdade e limitavam os direitos das pessoas. Portanto, o meu porto de abrigo político tinha mesmo de ser o PS.

Conte-nos como foi a sua adesão ao PS. Quando e em que circunstâncias.

Eu sempre fui eleitora do PS, nunca pertenci a nenhum outro partido nem movimento político. Fiz campanhas do PS ainda antes de ser militante, mas aderi ao PS em 1980, no dia 6 de outubro, no dia a seguir às eleições legislativas de 5 de outubro em que a AD [Aliança Democrática] obteve uma maioria absoluta e a Frente Republicana e Socialista foi derrotada. Eu tinha feito uma campanha muito ativa e empenhada e até entusiasmada e fiquei muito dececionada com o resultado. Por isso, no dia seguinte às eleições achei que era minha obrigação aderir ao PS. E foi assim que começou a minha vida política no Partido Socialista. Tive como padrinhos, e tenho muito orgulho nisso, a Maria Emília e o José Manuel Consiglieri Pedroso, grandes amigos. Nessa altura entrei logo também para o chamado Grupo do Secretariado, que estava em rutura com a Direção Nacional, e a razão era o apoio à candidatura de Ramalho Eanes e, portanto, frequentei as reuniões no famoso sótão do António Guterres.

Na sua opinião, qual foi o contributo mais importante do PS para a democracia portuguesa?

Eu costumo dizer que a história do PS se confunde com a história do Portugal democrático e é verdade que nos últimos cinquenta anos o PS foi o partido mais determinante em todas as alterações que ocorreram em Portugal. O combate que Mário Soares travou pela democracia é de facto um marco e isso foi uma iniciativa do Partido Socialista e de Mário Soares que nunca aceitaria que houvesse em Portugal um regime totalitário.

A nível interno foram sempre muito empolgantes as vitórias eleitorais que obtivemos com Mário Soares, com António Guterres, com José Sócrates e com António Costa; as duas maiorias absolutas, tivemos também uma maioria absoluta nas eleições europeias com Ferro Rodrigues em 2004, quando eu fui eleita para o Parlamento Europeu.

EDITE ESTRELA nasceu em Belver, Carrazeda de Ansiães, em 1949, é licenciada em Filologia Clássica e mestre em Comunicação Social. Desde sempre eleitora do PS, foi a 6 de outubro de 1980, o dia seguinte às eleições legislativas que deram uma maioria absoluta à AD e a derrota ao PS, que decidiu pedir o cartão de militante. E assim começou a sua vida política no Partido Socialista. Foi deputada à Assembleia da República entre 1988 e 1994, ano em que tomou posse como Presidente da Câmara Municipal de Sintra. Em 2004 foi eleita deputada ao Parlamento Europeu, tendo regressado à Assembleia da República em 2015. Atualmente assume as funções de Vice-Presidente da Assembleia da República.

"O PS nestes 50 anos foi o grande motor de desenvolvimento do país, da modernização do país, da defesa dos Direitos Humanos".

Também podemos dizer que as principais leis do pós-revolução têm a marca do PS. As mulheres devem muito quer a Salgado Zenha, quer a Almeida Santos. Ao Salgado Zanga porque foi ele que negociou a revisão da Concordata com a Santa Sé, que passou a permitir o divórcio de casamentos religiosos. Também foi com Zenha que se alterou a legislação permitindo que as mulheres acedessem à carreira da magistratura. Com a Almeida Santos várias leis beneficiando as mulheres... Podemos dizer que com o 25 de Abril a grande revolução foi de facto na condição da mulher. As mulheres até aí eram súbditas dos maridos ou dos pais e passaram a ser cidadãs de pleno direito e isso é uma alteração enorme. E mais recentemente também a Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez, uma iniciativa dos governos socialistas, a lei da paridade que feminizou a vida política, que prestigiou o papel da mulher na sociedade.

Outro marco importante é a adesão à CEE. Foi uma visão estratégica de Mário Soares, que não foi apoiada por todos e nem sequer foi muito bem compreendida. Ele foi um visionário e uma personalidade extraordinária, com uma enorme coragem e com uma enorme visão política. A adesão ao euro também, no tempo de António Guterres. Também foi o PS, embora tivesse conseguido envolver e mobilizar toda a sociedade, o grande motor da causa de Timor.

Também gostaria de referir as presidências portuguesas da União Europeia. Nós falamos muito do que a Europa nos tem dado, e tem sido muito - os fundos comunitários são um contributo inestimável para a consolidação da nossa democracia e para a modernização do país em todas as dimensões - mas nós também demos à Europa e as nossas presidências da União Europeia foram marcantes. A Presidência de 2000, que apresentou a Estratégia de Lisboa, a Presidência de 2007 que aprovou o Tratado de Lisboa e reforçou a cidadania, e agora a Presidência de 2021 que também foi a todos os títulos bem-sucedida, não obstante ainda ser em tempo de pandemia. Destaco a grande Cimeira Social do Porto, que fez toda a diferença a nível da própria União Europeia.



Portanto, o PS nestes 50 anos foi de facto o grande motor de desenvolvimento do país, da modernização do país, da defesa dos Direitos Humanos e faz jus ao slogan escolhido para as comemorações dos 50 anos “Um futuro com passado”. E a ordem dos fatores não é arbitrária, ou seja, vemos ainda mais futuro do que temos de passado, não obstante um passado muito rico e que é reconhecido pelos nossos adversários e reconhecido a nível internacional.

Quais foram os acontecimentos/momentos políticos para si mais marcantes na história do PS?

Obviamente as vitórias. As vitórias de Mário Soares e também de Jorge Sampaio nas Presidenciais foram muito marcantes. Sobretudo a primeira vitória de Mário Soares, em que havia mais dois candidatos da esquerda, Maria de Lurdes Pintassilgo e Salgado Zenha, e a direita estava unida em torno da candidatura de Freitas do Amaral. Felizmente Mário Soares ganhou e eu lembro-me de ter chorado de alegria porque foi uma grande emoção. Também as vitórias nas legislativas são momentos inesquecíveis, [tal como] os congressos, que são as grandes as reuniões magnas dos socialistas, sempre carregadas de emoção... Enfim, são tantos os momentos em que vibrei, em que me emocionei, em que me senti tão ligada a esta família política, que é difícil selecionar um momento único. A história do PS está intimamente ligada à história da democracia portuguesa e às vezes tenho dificuldade em dissociar quais são os acontecimentos da vida do PS dos acontecimentos da vida nacional, há de facto essa interligação muito íntima.

Quem foram/são para si as maiores referências ou as referências fundamentais do PS que mais a influenciaram ou inspiraram?

Há muitas personalidades que me marcaram. Tive o privilégio de conhecer figuras inspiradoras que marcaram o século XX e algumas das quais posso dizer que fui amiga. Algumas delas desempenharam com brilhantismo os mais altos cargos da Nação, foram Presidentes da República, Mário Soares e Jorge Sampaio, Primeiros-Ministros, António Guterres, José Sócrates e António Costa, Presidentes da Assembleia da República, Jaime Gama, Almeida Santos, e tantos outros.

O António Guterres é uma figura muito inspiradora e uma mais-valia para o país e a quem muito devemos. Também Salgado Zenha de quem já falei. E também não posso deixar de referir uma outra figura que não desempenhou nenhuma função pública especial, o Nuno Brederode dos Santos, que sempre considerei uma figura extraordinária, de uma inteligência, de um brilhantismo... escrevia tão bem, era delicioso poder ouvi-lo e poder lê-lo.

Quero destacar uma grande mulher, Maria Barroso. Uma mulher que teve vida própria, não apenas profissional, mas também vida política, o que era muito difícil naquele tempo ainda por cima tendo a sombra do doutor Mário

“A democracia é um processo, é de todos os tempos, tal como a liberdade. São valores intemporais mas não adquiridos, que precisamos de ir alimentando, defendendo, aperfeiçoando”.

“Podemos dizer que com o 25 de Abril a grande revolução foi de facto na condição da mulher. As mulheres até aí eram súbditas dos maridos ou dos pais e passaram a ser cidadãs de pleno direito e isso é uma alteração enorme.”

Soares. Contribuiu com o seu pensamento e com a sua ação para melhorar a vida não apenas das mulheres portuguesas mas do país em geral. Estou muito grata a Maria Barroso, que é uma grande referência para mim.

Quais as questões mais desafiantes que se colocam ao presente e ao futuro do PS?

Ontem, hoje e amanhã, sempre a defesa da democracia. Mas também o combate à pobreza e às desigualdades. E hoje mais do que nunca o combate ao populismo e à desinformação. Nós sabemos que o populismo tem contribuído para o crescimento da extrema direita em vários países europeus e também em Portugal, sabemos que a desinformação tem perturbado atos eleitorais e inclusivamente alterado os resultados eleitorais, portanto, a desinformação e o populismo corroem a democracia. A democracia é um processo, é de todos os tempos, tal como a liberdade. São valores intemporais, mas não adquiridos para sempre, que precisamos de ir alimentando, defendendo, aperfeiçoando, aperfeiçoando a qualidade da nossa democracia.

Também nos tempos de hoje, o combate às alterações climáticas. Estamos a sofrer cada vez mais, cada vez temos mais catástrofes naturais, mais devastadoras e mais persistentes. Este combate é um combate para o qual todos estamos convocados e que tem de ser levado com seriedade. Não posso deixar de enfatizar o papel que António Guterres tem desempenhado para levar o mundo para este combate que é o combate urgente e determinante, que não consente adiamentos.

O socialismo e a social-democracia são história ou resposta para o futuro?

Mais uma vez eu referiria o slogan dos 50 anos do PS, ou seja, a social-democracia ou socialismo democrático tem futuro e tem passado. O passado fala por si, é conhecido, e todas as grandes marcas civilizacionais, todas as conquistas no que diz respeito às liberdades e às garantias, no que diz respeito à democracia e ao próprio desenvolvimento, ao Estado social, tudo isso tem a marca da social-democracia europeia e da social-democracia portuguesa, ou seja, do Partido Socialista.

Em relação ao futuro, basta pensar nas respostas que foram dadas às recentes crises do século XXI: na resposta que a Europa deu à crise financeira, então liderada por uma maioria de direita no Conselho, na Comissão Europeia e no Parlamento Europeu, a receita que encontrou foi a austeridade. A austeridade com os resultados que nós conhecemos. A Europa ficou mais desigual, mais pobre e o mesmo aconteceu em Portugal. Depois, com António Costa, virámos a página da austeridade e conseguimos não deixar ninguém para trás. Os apoios aos mais carenciados, aos mais desfavorecidos foram disponibilizados com contas certas, tanto que conseguimos reduzir o défice e reduzir a dívida pública; tivemos no final de 2019 um superavit que nos foi muito vantajoso quando surgiu a pandemia e para dar resposta às primeiras necessidades antes de a Europa tomar a decisão que se impunha e que tomou. Acho que a Europa esteve à altura do desafio e conseguiu

estar unida na tomada de decisão, conseguiu em tempo útil decidir o que era preciso fazer, quer na aquisição das vacinas, quer depois na disponibilização dos recursos financeiros para acorrer às empresas e às famílias. Depois de tudo isso veio a invasão da Ucrânia pela Rússia e os efeitos nefastos dessa guerra, designadamente o aumento do custo de vida, o aumento do custo da energia que depois se reflete nos bens alimentares e em tudo mais e também a inflação elevadíssima como há muito não se via.

Felizmente todos os indicadores reconhecem o sucesso das políticas adotadas pelos governos de António Costa, quer no combate à pandemia, quer também agora para mitigar os efeitos da guerra na Ucrânia. Crescimento económico acima da média europeia, baixa taxa de desemprego, inferior à média europeia, exportações em alta, atração de investimentos estrangeiro, e tudo isto com o aumento dos apoios sociais, às famílias, às pessoas, também às empresas, aumento das pensões, investimento no Serviço Nacional de Saúde e na escola pública, soluções para a redução da tarifa da energia, mais recentemente o IVA zero para bens alimentares. Claro que a economia é importante, sem ela não há criação de emprego, não há bem-estar e não há dividendos para se poder distribuir pelas pessoas que mais necessitam, mas a economia tem de estar ao serviço das pessoas, as pessoas estão em primeiro lugar.

Gostaria também de sublinhar que o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa reconheceu o grande peso político que António Costa tem na Europa, e eu também sou testemunha disso. A marca Portugal é uma marca prestigiada a nível internacional e isso deve-se muito também a António Costa, ele é uma voz audível e respeitada que tem contribuído para influenciar as políticas europeias de que resultam benefícios para a Europa e para Portugal, portanto todos os cidadãos disso beneficiam. António Costa é sem dúvida uma mais-valia para o PS e sobretudo para o país.

Concluindo, sim! O socialismo democrático e a social democracia tem passado e tem um grande futuro. E mais do que nunca é necessário que tenha força porque neste mundo de grandes incertezas e de enormes desafios precisamos de quem nos dê garantias de conseguir conciliar desenvolvimento económico com Estado social para que, de facto, ninguém fique para trás. •

“Neste mundo de grandes incertezas e de enormes desafios precisamos de quem nos dê garantias de conseguir conciliar desenvolvimento económico com Estado social.”

Com Mario Soares, em 1986. esq.

Edite Estrela com António Guterres, Jorge Sampaio e Almeida Santos. dir.

Fotos cedidas pela própria.



**“A partir de 1980 ser do PS
era a forma mais radical
de ser democrata”**

Eduardo Ferro Rodrigues



Porquê o Partido Socialista?

A minha politização foi intensa e radical desde miúdo, desde que testemunhei uma carga da GNR a cavalo sobre manifestantes que pretendiam ir a um comício do General Humberto Delgado no Liceu Camões em 1958. Depois quando presenciei, uns anos depois, vários familiares e amigos atacados aquando das greves estudantis de 1962. E mais tarde quando entrei para Económicas, para o ISCEF, e participei intensamente, até como presidente da Associação dos Estudantes, nas grandes lutas entre 1968 e 1972. O MES [Movimento de Esquerda Socialista], de qual fui fundador em 1974, tinha na origem um anseio de democracia radical. Nos anos 70 tentei contribuir para isso, numa lógica anticapitalista e anti-imperialista. A partir de 1980 não foram os livros mas a experiência prática que me conduziu naturalmente ao PS, porque naquele momento era a forma mais radical de ser democrata.

Conte-nos como foi a sua adesão ao PS. Quando e em que circunstâncias?

Entre para o PS com alguma circunstância e pequena pompa a 25 de abril de 1986, depois de ter contribuído para a extinção do meu partido, do MES, que acabou com um belo jantar no Mercado do Povo em 1981, e depois de ter participado no movimento da Nova Esquerda depois de termos apoiado como independentes Mário Soares e o PS em 1983 e depois de termos avalizado, inclusivamente, o bloco central, que evidentemente poderia dispensar o nosso aval... Entrei para o PS conjuntamente com dezenas de socialistas sem partido, lembrando o que Mário Soares tinha afirmado nessa altura: “Ser socialista é ser do PS”.

Na sua opinião, qual foi o contributo mais importante do PS para a democracia portuguesa?

A cegueira ideológica e algum sectarismo, e também alguma generosidade utópica para os contributos na altura do processo revolucionário, levaram a que só mais tarde reconhecêssemos no PS e em Mário Soares aquilo que era o papel fundamental na edificação da própria democracia e a sua decisiva força que levou o país para a União Europeia e não para uma qualquer alternativa terceiro-mundista. E isso acho que é o mais importante a sublinhar.

Quais foram os acontecimentos/momentos políticos para si mais marcantes na história do PS?

Eu só posso falar com à-vontade da história do PS após 1986, embora tenha vivido aquele ambiente fúnebre antes de entrar para o PS, aquando da campanha de 1985 e da grande derrota que Partido Socialista teve, em que me lembro

EDUARDO FERRO

RODRIGUES nasceu em Lisboa em 1949 e a sua politização fez-se nos movimentos estudantis de luta contra a ditadura. Foi um dos fundadores do MES, movimento nascido no pós-25 de Abril de uma “ânsia de democracia radical”. A “experiência prática” conduziu-o posteriormente ao PS, já na década de 80. Licenciado em Economia, fez carreira na administração pública, tendo chegado ao governo em 1995 como Ministro da Solidariedade e Segurança Social no executivo liderado por António Guterres, onde ocuparia várias pastas nos anos seguintes. Em 2002 foi eleito Secretário-Geral do Partido Socialista, função que manteve até 2004. Rumou a Paris no ano seguinte para ocupar o cargo de embaixador de Portugal na OCDE. Foi eleito Presidente da Assembleia da República em 2015, cargo que ocupou até 2022.

“Entrei para o PS conjuntamente com dezenas de socialistas sem partido, lembrando o que Mário Soares tinha afirmado nessa altura: “Ser socialista é ser do PS.”

“Os partidos nascem, vivem e morrem. Para que continuem a viver é muito importante que em Portugal haja um autêntico sobressalto democrático.”

de ir à sede do PS e de se respirar um ambiente de quase casa funerária, com o Almeida Santos a receber aqueles que lá iam dar um abraço. Mas a partir de 1986, nestes quase trinta anos, as minhas grandes referências e momentos foram a campanha de Mário Soares em 1986, a sua ida à segunda volta por milímetros, que eu comemorei como se tivesse sido a verdadeira vitória; a vitória extraordinária contra Freitas do Amaral que o levou [a Mário Soares] a Belém; a minha presença muito ativa em todo o período de oposição ao cavaquismo entre 1986 e 1985; no Parlamento a partir de 1991; os Estados Gerais; a vitória de António Guterres e do PS em 1995; a participação de que muito me orgulho como ministro nestes governos entre 1995 e 2001 e a “e extraordinária” escolha de que fui alvo para Secretário-Geral em 2002; as derrotas e vitórias até 2015, quando fui eleito Presidente da Assembleia da República em voto secreto e até 2022. E evidentemente o papel central, fundamental e imprescindível do PS na construção do Estado de Direito e do Portugal europeu.

Quem foram/são para si as maiores referências ou as referências fundamentais do PS, que mais o influenciaram ou inspiraram?

Posso falar de todos os Secretários-Gerais com simpatia, mas salientava cinco deles: Mário Soares, Vítor Constâncio, Jorge Sampaio, António Guterres e António Costa. São pessoas muito diferentes umas das outras. Os que estão vivos, cada um ao seu nível, continuam a dar o seu contributo forte, sobretudo António Costa.

Mário Soares é a personagem central da construção do Partido Socialista e da sua afirmação autónoma. Vítor Constâncio deu um contributo grande naquela altura para uma certa modernização programática e das ideias orgânicas e organizativas do PS, e Jorge Sampaio foi um combatente e uma pessoa que teve um papel essencial também na edificação do Estado de Direito em Portugal, tal qual o conhecemos. António Guterres levou-nos a grandes vitórias, a uma vitória eleitoral de que o PS já estava arredado há muitos anos e isso permitiu que o PS voltasse ao Governo durante vários anos a seguir a 1995. António Costa é um político genial, não é apenas um tático, é uma pessoa de princípios, com ideias para o futuro e com uma estratégia muito clara para o país. Portanto, cada um na sua época, e de acordo com as suas dificuldades e com as suas vantagens, foram marcos muito importantes na história do Partido Socialista.

Quais as questões mais desafiantes que se colocam ao presente e ao futuro do PS?

Como todas as organizações humanas, os partidos nascem, vivem e morrem. Para que continuem a viver é muito importante que em Portugal haja um autêntico sobressalto democrático. Hoje, a principal alternância que se coloca está entre democracia republicana e autoritarismo populista, não é tanto a alternância entre o PS e o PSD. Hoje e amanhã temos de saber honrar o passado e desbravar o futuro sem quaisquer concessões aos neofascistas e àqueles que acham sempre que quanto pior, melhor.

O socialismo e a social-democracia são história ou resposta para o futuro?

Eu insisto que o grande desafio do futuro é a defesa da democracia, o que se faz apenas conseguindo aprofundá-la. Com uma nova comunicação social onde a desregulação está de mãos dadas com o ataque ao Estado de Direito democrático, com a guerra na Europa a partir de Putin, com o multipluralismo sem multilateralismo, correm-se grandes riscos. Os avanços tecnológicos extraordinários podem potenciar esses riscos ou controlá-los, depende da vontade humana e não da inteligência artificial. A devastação das mudanças climáticas, das guerras sem fins, das armas de destruição massiva nessas guerras, da manipulação da informação e dos “comentadores” pode e deve ser travada, bloqueada e revertida. Hoje na Europa social, democracia e socialismo democrático são sinónimos, – com a exceção portuguesa em que um partido que se chama social-democrata e nada tem que ver com a família social-democrata europeia. Espero que para as minhas netas, netos e bisnetos, PS volte a significar socialismo democrático no quadro do liberalismo antigo. A redistribuição do rendimento pode ser muito interessante, mas como diz a canção de Sérgio Godinho só há liberdade a sério quando houver “a paz, o pão, a educação, a saúde e a habitação” e quando pertencer ao povo o que o povo produz, mas com uma exigência básica: que ninguém, pessoas ou partidos, poderá em momento nenhum falar em nome do povo. A democracia representativa, plural, pluripartidária, com liberdade de expressão e de votação tem de ser cada vez mais forte e assegurada, com respeito pela divisão de poderes, entre [poder] legislativo, executivo e judicial, e com vitórias dos nossos ideais nas urnas, com participação muito maior nessas votações do que infelizmente neste momento se passa. ●

Ferro Rodrigues com a mulher, Filomena Peixoto de Aguilar, e os dois filhos gémeos, Rita e João, na manifestação do 25 de Abril de 1977. esquerda em cima

Com o socialista Jorge Coelho num comício da campanha para as eleições legislativas de outubro de 1999. esquerda em baixo

Ações de campanha em Matosinhos para as eleições legislativas de 2002. Ferro Rodrigues foi o cabeça de lista pelo PS. dir.

Fotos cedidas pelo próprio.



**“Quando tive de escolher,
acabou por ser inevitável
a escolha no PS”**

Jamila Madeira



Porquê o Partido Socialista?

Quando eu era muito nova e tinha também em casa bastante movida política, essa curiosidade surgiu-me cedo. Posso dizer que também tive alguns instintos que me conduziram depois para o Partido Socialista. Isso foi muito claro. Por exemplo, recordo-me, e digo isto com um sorriso, na escola primária tinha uma professora com um perfil de antigamente e escrevi-lhe uma carta anónima a dizer que na sala [de aula] havia leis funil, largas para uns, estreitas para outros. Eu nem era a pessoa que mais me queixava, mas achava que [as regras] não eram iguais para todos. Portanto, a lógica de justiça social, de igualdade de direitos, de solidariedade, estava e esteve sempre muito enraizada nos meus princípios. O ser de esquerda e o ideologicamente à esquerda foi absolutamente claro para mim desde muito tenra idade.

Depois tive o privilégio, acho que podemos dizer assim, de ter o grande confronto Soares/Freitas nas presidenciais de 1986 e que, naturalmente, nos permitiu clarificar ideologicamente, de uma maneira muito marcada, o ser à esquerda ou o ser à direita. No ser à esquerda teria, na minha visão, que ter a democraticidade, a liberdade, a solidariedade muito enraizadas e essas opções só estavam – e só estão, apesar da oferta hoje teoricamente ser maior – associadas ao Partido Socialista.

Conte-nos como foi a sua adesão ao PS. Quando e em que circunstâncias?

Quando esta vivência Soares/Freitas aconteceu eu tinha dez anos, portanto foi muito precoce. Mas o que se tornou evidente foi que quando tive de escolher, acabou por ser inevitável a escolha no PS. Antes fui membro da JS, mas ainda antes de poder ser membro da JS, aos 14 anos, já me estavam a convidar para coisas. Houve um momento, que ainda não me afetava, que foi a Prova Geral de Acesso, mas que considerei de uma grande injustiça, não por aquilo que representava *per si*, mas pela discriminação entre quem estava dentro de um contexto familiar que lhe permitia conhecer um conjunto de coisas e aqueles que só estavam a viver aquilo que a escola tinha providenciado. E nós estávamos a avaliar o acesso ao ensino superior por critérios que a escola não tinha providenciado, portanto, a discriminar, a não ser promotores de igualdade, a cortar o elevador social, se pudermos dizer assim. Envolvi-me muito, promovi muitas manifestações, cortei estradas [risos]. Foi um momento vivido intensamente em nome das liberdades e dos direitos numa sociedade justa. A educação pública é algo importante no nosso Estado democrático e depois estarmos a discriminar avaliando coisas que não estávamos a providenciar era naturalmente um elemento de enorme discriminação e de injustiça e que não podia de maneira nenhuma deixar passar.

JAMILA MADEIRA nasceu em Loulé, em 1975, numa família ligada à política. O confronto entre Mário Soares e Freitas do Amaral, nas eleições presidenciais de 1986, ajudou a clarificar a sua posição ideológica à esquerda, mas foi na contestação dos estudantes contra a Prova Geral de Acesso no início dos anos 90 que deu nas vistas. Foi eleita Comissária Nacional da Juventude Socialista em 1994 e em 2000 foi escolhida para liderar a Juventude Socialista. Pelo caminho, licenciou-se em Economia e fez um mestrado em Finanças. Chegou pela primeira vez ao hemiciclo da Assembleia da República em 1989, tendo ocupado o lugar de deputada nas VIII, IX e XI Legislaturas. Em 2004 foi eleita deputada ao Parlamento Europeu. Foi Secretária de Estado Adjunta e da Saúde no segundo mandato de António Costa.

"O grande confronto Soares/Freitas nas Presidenciais de 1986 permitiu clarificar ideologicamente o ser à esquerda ou o ser à direita."

Na sua opinião, qual foi o contributo mais importante do PS para a democracia portuguesa?

Sem ser o 25 de Abril?! Nós estamos precisamente a viver os 50 anos do Partido Socialista antes dos 50 anos do 25 de Abril o que faz com que o 25 de Abril seja talvez o maior momento. Mas se formos ver num momento pós-democracia, não tenho dúvidas de que adesão imediata à Comunidade Económica Europeia, o perceber que tínhamos que levar connosco os nossos irmãos espanhóis... nós fomos não só responsáveis pela nossa adesão à União Europeia, mas também responsáveis, de alguma maneira, pelo acelerar da democratização do Estado espanhol, e quem conhece alguns dos detalhes da negociação que Mário Soares levou às instituições europeias à época tem a noção de que se Espanha não estivesse em condições de aderir nós dificilmente aderiríamos e, portanto, com a plataforma de contactos internacionais que Mário Soares tinha acabámos por promover, ajudar a que se acelerasse um bocadinho o processo democrático também em Espanha.

Depois houve muitas outras, como a adesão ao euro, o Tratado de Lisboa, todas elas passaram pela mão do PS. O PS é o partido de charneira, é o partido das grandes marcas da sociedade portuguesa e, portanto, há muitas mais. Quando há pouco falava da educação pública e do SNS, são dois elementos que reforçam o elevador social, que reforçam a democratização da nossa sociedade, a solidariedade entre todos, mas podemos ir mais longe: a própria Segurança Social, o reforço do Estado social por esses instrumentos. Estes instrumentos existem precisamente para a função redistributiva, para reajustar, e porque sabemos, e já sabemos desde o início da construção do nosso Estado democrático, que eles eram essenciais e que sem eles, sem o Rendimento Mínimo Garantido, sem prestações sociais, sem abono de família, sem pensões, estaríamos sempre a comparar uma sociedade de quem tem oportunidades com uma de quem não tem oportunidades. Quem por alguma razão não teve oportunidades, não tem necessariamente a ver com demérito seu, tem a ver com a conjuntura da sua vida



e é preciso criar condições para essas oportunidades surgirem e todos temos responsabilidades, não são responsabilidades individuais, são responsabilidades coletivas, todos temos responsabilidades pelo outro. É isso que o PS sempre marcou na sociedade portuguesa e acho que continua a marcar.

Quais foram os acontecimentos/momentos políticos para si mais marcantes na história do PS?

A própria eleição de Mário Soares como Presidente da República terá sido um grande momento, apesar de podermos dizer que nessa altura Mário Soares entregou o seu cartão de militante, tornou-se um cidadão do mundo. O coração não faz isso, mas o ato político foi de distanciamento partidário.

Vivido por mim, e marcadamente relevante para tudo aquilo que depois se tornou o nosso país, a eleição em 1995 de António Guterres depois das maiorias absolutas de Cavaco Silva. Foi um mudar de paradigma. Eu tinha crescido e tinha-me formado num contexto de uma sociedade muito individualista, em que a direita promovia uma imagem em que estávamos numa União Europeia que trazia muitas riquezas ao nosso país, mas que dizia que o indivíduo, a pessoa sozinha com o seu curso, o seu computador, não precisava de mais ninguém, não precisava de Estado social, não precisava de Serviço Nacional de Saúde, porque *per si* seria autónomo, teria o seu ordenado e não precisaria do outro. Era uma sociedade muito mais egoística e essa mudança de paradigma acontece com a eleição de António Guterres em 1995. [Dá-se] o robustecimento do Estado social, com uma marca muito importante que foi a criação do Rendimento Mínimo Garantido, que levou a alterar completamente os paradigmas de exclusão social na nossa sociedade, com o reforço da escola pública, a paixão da educação e todo o lema da campanha “Com a razão e com o coração” que foi feita ao lado dos portugueses. Vivido por mim, talvez tenha sido o grande momento político.

Outro momento mais emotivo e igualmente importante, embora numa outra fase da minha vida, foi quando tivemos a campanha europeia em que, lamentavelmente, dias antes das eleições perdemos o nosso cabeça de lista, Sousa Franco. Espero nunca viver nada semelhante novamente, foi um momento de imensa intensidade, não só porque Sousa Franco era uma pessoa muito diferente da maioria dos militantes do PS em termos ideológicos, mas em termos sociais e de solidariedade era um dos nossos. Foi não só uma campanha, mas uma intensidade de momentos que depois levou um grande resultado eleitoral, lamentavelmente sem ele.

Quem foram/são para si as maiores referências ou as referências fundamentais do PS, que mais a influenciaram ou inspiraram?

[Referindo-me a figuras] nacionais, tive o gosto, o prazer, de conhecer Mário Soares pessoalmente, que era um homem mais do que marcante, que nos envolvia. Da mesma forma que disse que foi em 1986, pelo confronto Soares/

“Com a eleição de António Guterres em 1995 [dá-se] o robustecimento do Estado social, com uma marca muito importante que foi a criação do Rendimento Mínimo Garantido, que levou a alterar completamente os paradigmas de exclusão social na nossa sociedade”.

“O partido charneira do liberalismo em Portugal é o PS. Fomos nós que em termos de valores, de princípios, de respeito pelas opções do outro, colocamos isso na Constituição, colocámos isso nos direitos, colocámos isso nas leis.”

Freitas, que para mim ficou claro que [a minha opção] era a esquerda e a esquerda democrática, portanto, teria de ser do PS, aquando das manifestações contra a guerra do Iraque eu tinha duas grandes figuras ao meu lado, Soares e Freitas, e disse-lhes que era um grande momento para mim, ainda que um bocado estranho... eles fartaram-se de rir. Tinha sido no confronto de ambos que eu tinha percebido que o caminho era por ali e depois estavam os dois ali... [risos] Foi um momento de democratas, de respeito pela ordem internacional, de respeito pelo outro. Apesar de em determinado momento eles serem muito diferentes, ambos eram enormes promotores do respeito pelo outro e do direito e das regras, que tanto se discute nos dias de hoje. São duas figuras que me marcaram, claramente Mário Soares mais do que Freitas do Amaral, mas é muito importante perceber porque ambos tinham um contexto, um contexto nacional e um contexto internacional.

Também tive o gosto de conhecer pessoalmente Nelson Mandela, e julgo que foi uma figura marcante da nossa história contemporânea, por tudo aquilo que ele sofreu e por tudo aquilo que ele representou. Conseguiu ir além do seu próprio eu, “isto não sou eu, somos nós”.

Quais as questões mais desafiantes que se colocam ao presente e ao futuro do PS?

Temos grandes desafios. Nós construímos um modelo de sociedade muito complexo, que nem sempre é facilmente compreensível para o outro e que precisa de ser permanentemente afinado, tal como a democracia. Nós padecemos de um enorme erro e eu sempre tive essa perceção: fizemos o 25 de Abril e [pensámos que] a democracia faz o resto, educa para a cidadania, educa para a democracia, educa para a liberdade. E só muito tarde, eu diria mesmo só com o governo de António Guterres, é que percebemos e começamos a encetar um caminho de educação para a cidadania, reforço da democracia. Educar para todos aqueles que nasceram como tendo isto que temos hoje como uma garantia e achando que isto nunca vai voltar atrás. E é preciso mais.

Hoje ouvimos dizer muitas vezes “eu sou liberal”. E o que é ser liberal? O que é ser liberal num mundo sem um Estado social robusto, se se achar que o cheque ensino ou o cheque de saúde vai conseguir fornecer os medicamentos mais inovadores que são fornecidos no Serviço Nacional de Saúde? Acho que esse é um grande desafio do PS porque é muito fácil às novas gerações dizerem “eu sou liberal”. O partido charneira do liberalismo em Portugal é o PS. Fomos nós que em termos de valores, de princípios, de respeito pelas opções do outro, colocamos isso na Constituição, colocámos isso nos direitos, colocámos isso nas leis. Podemos falar da lei da paridade ou até das alterações que fizemos à Constituição para respeito das opções do outro... Isso é o liberalismo que nós defendemos, mas com o princípio da justiça social e não do igualitarismo. É preciso criar igualdade mas com equidade, para criar respeito pelo outro, reconhecendo que o outro tem uma vicissitude de vida diferente. Eu julgo que essa é uma mensagem para o futuro muito importante.

Claro que depois temos os desafios económicos. Portugal está num ponto de viragem. Isto é muito curioso: somos o país que mais cresce em termos europeus no momento em que temos uma guerra em curso, um desequilíbrio da ordem mundial, mas em que Portugal se afirma na diferença, promovendo desenvolvimento, ou seja, passando [de um grupo] de países de determinado perfil económico para outro perfil económico. Isso terá dores de crescimento, mas é essencial que não se volte atrás, que este modelo de desenvolvimento leve todos, leve a sociedade como um todo.

Se esse modelo de desenvolvimento nos permitir ajustar as nossas contas, desenhar um novo paradigma económico, um novo modelo de maior inovação, com mais a diferenciação, entraremos num novo ciclo. Se tivermos a tentação de travar, se tivermos a tentação de voltar, por exemplo, aos salários baixos, podemos deitar tudo a perder. Portanto, temos de continuar este caminho e esta é uma mensagem que o PS como partido charneira tem de continuar a promover, que é desenhar o equilíbrio nesta complexidade deste sistema, em como construir o modelo económico sem deixar ninguém para trás.

O socialismo e a social-democracia são história ou resposta para o futuro?

Por tudo o que disse anteriormente, acho que não é de toda história e que só mesmo a social-democracia ou socialismo democrático podem fazer um mundo melhor.

E para além disso, basta olhar para as organizações internacionais onde a social-democracia está envolvida. A maior organização mundial de partidos irmãos do PS é a Internacional Socialista ou, em termos europeus, o Partido Socialista Europeu. E é muito simbólico que nos nossos 50 anos do Partido Socialista, mais de 50 partidos por todo o mundo tenham feito questão de estar presentes, porque nós somos o referencial.

A nossa social-democracia, o nosso socialismo democrático é o referencial para muitos destes partidos e países que têm um nível de desenvolvimento democrático e da sua ideologia, apesar de irmã da nossa, muito diferente. Futuro, de certeza! •

Jamila Madeira com António Guterres e António Almeida Santos, à data Secretário-Geral e Presidente do PS, respetivamente, no XII Congresso do PS, no Parque das Nações em 2001. esq.

No Hotel Altis, sede de campanha do PS, na noite das eleições europeias de 13 de junho de 2004, quando o PS ganhou com maioria absoluta. António Costa substituiu Sousa Franco como cabeça de lista ao Parlamento Europeu, após a morte de Sousa Franco durante uma ação de campanha em Matosinhos. dir.

Fotos cedidas pela Fundação Mário Soares e Maria Barroso.



**“O PS foi sempre um ponto
de equilíbrio à esquerda
e continua a ser”**

João Soares



Porquê o Partido Socialista?

Os ideais do Partido Socialista são aqueles que eu sempre tive para mim como os melhores para o mundo em que vivemos. É verdade que eu, de um certo ponto de vista, por razões que são compreensíveis, pela proximidade pessoal, não apenas familiar, com muitas das pessoas que estiveram na origem do Partido Socialista, tive sempre um caminho um bocado facilitado. A generalidade da minha geração, aquela que teve atividade contra a ditadura no movimento estudantil, no meu caso liceal e depois universitário na Faculdade de Direito de Lisboa, pertenceu às correntes comunistas, que a partir de meados dos anos 60 já tinham várias linhas. Até à dissidência pró-chinesa do Partido Comunista nos anos 60, que tem a ver também com a situação internacional, o que havia era o Partido Comunista e a geração dos meus pais teve toda próxima do Partido Comunista. Evidentemente que a proximidade com os meus pais e com os amigos dos meus pais e a biblioteca lá de casa vacinaram-me em relação a qualquer deriva desse tipo, mas a esmagadora maioria dos meus amigos dessa altura foram ou do PC ou do MRPP ou daquelas correntes maoistas que havia.

O PS, assumindo a velha tradição social-democrata que vem do Antero de Quental, que não tem nada que ver com a fundação do partido no final do século XIX, retoma uma corrente que se revê na família europeia e cujo grande símbolo para a minha geração era e continua a ser o Willy Brandt e a social-democracia alemã.

O PS foi sempre um ponto de equilíbrio à esquerda e continua a ser e é nessa tradição que eu me revejo.

Como foi a sua adesão ao PS?

Eu não fui à Alemanha, estava em Paris com a minha irmã. Os meus pais foram para a Alemanha e nós sabíamos bem o que é que eles lá iam fazer. E até ficámos com uma missão que foi mandar um telegrama para o Porto, porque tinham sido feitas várias manobras de distração, as pessoas que foram à Alemanha tinham bilhetes por vários lados para não parecer que iam todas para o mesmo sítio. Mas eu aderi logo a seguir ao 25 de Abril, se bem que na altura não se aderiu formalmente a coisa nenhuma. Não estou a dizer que nasci dentro do PS, não é nenhum privilégio, o PS é um partido republicano. Mas formalmente inscrevi-me na cooperativa que havia na Duque de Ávila, que foi a primeira sede do PS. Depois, a Junta de Salvação Nacional deu uma sede a cada partido que tinha existência antes do 25 de Abril e o PS ficou com as instalações que tinham sido da censura ao cinema em São Pedro de Alcântara.

JOÃO SOARES nasceu em Lisboa em 1949, filho de Mário Soares e de Maria Barroso. Cedo de envolveu nos movimentos estudantis de oposição à ditadura, primeiro no liceu e depois na Faculdade de Direito de Lisboa, sendo membro do Partido Socialista desde a sua fundação em 1973. A seguir ao 25 de abril fundou com Víctor Cunha Rego a editora Perspectivas & Realidades (P&R), de que ainda hoje é proprietário. Aliás, apesar dos diversos cargos políticos que ocupou, é como editor literário de profissão que se apresenta. Foi deputado à Assembleia da República entre 1987 e 1990, e, novamente, nas legislaturas iniciadas em 2002, 2005 e 2009. Foi igualmente deputado ao Parlamento Europeu, de 1994 a 1995. Foi Presidente da Câmara de Lisboa entre 1995 e 2002 e Ministro da Cultura do primeiro governo de António Costa.

“O PS tem de estar à altura dos desafios que se nos colocam e os desafios são múltiplos. Passam, em primeiro lugar, por sermos capazes de existir, isto é, no sentido de refletir, construir, readaptar aquilo que são os valores fundamentais da social-democracia.”

Na sua opinião, qual foi o contributo mais importante do PS para a democracia portuguesa?

Deu um contributo decisivo. Soares e Zenha deram um contributo absolutamente decisivo, antes e depois [do 25 de Abril]. Têm um palmarés de resistência, com cadeias e com bom porte na polícia, que é outra coisa também muito importante. O Zenha esteve mais tempo preso do que o meu pai, mas foi menos vezes preso. O meu pai esteve 13 vezes preso, tudo somado dá para aí quatro anos e tal, o Zenha acho que chegou aos cinco [anos de prisão]. Eles dão ali um contributo muito importante e isso foi logo identificado pela população. O povo não conhecia, tinha umas referências: o Cunhal, o Soares, depois começou a aparecer o Sá Carneiro, mas só no pós-25 de Abril, [surgiram figuras] com ainda algum compromisso com o regime que são os liberais. Os exilados eram os mais importantes das forças políticas. O meu pai é o primeiro que chega [a seguir ao 25 de Abril] e vem de comboio. Ele chega com dois dias de antecedência em relação ao Cunhal e partiu de Paris com 24 horas de antecedência. Ele foi o que teve mais confiança – também porque havia contacto já com os militares e com umas correntes através do grupo que estava no [jornal] República. Foi, aliás, onde eu passei o dia 25 de Abril, ali à volta do República. Foi o primeiro jornal, saiu às três ou às quatro da tarde do dia 25 de Abril com uma tarja vermelha a dizer “Este jornal não foi à censura”. Eu assisti à discussão entre o [Raul] Rego, o Zenha e o Gustavo Soromenho sobre se mandavam [o jornal] à censura ou não. Houve ali alguma ponderação.

Olhando para estes 50 anos, quer destacar outros marcos importantes do PS para a consolidação da democracia?

Logo o primeiro Governo Constitucional. Quer o Soares, quer o Zenha estavam no primeiro Governo Provisório e isso foi fundamental. O Zenha foi Ministro da Justiça e negociou com o Vaticano a revisão da Concordata. O meu pai foi o primeiro Ministro dos Negócios Estrangeiros que abriu as portas europeias e não só. E depois a seguir às primeiras eleições legislativas, o primeiro Governo Constitucional também foi um governo do Partido Socialista E não é por acaso que isso acontece. Curiosamente, o primeiro Presidente da República não militar também foi o Soares.

O combate contra a unicidade sindical foi um combate decisivo, foi o Zenha que o lançou no início de 75. Aí tem um exemplo do que era aquela deriva... queriam dizer que sindicato é só um e que é a CGTP. Tudo isso foram coisas muito significativas. Por um lado, os apoios internacionais das forças democráticas e socialistas à maioria dos primeiros ministros no imediato pós-25 de Abril. O Olof Palm, o Helmut Schmidt, o Willy Brandt, que já não era chanceler, o [François] Mitterrand, o austríaco [Bruno] Kreisky, os trabalhistas ingleses... São tudo tipos que ajudaram muito e isso consolidou [a democracia] até no plano económico.

Dos acontecimentos que teve a oportunidade de presenciar nestes 50 anos quais foram aqueles que mais o marcaram ou que gostaria de destacar?

Primeiro o 25 de Abril. Continua a ser o dia mais feliz da minha vida. Já fui pai de cinco filhos e assisti aos partos todos e são dias muito felizes e tenho tido outras alegrias – também já tive tristezas várias – mas o 25 de Abril é um dia absolutamente inesquecível, que espero que fique até ao fim como um dos dias mais felizes.

A eleição do meu pai como Presidente da República também acho que foi uma coisa justíssima em relação ao PS e em relação ao país. Apesar de tudo, digamos que a história o acabou por reconhecer, não é?! Ele tinha tido uma experiência muito longa, ele e o Zenha viveram um bocado mais tempo em ditadura do que em democracia. No plano político, os comícios da Alameda... foram grandes momentos.

Quem foram/são para si as maiores referências ou as referências fundamentais do PS, que mais o influenciaram ou inspiraram?

Os meus pais, evidentemente. A minha mãe, aliás, era a única mulher presente no momento da fundação do PS e falou. E votou contra a orientação do meu pai, que era quem tinha razão, sejamos sinceros. Chamam-me João Soares, mas eu digo sempre que sou o “João Barroso Soares”.

O Zenha indiscutivelmente. O [Raul] Rego, o Caetano de Meneses, os dois irmãos Cal Brandão, o António Macedo, que foi o primeiro presidente do Partido.

Quais as questões mais desafiantes que se colocam ao presente e ao futuro do PS?

O PS tem de estar à altura dos desafios que se nos colocam e os desafios são múltiplos. Têm que ver com as grandes questões que se colocam às

“Eu nunca fui comunista, pelo contrário, mas reconheço que os partidos comunistas tiveram, e devam ter na minha opinião, um papel importante nas várias sociedades contemporâneas, nomeadamente na Europa.”



"Há uma necessidade cada vez mais premente da linha social-democrata. É preciso é que quem a protagoniza, ao nível partidário e ao nível da presença no universo intelectual e no universo mediático [...] tenha capacidade de dar a volta à situação."

sociedades contemporâneas. Passam, em primeiro lugar, por sermos capazes de existir, isto é, no sentido de refletir, construir, readaptar aquilo que são os valores fundamentais da social-democracia – que no fundo são os valores que herdamos da Revolução Francesa, que têm que ver com aqueles três princípios fundamentais da liberdade, da igualdade e da solidariedade – aos tempos contemporâneos, que não são fáceis. Isto não é discurso de velho! Não é dizer que no tempo anterior era melhor, porque nós conhecemos, sobretudo na segunda metade do século XX, os piores momentos de sempre da História da Humanidade, com o Gulag e o estalinismo de um lado e, do outro, o nazismo e o Hitler e os campos de concentração. E nalguma medida estamos a assistir a fenómenos que invocam e evocam essa memória. A Alemanha era, no limiar dos anos 30, um dos países mais avançados da Europa, com os melhores arquitetos, os melhores cineastas, os melhores intelectuais, os melhores filósofos eram alemães, e isso não impediu que em menos de dez anos assistíssemos à derrocada a que assistimos e a uma das coisas mais bárbaras que conhecemos na Europa e no mundo. Quando vemos estes novos desafios com que estamos a lidar, e mal, que têm que ver com as questões de natureza ambiental, numa primeira perspetiva, depois têm que ver com desenvolvimento do mundo... Não é uma brincadeira saber que ainda ontem e anteontem [16 e 17 de setembro] chegaram em condições absolutamente miseráveis a Lampedusa, uma pequena ilha ao sul da Sicília, 15 mil pessoas e que já vão em cento e tal mil pessoas que chegaram só a Lampedusa há relativamente pouco tempo e a Europa ainda não tem uma resposta capaz para isto. Vai lá a senhora Presidente da Comissão [Europeia], vai lá a Primeira-Ministra de Itália, mas não têm resposta. A Europa como um conjunto tem de ter uma resposta às questões que têm que ver com a imigração. Já nem estou a falar da emigração que resulta da guerra, porque só a agressão e a invasão russa da Ucrânia já deu origem a mais de um milhão de refugiados ucranianos espalhados pela Europa. Isto são coisas para as quais a social-democracia tem de ter, como sempre teve nos grandes momentos da História da Europa, uma das bandeiras mais visíveis.

O socialismo e a social-democracia são história ou resposta para o futuro?

Eu continuo a pensar que a social-democracia é a resposta. Também temos que conhecer a História e temos que conhecer a evolução recente. Houve casos onde a social-democracia teve um peso muito significativo e soçobrou por completo. A França é um bom exemplo. A França foi para a minha geração e para a geração anterior, a geração dos meus pais, e mesmo para algumas gerações que nos sucederam, uma referência em termos de social-democracia, desde o Léon Blum, da Frente Popular, etc., são as grandes referências europeias, da mesma forma que o foi o trabalhismo britânico e a social-democracia alemã. Mas a social-democracia em França e o Partido Socialista soçobrou por completo e não tem hoje o peso que tinha obrigação de ter e é

preciso ter consciência de como é que essa evolução se fez. A Itália, ainda antes da França, também tinha assistido a um colapso completo do socialismo-democrático e do Partido Socialista. Tem, aliás, algumas semelhanças com o que se passou com os partidos comunistas. Eu nunca fui comunista, pelo contrário, mas reconheço que os partidos comunistas tiveram, e deviam ter na minha opinião, um papel importante nas várias sociedades contemporâneas, nomeadamente na Europa. E vamos sentir a falta deles, nomeadamente quando deixarem de ter, no nosso caso português, o controlo que foram tendo sobre o movimento sindical. No dia em que o PC não pesa na CGTP vamos ter coletes amarelos, vamos ter sindicatos do Chega, vamos ter aquelas coisas pseudoesquerdistas do STOP e vamos ter uma coisa que tende para o caos do ponto de vista sindical. Agora, isso ainda nos obriga mais, a nós socialistas e aos social-democratas que somos, a termos uma resposta capaz e, sobretudo, um discurso que seja entendível.

Há poucas semanas, na Academia do PS, o Presidente do Partido, Carlos César, disse uma coisa importante, e acho que foi dita no momento certo, que é o facto de nós não nos podermos convencer que podemos governar o país sozinhos e que toda a gente tem de estar de acordo connosco. Temos de ser capazes de ouvir os outros e temos que ser capazes, sobretudo, de ter um discurso que esteja de acordo com as nossas convicções, mas que atraia a malta jovem que está muito ressabiada em relação a tudo o que é o sistema político.

Portanto, há uma necessidade cada vez mais premente da linha social-democrata. É preciso é que quem a protagoniza, ao nível partidário e ao nível da presença no universo intelectual e no universo mediático, que é hoje muito difuso, porque não se limita aos grandes meios de comunicação social ou cada vez menos se restringe aos grandes meios de comunicação social, tenha capacidade de dar a volta à situação. •



“Temos de ser capazes de ter um discurso que esteja de acordo com as nossas convicções, mas que atraia a malta jovem que está muito ressabiada em relação a tudo o que é o sistema político.”

João Soares em frente ao Quartel do Carmo no dia 25 de Abril de 1974.

Foto cedida pelo próprio.

**“Portugal é a grande
prova de que o socialismo
democrático é a ideologia do
presente e do futuro”**

Luísa Salgueiro



Porquê o Partido Socialista?

Sem ter tido filiação partidária durante muitos anos, filiei-me já próximo dos 30 anos, sempre me posicionei no quadrante do socialismo democrático da social-democracia. Comecei a ter uma intervenção política através de um órgão consultivo da juventude no meu concelho e revi-me na forma de intervenção que o município tinha. Portanto, quando fui convidada a aderir ao partido, aderi convicta e coerentemente porque acredito na valorização da igualdade de oportunidades, na criação de condições para que as pessoas tenham uma vida digna, na intervenção através do Estado para garantir que todas as pessoas têm acesso aos bens essenciais e aos serviços essenciais, sem afastar obviamente a necessidade de termos a participação do mercado, não tenho nenhum dogma relativamente a isso. Portanto, revia-me nos ideais do Partido Socialista português, democrático e progressista.

Conte-nos como foi a sua adesão ao PS. Quando e em que circunstâncias?

Eu sou advogada de profissão e acho que se faz política também na advocacia. Foi sempre assim que me vi a ser advogada, também por essa relação com os Direitos Humanos e no apoio às pessoas e no acompanhamento àqueles que estão mais vulneráveis e que de outra forma não têm quem seja a sua voz, a voz de alguém que precisa de ser defendido. Depois tive uma participação mais próxima do partido quando aceitei o convite para pertencer àquele que eu penso ter sido o primeiro conselho consultivo de juventude em Portugal, que agora são os conselhos municipais da juventude. Eu era independente, fui convidada para pertencer ao conselho consultivo da juventude de Matosinhos, pautava a minha intervenção nesse órgão por ser muito reivindicativa, contradizer muitas propostas que vinham do executivo, tive sempre opinião, fiz-me sempre ouvir, e no final de um mandato como membro do conselho da juventude o Narciso Miranda, que era Presidente da Câmara, convidou-me a integrar as listas do Partido Socialista. Eu aceitei porque me revia na forma de trabalho, porque entendi que a partir desse órgão poderia oficial e institucionalmente ter um papel político e foi assim que aconteceu, sem nunca ter pensado nisso previamente.

Na sua opinião, qual foi o contributo mais importante do PS para a democracia portuguesa?

O Partido Socialista deu e dá um contributo decisivo para vivermos numa democracia. O seu grande ativo são as pessoas, tendo tipo sempre políticas que garantem a igualdade entre todos. Em Portugal, com um período longo de liderança do Partido Socialista, as pessoas sabem que independentemente da sua condição à nascença, têm condições para ter dignidade em termos do respeito

LUÍSA SALGUEIRO natural de Matosinhos, nasceu em 1968 e formou-se em Direito tendo praticado advocacia durante vários anos, uma profissão na qual “também se faz política”. Integrou pela primeira vez as listas do Partido Socialista em 1997, tendo ocupado o cargo de vereadora da Câmara Municipal de Matosinhos. Foi deputada à Assembleia da República entre 2005 e 2017, ano em que foi eleita presidente da Câmara Municipal de Matosinhos. Preside à Associação Nacional de Municípios Portugueses desde 2021.

"A visão de sociedade integral, do reforço às populações mais vulneráveis, da realização dos investimentos que permitam alavancar zonas do território que precisam do investimento público, tudo isso foi decisivo e é indissociável também da presença do Partido Socialista".

pela vida humana, por termos criado o Serviço Nacional de Saúde, um sistema de Segurança Social, a escola pública de qualidade, mas também, em simultâneo, por termos sido e sermos ao longo destes tempos de democracia um partido que garante estabilidade, um bem cada vez mais apreciado pelo eleitorado, e que ao mesmo tempo é capaz de garantir boas contas públicas, finanças públicas saudáveis, e de criar confiança nas pessoas. Eu penso que o Partido Socialista durante estes 50 anos soube garantir a afirmação e a maturidade do sistema democrático em Portugal, colocando-se como um partido moderno e permitindo que Portugal, com a então adesão à CEE e a sua presença na Europa, possa ser um país de oportunidades para todos, um país desenvolvido, onde as empresas também podem investir, onde se capta investimentos estrangeiro.

Quais foram os acontecimentos/momentos políticos para si mais marcantes na história do PS?

A democracia portuguesa é o primeiro grande marco que eu associo ao Partido Socialista. Eu era muito pequena no 25 de Abril, mas desde que comecei a ter consciência política que associo o Partido Socialista à história da democracia em Portugal. Depois obviamente Mário Soares e a sua primeira liderança, o trabalho que fomos fazendo na aproximação à Europa, a nossa presença determinante no espaço europeu. As maiorias absolutas, a primeira do engenheiro António Guterres, depois a do engenheiro Sócrates, depois a de António Costa, são os grandes momentos que eu associo ao nosso percurso.

Parece-me absolutamente essencial a primeira Constituição da República em que o Partido Socialista foi protagonista, portanto, a consagração dos direitos, [bem como] o funcionamento das instituições democráticas. Tudo isso tem a chancela e a assinatura do Partido Socialista.

Quem foram/são para si as maiores referências ou as referências fundamentais do PS, que mais a influenciaram ou inspiraram?

Obviamente Mário Soares, em termos do percurso, não de uma relação direta, mas da admiração que tinha à distância enquanto jovem, do trabalho, da liderança e da personalidade forte. O engenheiro António Guterres, que me marca muito com o seu humanismo, com a sua capacidade agregadora, com a sua visão, é uma figura altamente inspiradora.

Depois em termos locais, duas figuras: Narciso Miranda, que era o Presidente [da Câmara] com quem comecei a trabalhar, mas, sem dúvida, o Guilherme Pinto, que foi meu colega durante muitos anos, mais tarde Presidente [da Câmara] e que eu considero um grande visionário da política, mas também um homem com grande capacidade de ação. E António Costa, a pessoa com quem mais me identifico do ponto de vista político, a minha referência, a minha inspiração, com quem me identifico na visão que tem, na capacidade de ação. Sem dúvida que é decisivo para Portugal termos uma pessoa [como António Costa] a liderar-nos, ao país e a nós enquanto socialistas também.

Que papel diferenciador é que o PS pode ter a nível autárquico?

O poder local democrático é uma das grandes conquistas da democracia portuguesa. Muito do que o país é deve-se à intervenção do poder local, das Câmaras Municipais, das Juntas de Freguesia, das Assembleias Municipais e obviamente que a presença do Partido Socialista é indissociável do percurso que o poder local fez em Portugal. Embora ao nível local as diferenças do ponto de vista do quadrante ideológico e partidário sejam menos visíveis do que nas políticas nacionais, ainda assim, os instrumentos que foram criados a nível central para serem usados ao nível municipal também resultaram muito das visões dos autarcas e a presença fortíssima do Partido Socialista no poder local alavancou as comunidades. A visão de sociedade integral, do reforço às populações mais vulneráveis, da realização dos investimentos que permitam alavancar zonas do território que precisam do investimento público, tudo isso foi decisivo e é indissociável também da presença do Partido Socialista. Durante muito deste período da democracia portuguesa, o Partido Socialista teve a maioria das autarquias em Portugal, como acontece atualmente, e a valorização, a qualificação, a centralidade que o poder local tem na vida das populações, porque muitas vezes, ou a maioria das vezes, são as entidades locais que satisfazem as primeiras necessidades das populações, é uma das grandes marcas do Partido Socialista da qual me orgulho muito.

Quais as questões mais desafiantes que se colocam ao presente e ao futuro do PS?

O Partido Socialista e a democracia vivem grandes desafios. Diria que a Humanidade vive grandes desafios! Vivemos num momento de transição a vários níveis, do ponto de vista até da sustentabilidade do planeta, a transição ambiental, as alterações climáticas estão a acontecer na nossa vida, isso deixou de ser distante e passou a fazer parte do quotidiano; as novas ferramentas do conhecimento e a inteligência artificial, a digitalização da vida e o distanciamento que isso gera; a dificuldade que temos de nos aproximarmos e de nos mantermos numa relação direta com o eleitorado, o eleitorado tende a afastar-se dos



"O desafio que temos é o de garantir que a democracia portuguesa seja capaz de se manter viva, de não corrermos o risco que alguns movimentos vençam".

“O Partido Socialista tem essa grande responsabilidade, enquanto partido que garantiu a consagração destes direitos, de fazer com que também nas atuais e futuras gerações essa consciência da importância da defesa do direito do próprio, mas também do terceiro, continue a estar presente na vida das pessoas.”

partidos, os mais jovens tendem a considerar tudo isto de que aqui falávamos, o Estado social, a educação, a escola pública, o Serviço Nacional de Saúde, como dado adquirido e pelo qual não é necessário lutar. Temos agora o grande desafio de fazer compreender, sobretudo às gerações que já nasceram com estes direitos consagrados, que não são garantidos, que o perigo espreita, aliás. O Partido Socialista tem essa grande responsabilidade, de fazer com que nas atuais e futuras gerações essa consciência da importância da defesa do direito do próprio mas também do terceiro, continue a estar presente.

E, obviamente, desafios dos tempos de hoje em Portugal, como o envelhecimento da população, a necessidade de termos uma Segurança Social capaz de responder às necessidades da população mais envelhecida, o *gap* demográfico que nos obriga a ter uma nova política de imigração; com ela os riscos dos discursos da xenofobia que podem dar azo a que fenómenos extremistas de direita cresçam no nosso espectro. E, portanto, o desafio que temos é o de garantir que a democracia portuguesa seja capaz de se manter viva, de não correremos o risco que alguns movimentos vençam, na medida em que a mensagem que passam é a de que os partidos políticos nem sequer são necessários, a participação cívica é decisiva e fundamental e bastante para o funcionamento da sociedade como temos. Os desafios de uma economia cada vez mais competitiva, cada vez mais aberta; a globalização, a concentração dos rendimentos que é cada vez maior num número cada mais reduzido de pessoas, isso significa que também temos de ter uma política do ponto de vista social que não replique essas desigualdades.

O socialismo e a social-democracia são história ou resposta para o futuro?

Não tenho dúvidas de que o socialismo democrático e social-democracia são [uma resposta] de presente e de futuro. É verdade que temos vindo a assistir na Europa a fenómenos contrários e, portanto, corremos o risco de ver alguns movimentos de direita, até extremistas, crescerem, o que é um perigo para a democracia na Europa. Mas creio que Portugal é a grande prova de que o socialismo democrático é a ideologia política do presente e do futuro. O nosso país lidera pelo exemplo e podemos demonstrá-lo a vários níveis: se começarmos pela educação, tivemos a redução mais significativa dos níveis de abandono escolar do absentismo e de melhoramento dos resultados, apostamos forte na educação, quer do ponto de vista dos programas, quer do ponto de vista dos equipamentos, temos um parque escolar e políticas educativas e recursos de topo. Temos, por outro lado, os níveis de emprego mais altos dos últimos 20 anos, quer do emprego jovem, quer do emprego em geral, mesmo depois de vivermos uma fase de dificuldades acrescidas como foi a pandemia e a guerra na Europa. Portugal continua a dar o exemplo do bom aluno em termos de emprego, mas paralelamente também da captação de investimento, continuamos a ser um espaço que as empresas internacionais escolhem para fazer os seus investimentos. O apoio aos mais vulneráveis, a definição de políticas de suporte

às camadas mais frágeis da população, termos sido o partido que criou o Rendimento Mínimo, que criou Complemento Social para Idosos, significa que nós olhamos para a sociedade como um todo, desde aquelas camadas que estão numa situação mais vulnerável e que precisam do Estado para as apoiar, até às grandes empresas internacionais para quem somos um ambiente amigável para investir. [Temos] grande capacidade de captação de investimento, o facto de atrairmos pessoas de todas as nacionalidades por sermos um país seguro, por sermos um país com boas condições, quer de rede rodoviária, quer de equipamentos de saúde, isso significa que as políticas que fomos desenvolvendo ao longo destes anos muito graças à marca do Partido Socialista demonstraram que o socialismo democrático é aquele que mais consegue garantir que não fica ninguém para trás e que há uma verdadeira igualdade de oportunidades.

Portanto, não vejo se não futuro na social-democracia, mas mais importante do que ser a minha opinião, porque sou suspeita obviamente, creio que aquilo que tem acontecido em Portugal nos últimos tempos mostra que o Partido Socialista representa a vontade da maioria dos portugueses e das portuguesas. Temos sido capazes de adaptar os nossos programas àquilo que são as reais necessidades das pessoas, das famílias, das empresas. Por isso não há melhor mensagem, agora que se está a comemorar os 50 anos, do que percebermos que temos um trajeto já realizado de que nos orgulhamos. Mas, sobretudo, comemoramos os 50 anos com esta perspetiva de confiança no futuro que estamos a construir, [confiança] nos dias de hoje, de recuperar da pandemia e de enfrentar a guerra aqui ao nosso lado. Sabemos que o país que vamos deixar para o futuro com uma marca do Partido Socialista Português é um país moderno, é um país tecnologicamente competitivo, é um país em que as pessoas podem ter o seu emprego, é um país que está a atrair os jovens que tinham saído de Portugal por não terem opções de vida, é um país onde as mulheres têm condições de serem iguais aos homens, é um país que promove essa dignidade da pessoa humana e isso deve-se ao Partido Socialista. •



“Não há melhor mensagem, agora que se está a comemorar os 50 anos, do que percebermos que temos um trajeto já realizado de que nos orgulhamos. Mas, sobretudo, comemoramos 50 anos com esta perspetiva de confiança no futuro que estamos a construir”.

**“O governo do PS a seguir
à troika foi uma contribuição
enorme para a democracia”**

Margarida Marques



Porquê o Partido Socialista?

Se olharmos para aquilo que são os projetos políticos quer no contexto nacional, quer no contexto europeu, o Partido Socialista é o partido que congrega os valores fundamentais, que tem o modelo de sociedade que procura a integração social, que defende a igualdade, que luta contra as desigualdades, que pretende uma sociedade mais solidária e que procura que todos os cidadãos e cada um dos cidadãos possa sentir-se integrado numa sociedade mais justa. Estes são os valores fundamentais do Partido Socialista que têm evoluído ao longo de todo o processo político. Portanto, da mesma forma que era já nestes valores que assentava a luta contra o fascismo antes do 25 de Abril, estes valores têm evoluído no sentido da evolução das próprias dinâmicas sociais e políticas. Hoje estamos muito centrados na luta contra as alterações climáticas, em fazermos a transição climática, em fazermos a transição digital, em termos uma sociedade mais socialmente robusta, mas estes valores são sempre os valores subjacentes. É por isso que há uma expressão que hoje é muito usada, mas não é de todo banal, que é não deixar ninguém para trás. Hoje essa expressão é muito banalizada no discurso político, mas isso é muito assente naquilo que são os valores do Partido Socialista. O Partido Socialista tem uma dimensão da democracia e da liberdade que acho que mais nenhum partido tem da mesma forma.

Conte-nos como foi a sua adesão ao PS. Quando e em que circunstâncias?

Eu sou fundadora da Juventude Socialista, com Alberto Arons de Carvalho, José Leitão e outros. Foram anos extraordinários, foi um privilégio podermos viver naqueles tempos do pós-25 de Abril. Foi uma geração que desse ponto de vista foi privilegiada e fizemos toda aquela fase da transição democrática em Portugal, lutámos pela democracia, e quem viveu esses tempos ou os estudou sabe o que é que significa lutar pela democracia. Começámos logo a ter relações internacionais com outras organizações de juventude em todos os países. Todos queriam vir ver o que se estava a passar em Portugal. Foi muito interessante essa fase que nos permitiu ter também uma dimensão internacional e uma dimensão europeia que esteve sempre no centro, no núcleo duro, das preocupações do Partido Socialista. Por exemplo, em 19 de julho de 1975 organizámos em Portugal o congresso da Juventude Socialista Espanhola na clandestinidade. Estavam a sentir-se os primeiros sinais da transição democrática em Espanha, mas ainda não havia possibilidade da Juventude Socialista do PSOE organizar o congresso e, portanto, realizamos em Portugal, na Praia Grande [Sintra].

É exatamente porque o Partido Socialista se bate pela democracia e assume a dimensão europeia como uma prioridade da ação que Mário Soares pede a adesão à União Europeia. Usa dois argumentos fundamentalmente: a

MARGARIDA MARQUES nasceu no Bombarral em 1954. Frequentava o segundo ano da faculdade na Universidade Nova de Lisboa quando se deu o 25 de Abril de 1974. Da participação no movimento associativo e das “discussões infundáveis noite dentro” com outras pessoas próximas do PS, nasceu a Juventude Socialista que ajudou a fundar e da qual foi a terceira Secretária-Geral e a primeira mulher. Dividiu a vida profissional entre Lisboa e Bruxelas: foi deputada à Assembleia da República, funcionária da Comissão Europeia durante 21 anos, assumiu o cargo de Secretária de Estado dos Assuntos Europeus em 2015 e é deputada ao Parlamento Europeu desde 2019.

“O Partido Socialista tem uma dimensão da democracia e da liberdade que acho que mais nenhum partido tem da mesma forma.”

consolidação da democracia em Portugal e o crescimento económico e social e a coesão social que viriam da adesão de Portugal à União Europeia, pelo acesso a fundos europeus, por estarmos num espaço económico, no mercado interno e por atrairmos investimento estrangeiro.

[Regressando à JS], a JS nasce logo 1974, já fomos todos juntos ao 1º de Maio de 1974. Há uma primeira reunião, uma convenção nacional na Costa da Caparica e depois a partir daí entramos num ciclo de congressos normal. A JS tem uma certa autonomia política relativamente ao PS no sentido de incorporar aquilo que são as preocupações dos jovens. Eu citaria nessa altura duas crises, se é que podemos chamar assim. A primeira dá-se no segundo congresso da JS, em que há uma ala trotskista dentro da JS, como aliás existia na maior parte das juventudes socialistas nos países da União Europeia, o chamado entrismo trotskista. A ala trotskista perde o segundo congresso contra nós por cinco votos e sai do PS. A segunda dificuldade ou crise é com Sottomayor Cardia como Ministro da Educação. Ali havia um desafio fundamental entre a contestação dos estudantes contra o ministro, que eu diria que era uma contestação tradicional porque estávamos num momento em que não era preciso muito para haver contestação, e nalguns casos justificável. Foi ali uma transição entre o revolucionário e o democrático, embora institucionalmente já fosse depois das primeiras eleições livres, mas socialmente e politicamente ainda estávamos nessa transição e, de facto, tivemos problemas significativos no sentido de ser difícil equilibrar um discurso entre a solidariedade com o governo e a voz dos estudantes. Acho que esse foi um momento muito interessante na vida da JS. O primeiro Secretário-Geral, que na altura se chamava Secretário Coordenador, é Arons de Carvalho, o segundo é José Leitão e a terceira sou eu. Como Secretária-Geral da JS marquei muito a questão da autonomia relativamente ao partido em várias coisas, como a questão do aborto, uma questão que hoje é pouco entendida que é o Estatuto dos objetores de consciência, que eram jovens que se recusavam a fazer o serviço militar obrigatório, um estatuto que não existia em Portugal. Conseguimos aprovar um estatuto sobre objetores de consciência, tivemos várias lutas sobre as questões ecológicas, fizemos uma campanha contra a instalação de uma central nuclear em Sayago, a luta contra o nuclear já era uma questão importante na nossa programação e, portanto, introduzimos temas que não eram ‘mainstream’ do debate político em Portugal: aborto, nuclear, estatuto dos objetores de consciência, o estatuto das associações de estudantes e das associações de jovens e criámos o Conselho Nacional de Juventude. Enquanto Secretária-Geral da JS convidei todas as organizações de juventude, políticas, religiosas ambientalistas, objetores de consciência, associações de juventude das centrais sindicais dos diferentes partidos políticos, no sentido de criarmos o Conselho Nacional de Juventude. Estas foram as marcas fundamentais do meu mandato. Fui deputada entre 1983 e 1985 como Secretária-Geral da JS, fui candidata nas eleições seguintes, em que o PS perdeu praticamente metade dos votos, depois do governo do bloco central.

Tive sempre uma vida profissional paralela à vida política. Nunca deixei o PS, tive sempre uma atividade política no PS, procurando equilibrar entre uma atividade profissional que me desse uma autonomia pessoal e o envolvimento político, e, nalguns momentos com maior visibilidade, com mais responsabilidade, e noutros momentos com uma maior descrição e com menos visibilidade do ponto de vista da minha relação com o PS.

Como era ser mulher na política e à frente de uma organização partidária na década de 70?

Num mundo de homens, claramente. Na bancada [parlamentar] do PS havia duas ou três mulheres. Acho que as feministas, mesmo fora do Partido Socialista, como a Antónia Palla e outras, tinham uma grande satisfação em eu ser [líder da JS] e tive aí sempre muita solidariedade, muito apoio externo de mulheres que eram líderes de organizações de mulheres, feministas, ativistas, etc. Dentro do PS, Mário Soares tinha comigo uma divergência política porque me “acusava” de eu estar ligada afetiva, psicológica e politicamente ao ex-secretariado e, portanto, eu acho que era essa a dimensão que ele fazia prevalecer e não o facto de eu ser mulher. Essa foi uma dificuldade adicional no exercício do meu trabalho político.

Outra dificuldade que eu tive foi ter um filho enquanto era deputada, ou seja, não estava previsto que houvesse mães [deputadas], não havia no regulamento do Parlamento nada que protegesse uma mulher na maternidade. Eu fiquei em casa durante um tempo - digamos que “ficar em casa” era a única expressão -, mas durante esse tempo o PS perdeu um voto no plenário. Felizmente era um governo do bloco central, tinha sempre assegurado os votos do PS e do PSD, portanto, não punha em causa a decisão política, mas era claramente uma fragilização.

Na sua opinião, qual foi o contributo mais importante do PS para a democracia portuguesa?

A contribuição do PS para a democracia é evidente desde a sua história. Desde logo o combate pela democracia nos anos 70, o assumir do modelo democrático, o



“Da mesma forma em que nos tivemos de bater pela democracia em 1975, neste momento temos de nos bater pela democracia no seu pleno.”

"É fundamental o reforço das correntes socialistas e social-democráticas na Europa porque que é a única forma de combater a extrema-direita antidemocrática."

modelo democrático de democracia ocidental como nós utilizamos. Hoje utiliza-se a expressão democracia liberal, que eu devo dizer que não aprecio, especialmente porque acho que uma democracia iliberal não é uma democracia, mas isso é a minha contestação do conceito. Portanto, o primeiro contributo é de facto o combate pela democracia nos anos 70. Depois, a adesão à União Europeia, que é claramente a consolidação da democracia e a adesão a um modelo de democracia que é o nosso. Mais recentemente, o governo do PS a seguir à troika. Penso que foi uma contribuição enorme para a democracia no sentido em que repôs os direitos das pessoas, os direitos dos cidadãos. A reposição de direitos a partir de 2015 é uma contribuição importante para a democracia. Hoje, muitos estudos que existem sobre esta matéria revelam que a extrema-direita antidemocrática começa a crescer na Europa com a resposta europeia à crise das dívidas soberanas. Essa resposta foi geradora de grandes desigualdades e a extrema-direita aproveita essas desigualdades para crescer, usa esse combate político, usa outros claramente como a questão das migrações e dos refugiados, mas a questão das desigualdades geradas pela resposta à crise em 2011 foi alimento para a extrema-direita.

Quais foram os acontecimentos/momentos políticos para si mais marcantes na história do PS?

As primeiras eleições democráticas, não só a realização das eleições propriamente ditas, mas a participação das pessoas que foi incrível. A adesão à União Europeia, acho que foi a mudança da história de Portugal. Do ponto de vista político acho que são as duas coisas mais marcantes. Evidentemente a fundação da JS. O primeiro 1º de Maio, foi de facto uma coisa deslumbrante. A minha eleição como Secretária-Geral da JS, evidentemente.

Acho que Portugal fez Presidências [do Conselho da União Europeia] extraordinárias, acho que todas foram muito marcantes.

Quem foram/são para si as maiores referências ou as referências fundamentais do PS que mais a influenciaram ou inspiraram?

A minha referência fundamental no PS é Jorge Sampaio. Tenho uma enorme admiração por António Guterres, por António Costa, por outras pessoas, muitas... mas eu diria que Sampaio é uma grande referência no PS. Mário Soares também é, como fundador, todos os Secretários-Gerais e outras figuras do PS têm deixado marcas na história do PS e na história do país. Mas Sampaio tinha um estilo completamente diferente.

Quais as questões mais desafiantes que se colocam ao presente e ao futuro do PS?

Acho que o primeiro combate do Partido Socialista, à data desta entrevista [2 de junho 2023] é manter a estabilidade governativa, ou seja, respeitar o calendário eleitoral, respeitar os processos democráticos, respeitar o voto dos cidadãos. Eu acho que esse é um desafio, não só para o Partido Socialista, para a democracia em Portugal. Às vezes sinto que o combate que nós travamos hoje é um combate

paralelo àquele que nós travámos em 1975 na defesa da democracia. Hoje com atores diferentes, mas da mesma forma em que nos tivemos de bater pela democracia em 1975, neste momento temos de nos bater pela democracia no seu pleno. E a democracia é também o respeito das regras de funcionamento da democracia. E a questão da separação de poderes, a questão do respeito das instituições não podem ser palavras vãs. E aí faço um paralelismo com a luta que o PS travou nos anos 70 pela democracia. E depois esta luta tem outras questões, como a questão do combate às desigualdades, mas também a questão do combate à extrema-direita, seja ela teoricamente mais suavizada ou menos suavizada, mas acho que há um combate à extrema-direita porque a extrema-direita não respeita a democracia nem respeita as instituições.

Diria que os desafios dos jovens na década de 1970 são os mesmos desafios dos jovens hoje?

Eu acho que são os mesmos para o seu tempo. Ou seja, pensar naquilo que eram os desafios e a ambição dos jovens naquela época teria de ser contextualizado àquela época. E a contextualização que eu faria nessa altura é a contextualização que faço hoje. Nós lutávamos pelo emprego dos jovens, por salários dignos, pela capacidade dos jovens poderem intervir na escola, criar associações de estudantes, intervir e interferir na gestão das escolas, a capacidade de criar, de integrar e de organizar o movimento associativo mesmo fora das organizações partidárias. Os desafios dos jovens hoje em dia têm características muito semelhantes às que tinham naquele tempo sendo que os tempos hoje são diferentes.

O socialismo e a social-democracia são história ou resposta para o futuro?

São uma resposta de futuro, claramente. Não tenho dúvidas sobre isso. Se dúvidas tivesse, no meu observatório que é o Parlamento Europeu, isso é evidente. É fundamental o reforço das correntes socialistas e social-democráticas na Europa porque que é a única forma de combater a extrema-direita antidemocrática. Porque o centro-direita democrático está muito tentado em civilizar, em normalizar a extrema-direita antidemocrática e acho que isso é um risco para o futuro da Europa. •

Margarida Marques na sede da Juventude Socialista quando ocupou o mandato de Secretária Coordenadora (era essa a terminologia na altura, hoje é Secretário ou Secretária-geral) entre 1981 e 1984. esq.

Delegação de 25 mulheres portuguesas, entre elas Margarida Marques, que integravam a “Operação de Boas Vindas às mulheres de Portugal e Espanha” organizada pela Comissão Europeia, recebidas pelo Presidente Mário Soares em 1986. dir.

Fotos cedidas pela própria.



**“Há um valor intrínseco
em poder acompanhar um
partido sendo independente”**

Marta Temido



Porquê o Partido Socialista?

Por várias razões, mas principalmente porque o Partido Socialista é o partido da democracia. Por um lado, pelo papel que teve ainda no tempo da ditadura, com muitos militantes antifascistas e, portanto, um contributo decisivo para aquilo que foi a preparação do trabalho necessário a derrubar o regime. Depois, também pelo próprio papel na defesa de uma democracia pluralista logo no pós-25 de Abril. E hoje pela importância daquilo que é a ação do Partido Socialista na contínua afirmação da democracia. Isto é um aspeto que eu acho que é essencial e basilar ao próprio Partido Socialista. Também porque é o partido da luta por uma sociedade mais justa e mais solidária. E naturalmente essa sociedade mais justa e mais solidária é uma sociedade em construção, portanto, é um trabalho também de persistência e de tenacidade e acho que esse é um valor muito importante, o valor de não aceitarmos fatalismos, não nos conformarmos, por último, porque é simultaneamente um partido progressista, um partido de causas, desde as causas das minorias, às causas ambientais. E, portanto, destaco estas três dimensões: os valores da democracia, que nunca estão totalmente consolidados, e os tempos que vamos vivendo mostram-nos bem isso, a democracia e a defesa da democracia não é algo que está no passado; depois a luta permanente e constante pelo aperfeiçoamento da sociedade para uma sociedade mais coesa, mais igualitária, e a dimensão da capacidade de acreditar em causas progressistas, modernizadoras, de vanguarda, que construam essa democracia e essa sociedade mais justa de olhos sempre postos no futuro.

Conte-nos como foi a sua adesão ao PS. Como foi esse caminho até se inscrever como militante em 2021?

Eu nunca estive envolvida em juventudes partidárias. Quando estava na faculdade a minha participação social era mais pelo lado de alguns movimentos cívicos e de apoio a causas sociais. Apesar disso, sempre estive próxima dos partidos de esquerda com o voto não necessariamente só no Partido Socialista, e isso quer dizer várias coisas consoante estamos a falar do voto para a Junta de Freguesia ou do voto nas legislativas ou no voto da Presidência da República. Depois há um momento em que eu me torno simpatizante do Partido Socialista para poder votar nas eleições diretas [de 2014] e esse é o primeiro momento mais formal. Independentemente de já acompanhar o Partido Socialista enquanto simpatizante, a inscrição como simpatizante também é um momento porque para aqueles da sociedade civil não militantes, que não se tornaram militantes nessa altura, mas que se puderam inscrever para usar da palavra foi um momento muito importante. A partir daí há um compromisso de maior acompanhamento,

MARTA TEMIDO natural de Coimbra, nasceu em 1974. Licenciou-se em Direito, fez o mestrado em Gestão e Economia da Saúde e mais tarde doutorou-se em Saúde Internacional. Exerceu responsabilidades de administração e gestão em diversos hospitais do Serviço Nacional de Saúde, assim como em outras entidades do setor, nomeadamente na Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, à qual presidiu entre 2013 e 2015. Em 2014 tornou-se formalmente simpatizante do Partido Socialista para poder votar nas eleições diretas do partido e a partir daí “há uma aproximação inequívoca” ao PS. Em 2018 é nomeada Ministra da Saúde enquanto independente, e o seu mandato ficará para sempre marcado pela gestão da pandemia da covid-19. O cartão de militante é-lhe entregue “em direto” no Congresso do PS, em agosto de 2021, quando “já não era possível estar fora [do partido] porque na verdade já estava dentro”.

Ocupa o cargo de deputada à Assembleia da República.

“Com todos os amargos de boca que depois existiram, [a criação da “Geringonça”] é o momento de deslumbramento, de entusiasmo, de renascimento, de acreditar que ia mesmo ser possível fazer um projeto diferente para o país”.

porque quando temos uma palavra na escolha de um candidato ficamos comprometidos e temos uma obrigação maior de estar disponíveis, mas também de vigilância sobre a ação. E, portanto, aí há uma aproximação inequívoca. Várias vezes tive a tentação, a reflexão e até a conversa sobre “e se?” Nunca se proporcionou, até por uma razão simples e muito pragmática: também há um valor intrínseco em poder acompanhar um partido sendo independente. Depois houve um momento em que já não era possível estar fora porque, na verdade, já estava dentro. Estava preocupada com o PS, preocupada com as escolhas do PS, com o seu projeto político e, num momento que também tinha características próprias tornei-me militante.

Na sua opinião, qual foi o contributo mais importante do PS para a democracia portuguesa?

Já referi que o PS foi decisivo para a própria democracia. Eu tenho do PS a perspetiva de que é um partido radicalmente democrata, ou seja, mesmo na vida interna do partido, a democracia, o pluralismo, a diversidade de opiniões, é muito estimulada e isso dá sempre muito trabalho, porque normalmente é mais fácil e mais rápido chegar a soluções monolíticas e de autocracia, mas o PS tem de facto esse contributo essencial.

Sob o ponto de vista mais geral, não posso deixar de falar na saúde. Acho que é evidente que a construção do Serviço Nacional de Saúde e o nome de António Arnaut são indissociáveis daquilo que é a vida do Partido Socialista e dos contributos do Partido Socialista para a sociedade portuguesa. Não estamos a falar só do resgatar da situação de falta de acesso a cuidados de saúde – e quando digo falta de acesso não é listas de espera ou dificuldades de acesso, é mesmo o não acesso a cuidados de saúde, embora o caminho sempre inacabado ao acesso universal a cuidados de saúde – [falo] das políticas de droga, com a retirada do elenco das penas do consumo, das políticas de redução de danos, das políticas em relação aos cuidados continuados... Na área da saúde o PS sempre foi o partido progressista.

Depois há outro passo, que eu acho que os portugueses reconhecem, que é o contributo do PS para a integração do país na União Europeia. A capacidade de logo a seguir à democracia ter essa visão de que não bastava ter derrubado o regime totalitário, era preciso virar [Portugal] para a Europa e para esse espaço comum onde nos integramos, numa lógica de espaço aberto ao mundo. [Resumindo] acho que estes três aspetos: a democracia, a questão da saúde, que para mim é essencial na forma onde eu me coloco a olhar para o mundo, e numa ótica mais genérica o processo e a disponibilidade para construir uma Europa onde todos tenham sempre lugar.

Quais foram os acontecimentos/momentos políticos para si mais marcantes na história do PS?

Eu ouço ainda a voz do doutor Mário Soares. Nasci em 1974 e todos aqueles

debates mais acesos são para mim uma memória histórica. Lembro-me dos 1º de Maio e também de alguma disputa entre os partidos da esquerda pela presença na rua, com alguma incompreensão porque não percebia muito bem porque é que havia aquelas tensões...

Mas o grande momento para mim é o momento em que se consegue construir a célebre “Geringonça”. É o momento que me está mais próximo face à minha militância recente, é o momento de um enorme empolgação e de um deslumbramento daqueles que têm uma visão de acordo com o conjunto de princípios e que acham que faz sentido que a esquerda trabalhe em conjunto na afirmação de um conjunto de escolhas. E, portanto, com todos os amargos de boca que depois existiram - e pessoalmente, politicamente tive vários - esse é o momento de deslumbramento, de entusiasmo, de renascimento, de acreditar que ia mesmo ser possível fazer um projeto diferente para o país.

Quem foram/são para si as maiores referências ou as referências fundamentais do PS que mais a influenciaram ou inspiraram?

Não podia deixar de referir António Arnaut porque conheci pessoalmente, bastante bem, fui estagiária no escritório de advocacia dele, do filho e de outros associados, em Coimbra. Aliás, tive a sorte de ter aulas de ética e deontologia com ele, era uma figura que nos inspirava e que tinha princípios muito sólidos em relação à construção do Serviço Nacional de Saúde.

Uma inspiração: Jorge Sampaio. Pela capacidade de sonhar e pela capacidade de proximidade também. Era um homem inteligentíssimo, com uma visão notável, que teve uma vida recheada de momentos que nos inspiram. Tinha ele próprio um ar, uma fisionomia de sonhador, portanto, isso também fazia parte da mística, digamos assim. Olhando para trás e olhando sobretudo para



“A maior ameaça [à social-democracia] é a nossa dificuldade na concretização, porque o nosso projeto é de tal forma ambicioso e inconformista que muitas vezes se torna difícil e serão sempre aperfeiçoáveis as respostas que em cada momento se vão encontrando”.

"O socialismo não terá um fim, é uma evolução continuada porque é aspiracional e tem naturalmente futuro porque há sempre mais para fazer, há sempre mais para concretizar."

o presente, penso: que diferença! Conseguimos ter um Presidente que não só cuidava daquilo que eram os equilíbrios, mas também [um homem] preocupado com as causas do mundo, que olhava não só para o curto prazo e para a espuma dos dias e para as lutas pelo poder, como foi capaz de tomar decisões de uma enorme equidistância, que lhe custaram relações pessoais provavelmente, e que foi capaz de ter no mundo um papel tão importante como o de inspirar a causa dos estudantes sírios, a luta contra a tuberculose, Timor, o HIV... não ficou aqui no "retângulo" e, de facto, nós não podemos pensar em ficar presos ao nosso umbigo, aquelas coisas pequeninas e comezinhas, porque isso é o princípio do fim.

Quais as questões mais desafiantes que se colocam ao presente e ao futuro do PS?

São muitas, mas destaco duas. A democracia porque a democracia está em risco. A descredibilização das instituições, da justiça, da Assembleia da República, dos tribunais, é claramente uma fragilização da democracia e nós não só vemos isso como temos sinais de que isso está a acontecer. Não é só o confrontarmos-nos com isso, é ter sinais! Até na forma como na comunicação às vezes passam determinadas notícias que é suposto serem segredo justiça, em que é suposto haver uma proteção da presunção da inocência e às páginas tantas já é tudo uma história e já não sabemos onde é que começa e onde é que acaba. Aliás, não sei se o fundamento de tudo não é mesmo essa crise da comunicação social e de falta de maior qualidade da comunicação social...

Por outro lado, a luta contra a pobreza e as desigualdades. Sempre! Todos os dias! Uma luta contínua que está muitíssimo longe de estar acabada. No contexto da revisão constitucional fala-se da ideia da inscrição da erradicação da pobreza como uma ideia possível. É bom que as Constituições tenham essa marca aspiracional, mas temos ainda muitos passos para dar em relação aos temas que têm a ver com a pobreza no nosso dia-a-dia. As pessoas precisam de respostas que sejam claras e que respondam efetivamente aos problemas. Portanto, essa é a outra dificuldade. Não basta afirmar princípios, é preciso encontrar soluções participadas.

A universalização da saúde ainda está por concretizar em muitos domínios, a habitação digna e financeiramente sustentável é hoje um problema enorme, as questões da escola pública, apesar de todos os enormes sucessos que atingimos em termos de resultados, ainda têm necessidade de melhoria em grupos etários que não apanharam necessariamente esse 'boom' da escola pública e que se relacionam connosco e que nós não podemos esquecer. Há muito trabalho para fazer.

O socialismo e a social-democracia são história ou resposta para o futuro?

Por tudo o que já disse são naturalmente uma resposta para o futuro. Porque todos os problemas que justificaram que os movimentos socialistas e de social-democracia emergissem, permanecem hoje na nossa sociedade,

não têm exatamente as mesmas configurações, mas evidentemente que esta questão da luta por uma sociedade mais justa, mais solidária, é um trabalho contínuo, está longe de estar acabado. E para aqueles que tendem a achar que a economia de mercado e o mercado resolvem tudo, a sociedade está cheia de provas de que assim não é. Tanto assim não é que quando a economia de mercado falha se procura o Estado e isso aconteceu nas crises financeiras, aconteceu nas crises sanitárias, aconteceu nas crises políticas e, portanto, não há dúvida nenhuma de que nós precisamos que a dimensão social exista e seja intrínseca ao desenho do mundo e ao desenho do futuro. Não quereria viver numa sociedade que abdicasse desta forma de estar, destas escolhas. E por isso é que me revejo nelas e por isso é que continuo a lutar por elas, de uma forma mais ou menos visível.

Ameaças há muitas e a maior ameaça é a nossa dificuldade na concretização, porque o nosso projeto é de tal forma ambicioso e inconformista que muitas vezes se torna difícil e serão sempre aperfeiçoáveis as respostas que em cada momento se vão encontrando. Acho que o socialismo não terá um fim, é uma evolução continuada porque é aspiracional e tem naturalmente futuro porque há sempre mais para fazer, há sempre mais para concretizar. Muitas vezes pensamos na nossa sociedade em termos dos problemas que estão em cima da mesa, mas esquecemo-nos que por trás desses problemas que estão em cima da mesa normalmente há – volto a falar no jargão da saúde – aquilo a que chamamos determinantes sociais e que são os preditores do insucesso escolar, da má saúde, da dificuldade de integração, das condutas criminosas, da fraca saúde mental, e isso tudo se resolve com uma sociedade mais solidária, mãos coesa e mais justa e, portanto, há e haverá, não só em Portugal, muito trabalho para fazer nesse sentido, sobretudo se sairmos só da nossa perspetiva, ou do país ou de Europa. A construção de uma sociedade mais justa não é aqui no bairro, ou na minha cidade ou sequer no meu país. Quase que me apetece dizer que infelizmente há muito futuro porque há muito trabalho pela frente. •

“Na área da saúde o PS sempre foi o partido progressista”.

Marta Temido recebeu da mão do Secretário-Geral do PS, António Costa, o cartão de militante do PS, durante o XXIII Congresso do Partido Socialista, que se realizou em Portimão, em agosto de 2021.

Fotos de José António Rodrigues/PS.



**“Perante este mundo
em transformação,
a ideia do socialismo é mais
atual do que nunca”**

Miguel Costa Matos



Porquê o Partido Socialista?

Todos os partidos hoje em dia defendem a liberdade. Praticamente todos defendem a igualdade de oportunidades. Muitos defendem a democracia. A questão está em como atingir estes objetivos fundacionais de uma democracia liberal. E o Partido Socialista, mais do que nenhum outro, defende que se consigam estes objetivos através do Estado, através da cooperação entre as pessoas. Isso para mim foi o motivo da escolha do Partido Socialista.

Tenho uma família com uma tradição de médicos, uma família que muito beneficiou da escola pública e que apesar de tudo me pôde proporcionar uma vida de algum conforto. Mas é essa noção de que essa oportunidade devia ser distribuída e que só as instituições do Estado o podem fazer, que me conduziu, em primeiro lugar, ao Partido Socialista. Claro que podemos dizer que outros partidos defendem o Estado social, mas vamos verificar e quando chega a ‘hora H’ ou cortam o Estado social ou o privatizam. Subordinam-no a outro tipo de interesses, não o expandem, não o desenvolvem, não o articulam numa base de confiança com as pessoas. E isso foi, como acho que para muitos, um motivo de consciência do coração para aderir ao Partido Socialista do ponto de vista ideológico. Mas do ponto de vista de cabeça, como economista, não poderia deixar de encarar como outros partidos têm uma visão de aceitar a economia como ela está, o mercado como ele é, aceitar despedimentos, desigualdades, aceitar que o nosso país não pode subir salários porque as empresas não aguentam. A visão do Partido Socialista sempre foi outra. Uma visão de desenvolvimento, uma visão de que a competitividade é dinâmica e por isso pode-se obter e obtém-se justamente através do investimento do Estado na inovação, na internacionalização, no alargamento ao interior da base de desenvolvimento económico do país. E é essa dimensão interventiva, em que os modos de intervenção variaram ao longo do tempo, mas em que nunca o Estado se demite da sua função de qualificar a economia, os cidadãos, no fundo as condições materiais da nossa existência. Essa é uma condição que para mim é indispensável para ideologicamente aderir, não só de coração, mas de cabeça, ao Partido Socialista.

Conte-nos como foi a sua adesão ao PS. Quando e em que circunstâncias?

Esse caminho para mim começou em meados 2007, teria os meus 13 anos, e de ver as reformas que o país empreendia na altura, não só a legalização da Interrupção Voluntária da Gravidez, como também o inglês no primeiro ciclo, o programa e-escolas com a distribuição de computadores, o choque tecnológico como um todo, a escola a tempo inteiro, a aposta nas energias renováveis, mas também o desenvolvimento com o aumento do salário

MIGUEL COSTA MATOS

é o atual líder da Juventude Socialista. Nasceu em 1994 no distrito de Lisboa e é economista, formado na Universidade de Warwick, no Reino Unido, e na Nova SBE. Trabalhou como Técnico Superior Especialista no Ministério das Finanças e foi adjunto económico do Gabinete do Primeiro-Ministro entre 2017 e 2019. A primeira vez que visitou a Assembleia da República foi no dia 10 de novembro de 2015, quando os partidos da esquerda apoiaram a moção de rejeição apresentada pelo PS que levou à queda do governo de Passos Coelho. Filho da “geringonça”, que elegeu como um dos acontecimentos marcantes da história do PS, viria a assumir o lugar de deputado em 2019, que mantém atualmente.

“A primeira vez que visitei a Assembleia da República foi no dia em que nós mandámos abaixo o governo de Passos Coelho. E foi um alívio sentirmos que não íamos ter de passar por aquele sofrimento outra vez”.

mínimo, o desenvolvimento de várias medidas de política social naquela altura, como o Complemento Solidário para Idosos, que me cativaram. Fizeram-me perceber que a política faz a diferença na vida das pessoas e para uma família como a minha, que estava habituada à intervenção social do ponto de vista profissional e do ponto de vista cívico, mas nunca do ponto de vista político ou partidário, para mim isso foi um despertar que não tinha paralelo na minha família e obrigou-me a pesquisar declarações de princípio, programas [eleitorais], ler mais notícias, e aí percebi que a minha casa era mesmo esta, era a casa com que eu me identificava politicamente e, portanto, foi a casa em que me inscrevi. No dia 29 de maio de 2008 a minha mãe levou-me até Lisboa e fui entregar a minha ficha na sede da Juventude do Socialista e desde então nunca olhei para trás. Foi um processo que se consolidou no tempo, obviamente com os seus desencantos ao longo de episódios, mas que se consolidou na crise de 2008, no fracasso dos bancos, que demonstrou a importância de os Estados poderem intervir em períodos de crise económica e para debelar o desemprego e as situações de carência; em 2011 e na crise austeritária seguinte em que também deu para perceber que a rutura com o Estado social era profundamente injusta. Portanto, tudo isso foram momentos formativos de trincheiramento naquilo que são as nossas fileiras ideológicas e programáticas.

Na sua opinião, qual foi o contributo mais importante do PS para a democracia portuguesa?

A própria democracia, o evitarmos que a nossa jovem democracia caísse numa ditadura de sinal igual ou sinal contrário. Mas diria que o contributo fundamental foi o desenvolvimento do Estado social, em que todas as instituições praticamente se marcam pelo Partido Socialista ter sido o seu pai e as ter desenvolvido. Acho que isso é a marca identitária do Partido Socialista, é ter sido o partido que conseguiu pôr os jovens no ensino superior, combater o abandono escolar precoce, [lançar] medidas de combate à pobreza, democratizar a educação, criar o Serviço Nacional de Saúde... os investimentos que foram feitos nesse sentido acho que foram muito significativos e não podem ser descurados, porque democracia política sem democracia social é uma democracia de frágil liberdade, em que a liberdade é para quem mais tem e não é verdadeiramente para todos. E é essa ambição histórica a que o Partido Socialista se reconduz perpetuamente.

Quais foram os acontecimentos/momentos políticos para si mais marcantes na história do PS?

Penso que há vários, como o pedido de adesão à União Europeia, marcante! O período da carta do Grupo dos Nove, marcante para o que aí tivemos na construção da nossa democracia. Sem dúvida que houve momentos muito importantes, difíceis e alegres também, mas para mim o mais marcante foi

novembro 2015, depois do mais vil o assalto ao Estado social, termos sido capazes de liderar um projeto de esquerda para recuperar a esperança do nosso país, para recuperar uma visão de futuro para o nosso país, recuperar o Estado social do nosso país e tudo o que isso nos trouxe, estes que vão ser desejavelmente onze anos de prosperidade, de mais igualdade, de mais sustentabilidade. Penso que como é um acontecimento recente é fácil desvalorizá-lo face a tantos outros, mas eu acho que não o podemos desvalorizar porque foi um momento de viragem em que o PS soube estar à altura da sua responsabilidade. E se não o tivéssemos feito, porventura hoje estaríamos como estão outros partidos socialistas, como o francês ou grego, órfãos do povo que queremos representar. Porque soubemos dizer que não e construir algo diferente, hoje o Partido Socialista continua a existir.

Vivi esses dias [da formação da “Gerigonça”] com uma grande emoção. A primeira vez que visitei a Assembleia da República foi no dia em que mandámos abaixo o governo de Passos Coelho. E foi um alívio sentirmos que não íamos ter de passar por aquele sofrimento outra vez... os cortes, os serviços públicos a definharem. E já na altura com os acordos feitos, sentir a enorme esperança desse momento, mas também a audácia. Foi um sonho lindo, hoje quase acabado, mas que representou um despontar de um tempo novo em que [demonstrámos]-e acho que para a minha geração isso é importante – que não somos um Partido Socialista sozinho, não somos um Partido Socialista autossuficiente, não somos um Partido Socialista cheio de si ou que se acha dono da razão. Somos um Partido Socialista charneira como defendia Mário Soares, aberto, dialogante, próximo da sociedade, humilde, que escuta e que também escuta aqueles que estão noutros partidos e esse foi, porventura, também o último legado que Mário Soares nos deixou em vida, o sonho da convergência à esquerda para salvar a democracia, para salvar o Estado social e cumprirmos esse desígnio dele foi também mais um elemento da beleza do que foi esse mês de novembro de 2015.



“Democracia política sem democracia social é uma democracia de frágil liberdade, em que a liberdade é para quem mais tem e não é verdadeiramente para todos.”

"O nosso partido não pode ser daqueles que sempre cá estiveram, mas também tem de ser daqueles que, entretanto, fizeram cá a sua casa, que entretanto se juntaram a nós."

Quem foram/são para si as maiores referências ou as referências fundamentais do PS que mais o influenciaram ou inspiraram?

Mário Soares com certeza, o nosso fundador, pela sua coragem, pela sua enorme inteligência. Mário Soares não era só aquele animal político, era um animal literário, era um historiador, um filósofo, um homem com uma capacidade de escrita invejável, com uma cultura, uma dimensão humana extraordinária, mas ao mesmo tempo um tipo patusco, com todas aquelas histórias que as pessoas contam do seu relacionamento com as pessoas, genuíno, tão genuíno... Acho que nos faz tanta falta isso hoje na política, políticos que mostrem ser seres humanos, porque somos todos seres humanos, mas às vezes achamos que para se ser político precisamos de esconder essa nossa dimensão de humanidade.

A seguinte figura que eu diria que para a nossa geração é, sem dúvida, uma das maiores referências é Jorge Sampaio. Por uma maneira de estar serena, comprometida, convicta, diplomático. É curioso, não é? Aquele que porventura é visto como o maior dos esquerdistas dentro do Partido Socialista, ou seja, uma figura que nunca abdicou daquilo que eram os seus ideais, as suas convicções, era ao mesmo tempo dos mais pragmáticos e dos mais diplomáticos, dos mais serenos. Não se exaltava, não era fleumático. Era o tipo que chorava perante as desigualdades e eu que sou uma pessoa de lágrima fácil, revejo-me muito nessa capacidade de nos conseguirmos colocar na pele dos outros. O facto de ter sido capaz de liderar em algumas áreas fundamentais, por exemplo, da descriminalização das drogas, do ponto de vista de Timor, do ponto de vista da habitação, penso que ele revelou também aí uma enorme capacidade de pensamento estratégico. Por vezes, na espuma dos dias, falta-nos capacidade de planeamento, mas se formos ver a sua governação na Câmara de Lisboa ou do ponto de vista da Presidência [da República], ele tinha uma visão muito racional, muito preparada das coisas e isso é interessante porque nós podemos aproveitar essas qualidades para a nossa própria prática política. Sem dúvida que a dimensão dele como arquiteto dos diálogos à esquerda e sem dúvida a sua visão de um partido aberto a quem vem. O nosso partido não pode ser só daqueles que sempre cá estiveram, mas também tem que ser daqueles que, entretanto, fizeram cá a sua casa, que entretanto se juntaram a nós.

Como terceira figura para compor esta trilogia, António Costa, pelos motivos que já anunciei, por ter tido a coragem de liderar o partido e tomar essa decisão difícil, por ter conquistado estas três vitórias eleitorais. Na primeira não fomos o partido mais votado, mas conseguimos tirar a maioria à direita e conseguimos liderar o governo perante tantas dificuldades.

Há obviamente figuras com muito futuro e que nos deixam esperança para o futuro do nosso partido porque os 50 anos [do PS] não podem ser um ponto de chegada, têm que ser um ponto de partida. E aí lançava uma referência para mim, o meu primeiro secretário-geral da Juventude Socialista, o Duarte

Cordeiro, que além de ser supremamente inteligente, é um ser supremamente cordato, polido, que representa esta síntese entre a coragem de Mário Soares, a sensibilidade, serenidade e diplomacia de Jorge Sampaio e o pragmatismo convicto de António Costa que não se deixa de debelar. É com eles, com António Costa e com Duarte Cordeiro, com quem tive o privilégio de trabalhar, que espero que o partido continue a ter muito futuro e com quem nós possamos continuar a trabalhar.

Quais as questões mais desafiantes que se colocam ao presente e ao futuro do PS?

Eu penso que o mais desafiante para o Partido Socialista no seu futuro tem a ver com uma trilogia, uma pirâmide de três Is: impacto, integridade e intervenção. Impacto na medida em que o Partido Socialista soube manter os seus eleitores porque soube transformar as suas vidas, melhorar os seus rendimentos, as suas condições de trabalho, e acho que nós temos de assegurar continuar a ter um ímpeto reformista e temos de olhar para as novas desigualdades, no clima, no digital, na saúde mental, responder-lhes, temos de conseguir ir onde ainda não fomos, porque já subimos muito o salário mínimo, mas os salários médios ainda não subiram o suficiente, temos de conseguir fazer com que os serviços públicos realmente sejam algo em que as pessoas se revêm, que sentem que têm benefícios, e não algo do qual se sentem alheados e afastados. Portanto, impacto é uma condição *sine qua non*, basilar, do futuro do Partido Socialista.

A integridade é importante porque infelizmente as pessoas têm motivos para estar descrentes da política. Já tiveram vários episódios, que não marcam estruturalmente aquilo que é o carácter de um partido, mas que abrem feridas na

"Somos um Partido Socialista charneira como defendia Mário Soares, aberto, dialogante, próximo da sociedade, humilde, que escuta e que também escuta aqueles que estão noutros partidos."



"Temos de ter a capacidade de perpetuamente nos atualizarmos, reinventarmo-nos, ao mesmo tempo que nos mantemos fiéis àqueles que são os nossos princípios fundacionais."

nossa credibilidade e na nossa autoridade. E nós temos de ser capazes de gerar uma noção de que estamos na política por valores e que fazemos política com integridade.

E a terceira é a intervenção. Se queremos ser um partido com integridade e com impacto, muito disso depende de sabermos ouvir, de não sermos nem tecnocratas, nem populistas, de não sermos arrogantes, sabermos abrir aos outros, abrir a outros partidos, abrir aos movimentos sociais, sobretudo abrir aos nossos próprios militantes. Que falta faz ouvirmos os nossos militantes! Que sede eles têm de partilhar as suas ideias, os seus problemas, eles que dão a cara todos os dias pelo nosso partido de norte a sul, que ouvem os problemas, que sentem os problemas, e quantas vezes realmente ouvimos os contributos que eles têm para dar? Temos de reinventar o nosso partido para estruturalmente estarmos disponíveis para ouvir os nossos militantes, aqueles que perdem o seu tempo para dar à causa socialista, porque sem eles não se faz nada. O partido não pode obviamente ter apenas os votos dos militantes, se não perde eleições, mas sem os militantes seguramente não vai ter os votos das pessoas lá fora. Esta capacidade escutar a intervenção dos outros é absolutamente fundamental.

O socialismo e a social-democracia são história ou resposta para o futuro?

António Arnaut dizia-nos, num famoso discurso que proferiu num evento da Juventude Socialista, que o socialismo é a ideia mais antiga, mas também a mais jovem do mundo. É bonito este paradoxo. É a ideia mais antiga, evocando Antero de Quental, porque o socialismo está sempre [do lado] da revolta contra a injustiça, [do lado] de um trabalhador que não recebe aquilo que ganha... A história do mundo é feita das revoltas dos trabalhadores e antes de haver o nome socialismo já existia cooperação entre trabalhadores, já existia luta, portanto, já existia socialismo. E é a ideia mais jovem do mundo porque é a ideia que se confronta contra a perpétua reinvenção do capitalismo e da sociedade com novas desigualdades, com maneiras de contornar aquelas que são as proteções sociais que nós deixamos. Ao contrário do que alguns diziam, não há uma margem inexorável rumo a algum futuro histórico e nós vemos que a apetência das pessoas por medidas de política redistributiva, políticas sociais, políticas públicas, por mais Estado ou menos Estado, vêm e vão. E por isso temos de ter a capacidade de perpetuamente nos atualizarmos, reinventarmo-nos, ao mesmo tempo que nos mantemos fiéis àqueles que são os nossos princípios fundacionais, porque aquilo que se mantém constante é o nosso compromisso com a dignidade do Ser Humano, com a dignidade social. Filipe Gonzalez falava-nos disto na sua intervenção no jantar em que se comemoraram os 50 anos do Partido Socialista, que perante todas as crises o mais importante é assegurar o valor mais intemporal que é o da dignidade do Ser Humano e justamente nos tempos que aí vêm, de uma globalização mais líquida - ou se calhar já não é líquida, é gasosa -, em que tudo está em todo o lado e ao mesmo

tempo, em que os bens são imateriais e até são digitais, perante a robotização e a economia das plataformas que coloca a atomização total do trabalhador... tudo isto exige novas respostas sociais e tudo isto exige regressar àquela velha máxima que é a cooperação, a cooperação entre cada um de nós para podermos juntos ter a força de enfrentar uma lógica do capital, uma lógica que é muito maior que nós e que nos pretende reduzir e e sujeitar a aceitarmos piores salários, aceitarmos mais horas de trabalho, a aceitarmos a destruição do nosso planeta. A única maneira de nós fazermos face a isso é através da cooperação, através das políticas públicas, através do Estado social e por isso marchámos este ano no 25 de Abril sobre o mote “Liberdade é Estado social” porque a liberdade não pode ser só para aqueles que mais têm, tem de ser para todos.

Portanto, perante este mundo em transformação, com novas desigualdades a surgirem, a ideia do socialismo é mais atual do que nunca e é ao mesmo tempo a ideia mais intemporal da dignidade humana e por isso é um futuro com história. •



“Marchámos este ano no 25 de Abril sobre o mote “Liberdade é Estado Social” porque a liberdade não pode ser só para aqueles que mais têm, tem de ser para todos.”

Miguel Costa Matos com Margarida Marques (ao centro) e Maria Begonha, ambas antigas líderes da Juventude Socialista. em cima

Miguel Costa Matos na manifestação do 25 de abril, na Avenida da Liberdade, em 2021. em baixo

Fotografia de José António Rodrigues/PS.

**“É no PS que se constroem
políticas que dão resposta
ao maior número de pessoas,
de forma mais eficaz
e com coerência”**

Pedro Delgado Alves



Porquê o Partido Socialista?

É talvez a zona ideológica onde me sinto em casa, no sentido em que, pelo seu histórico e no contexto português, o PS é o partido da liberdade, em primeiro lugar, ou seja, construtor da democracia e, em segundo lugar, se olharmos para aquilo que são os desafios do presente e que antecipamos que sejam os desafios do futuro, as respostas que precisamos estão nesta área política. Ou seja, não abandona o campo do debate ideológico porque acha que o Estado tem um papel a desempenhar na correção de desigualdades e na criação de oportunidades, não deixa de ter também uma especial ligação a determinados setores que por vezes não são valorizados da mesma maneira: há um especial apego às políticas culturais, há uma especial atenção, precisamente por causa do seu histórico, à defesa dos Direitos fundamentais. E depois, no quadro das famílias políticas à escala internacional, à escala europeia, é aquele caminho que continua a ser coerente ao fim de mais de século e meio de existência de construção de soluções políticas. É aqui [no PS] que se constroem políticas que abrangem e dão resposta ao maior número de pessoas, de forma mais eficaz e com coerência em permanência. Era quase uma inevitabilidade que eu viesse cá bater à porta.

Conte-nos como foi a sua adesão ao PS. Quando e em que circunstâncias?

Curiosamente, eu adiro ao Partido Socialista propriamente dito de forma relativamente tardia, em 2008, mas sou militante da Juventude Socialista desde 1996. Milito no PS, no sentido amplo das várias organizações do universo do PS, desde a década de 90, o meu pai era militante, foi dirigente sindical e também teve atividade no PS por essa via, os meus avôs de ambos os lados também, portanto, o contexto familiar evidentemente ajudou. Curiosamente, o meu percurso na Juventude Socialista tem duas fases: uma primeira, com muita atividade na vida da estrutura local, da participação autárquica; depois não tive tanta participação durante os primeiros anos da faculdade, tive mais ligação e participação nos órgãos diretivos da faculdade, como a Associação Académica. Só mais tarde, depois de licenciado, já a trabalhar, é que retomei a militância mais ativa. Fiz parte do Secretariado Nacional da JS do Pedro Nuno Santos, depois do Duarte Cordeiro, e só aí é que formalizei [a adesão ao PS].

Na sua opinião, qual foi o contributo mais importante do PS para a democracia portuguesa?

Sem ser injusto para outras fases e outros momentos, o momento fundador é capaz de ser o mais importante. O PS nasce ainda em ditadura, acaba por fazer um caminho de junção de várias correntes da oposição à ditadura, opta por tornar-se um partido ainda antes da revolução. A ausência do PS teria traçado

PEDRO DELGADO ALVES nasceu em 1980 no seio de uma família socialista, o pai e os avôs eram militantes do PS, e seguiu-lhes a ideologia. Começou a colaborar em várias organizações do universo do PS na década de 90, sobretudo a nível autárquico, e em 1996 adere à Juventude Socialista, que viria a liderar mais tarde, entre 2010 e 2012. Foi Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar entre 2013 e 2021 e deputado à Assembleia da República desde 2011. É formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

“O PS nasce ainda em ditadura, acaba por fazer um caminho de junção de várias correntes da oposição à ditadura, opta por tornar-se um partido ainda antes da revolução. A ausência do PS teria traçado um rumo diferente para o país.”

um rumo diferente para o país. Portanto, acho que a construção das instituições democráticas, a defesa da liberdade depois da queda da ditadura e a garantia de que Portugal se tornava uma democracia integrada no espaço europeu, é sem dúvida o papel fundamental. Depois, evidentemente, a integração europeia. Era um desígnio de várias forças políticas, o PS quando esteve no governo pela primeira vez formalizou o pedido, esteve no momento da adesão.

Quais foram os acontecimentos/momentos políticos para si mais marcantes na história do PS?

A primeira memória política que tenho, no sentido de me recordar muito concretamente, é quando o meu pai veio dar a notícia de que haveria segunda volta nas eleições de 1986. São umas eleições interessantes da perspetiva do PS porque as famílias dividiram-se, a minha própria porque eu tinha familiares na campanha do Zenha, outros na campanha da Pintassilgo, o meu pai na campanha do Soares. Depois, a partir daí, acaba por ser quase uma cronologia de atos eleitorais vitoriosos. A vitória do Jorge Sampaio em Lisboa em 1989, depois a eleição de António Guterres, em que participei na campanha. O período em que ganho consciência política, de maior acompanhamento da realidade política, já adolescente, é o fim do cavaquismo, e o que se lhe seguiu, os governos de António Guterres. Há aí uma notória diferença a três ou quatro níveis face à governação anterior. A ideia do diálogo, a mudança de paradigma para um governo que, tendo ou não maioria, está disponível para ouvir os outros, está disponível para fazê-los fazer parte da democracia, é muito mais importante do que o valor que às vezes lhe damos. Depois há ali uma geração de políticas sociais que nascem naquele momento e que são muito significativas, quer na educação, quer na dimensão social. [A criação do] do RSI [Rendimento Social de Inserção] é uma das marcas identificadoras daquela governação. Dez anos após termos aderido à União Europeia, o país tinha feito um progresso muito significativo a vários níveis, a nível infraestrutural, de aposta no investimento, mas estava a faltar o regresso às preocupações com aquilo que deve ser uma função determinante do Estado que é ser um corretor de desigualdades, um promotor da emancipação, ser um elevador social. E há aí um virar da página em 1995. É marcante o facto de se ter feito uma reflexão longa, de se ter preparado os programas governativos com tempo. Eu acho que sempre que o PS conseguiu fazer isso o resultado enraíza-se.

No plano do sistema político, seja na revisão [Constitucional] de 1997, seja mais tarde, o PS também consegue melhorar a qualidade do sistema político e das instituições. A lei da paridade, por exemplo, ou os limites aos mandatos autárquicos, coisas que pontualmente podem parecer pouco, mas que têm também uma linha de coerência com o histórico do PS, de reforço da qualidade das instituições.

Quem foram/são para si as maiores referências ou as referências fundamentais do PS, que mais o influenciaram ou inspiraram?

Mesmo que a minha primeira memória [política] não fosse a passagem de

Mário Soares à segunda volta [nas eleições Presidenciais de 1986], diria sempre Mário Soares por várias razões. Há uma componente mítica, no sentido do fundador, ou seja, daquele que impulsiona, que faz um determinado percurso, que congrega pessoas provenientes de vários setores, desde os clássicos republicanos às pessoas que tinham feito parte da sua militância de resistência no Partido Comunista, e todos constroem o projeto que é o PS, que nasce em 1973 e estando [Mário Soares] no local certo na hora certa, esteve à altura nos momentos em que foi desafiado, especialmente em 1975 e 1976. É alguém que nunca desistiu, que esteve sempre disponível para o combate seguinte, que depois de derrotado numa legislativa continuou a liderar o partido, regressou, voltou a liderar o governo. Depois tem outro facto que o singulariza, que é ter quebrado o ciclo de presidentes militares. Na sua vida pós-presidência não abdicou de continuar a ter opinião, de continuar a participar, de ser candidato numa eleição ao Parlamento Europeu, de ser candidato de novo à Presidência da República. Não se reformou nunca.

Jorge Sampaio é outro dos exemplos. Pelo percurso político antes da ditadura na construção da democracia, pela capacidade de ser um construtor de pontes e alguém que tentava não deixar ninguém de fora do sistema. Esta ideia de que não há portugueses dispensáveis e de que somos todos os necessários, o ser o intérprete daquilo que achava que era o que a República precisava em certo momento, de grande integridade republicana na interpretação das funções, às vezes contra a vontade do próprio partido, gerando choque com os seus camaradas, é um exemplo que, agora que infelizmente nos deixou, acho foi reconhecido por toda a gente.

Quais as questões mais desafiantes que se colocam ao presente e ao futuro do PS?

O Partido Socialista, e talvez os partidos democráticos à escala global, na Europa em particular, enfrentam um primeiro desafio comum, estejam à esquerda ou à direita, tenham percebido o problema ou ainda não. Hoje é muito mais fácil aos populismos crescerem e terem capacidade de pôr em causa as instituições, é mais



“É hoje muito mais difícil explicar políticas públicas que demoram tempo a produzir efeitos, é difícil explicar que as máquinas do Estado demoram às vezes tempo, mais tempo do que o desejável.”

"A forma mais eficaz de lidar com os populismos é retirar-lhes a principal fonte de onde alimentam o medo que depois procuram fomentar, que é o garantir às pessoas qualidade de vida."

fácil cavalgar o descontentamento e propor soluções simples para problemas complexos, e o tempo da comunicação deixou de ser um tempo de reflexão. Portanto, é hoje muito mais difícil explicar políticas públicas que demoram tempo a produzir efeitos, é difícil explicar que as máquinas do Estado demoram tempo, mais tempo do que o desejável. As forças políticas democráticas têm um problema em lidar com o com este desafio populista. A forma mais eficaz de lidar com os populismos é retirar-lhes a principal fonte de onde alimentam o medo que depois procuram fomentar, que é o garantir às pessoas qualidade de vida. Se houver bem-estar é muito mais difícil ao populismo fazer vingar as suas respostas que assentam essencialmente no medo, no medo do exterior, no medo da incerteza, no medo do futuro, no medo da mudança. Acho que este é o principal desafio, não só do PS como de todos os partidos democráticos em Portugal, na Europa e mundo fora.

Mas na resposta a isto vem logo o segundo desafio que é como é que se cria o bem-estar e como é que se evita que os eleitores caiam nos braços de quem não está verdadeiramente interessado no seu bem-estar, apenas nos seus votos. É uma pergunta que tem respostas muito difíceis e das quais muito rapidamente também conseguimos identificar outra vez uma série de desafios. Em primeiro lugar, desde que temos um mundo globalizado temos maior dificuldade em ter intervenções eficazes do Estado, em ter políticas públicas geradoras de igualdade, que combatam as desigualdades e que promovam a emancipação, porque não temos um standart internacional que garanta isto a todos e haverá sempre quem consiga competir noutras circunstâncias porque não tem o mesmo respeito por direitos laborais, o mesmo investimento em políticas públicas e isso gera dificuldades aos países que têm este modelo de economia social de mercado, mas modelo esse que precisa de alguma regulação.

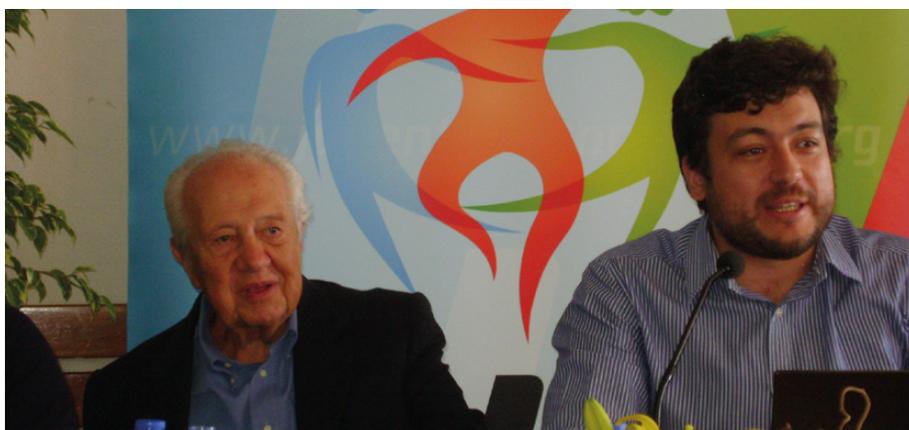
A nossa integração europeia também tem custos que não são de fácil superação, especialmente em momentos de escassez, ou de dificuldade, ou de crise. O reconhecimento de que os 27 [países da União Europeia] são diversificados a nível cultural, económico e social, significa que as políticas públicas não podem ser aplicadas de forma transversal em todos os lados. Portanto, seja o debate que tivemos a propósito da crise das dívidas soberanas, a propósito das migrações, seja o debate que fizemos durante a pandemia ou o debate que estamos a ter agora sobre como reagir à invasão da Ucrânia, em todos estes momentos, evidentemente, não haverá unanimidade entre os 27 e alguns desses problemas que enunciei afetarão uns mais do que outros. Temos todas as vantagens na integração do espaço europeu, mas também sofreremos algumas das consequências.

Olhando para a última década, compreende-se a ideia de que é necessária alguma contenção nas despesas públicas, uma vez que é necessário ter uma trajetória de consolidação da dívida pública para garantir a sustentabilidade futura da saúde orçamental, mas se isto não for encarado com alguma flexibilidade e com alguma inteligência tem como efeito adverso precisamente não ter capacidade de mobilizar as políticas públicas e alienar as pessoas que são a base de tudo

isto e que não podemos deixar cair no braço dos populistas. Portanto, há custos orçamentais, mas também há custos sociais quando somos excessivamente espartanos. Não estou aqui a fazer apologia da irresponsabilidade financeira ou da irresponsabilidade orçamental, acho é que o afinamento entre uma coisa e outra é especialmente difícil e se continuar a prevalecer uma ideia de que muitas destas discussões e decisões são eminentemente técnicas e podem ser decididas por bancos centrais sem legitimidade democrática, torna difícil depois àqueles que prestam contas perante os eleitores explicar como é que estão de mãos atadas.

O socialismo e a social-democracia são história ou resposta para o futuro?

Não passaram à história. Agora, também acho que não seremos justos para com essa história se acharmos que vamos aplicar em 2023 as exatas mesmas fórmulas que a social-democracia ou o socialismo democrático aplicou em 1923 ou no final do século XIX. Há que perceber que há um conjunto de valores, de princípios e de objetivos que são subjacentes a este modelo, que no fundo visa criar uma terceira forma de gerir as sociedades, que não é um modelo capitalista e que também não é um modelo de coletivismo socialista, é uma resposta própria, específica. A social-democracia é uma leitura própria de como é que deve ser a relação entre o Estado e a sociedade e em como é que em conjunto, com sentido de comunidade, se superam as dificuldades. Agora, as dificuldades vão mudando, as capacidades da população também vão mudando, felizmente hoje temos pessoas mais qualificadas e com graus de exigência diferentes. Por isso, esta família ideológica tem de ter capacidade de se adaptar. Adaptar-se não significa tornar-se excessivamente parecida com outras áreas políticas porque não devemos prescindir da capacidade de influenciar a economia e o seu funcionamento, de regulá-la quando necessário, deixá-la respirar nas outras circunstâncias. Quem está do lado da social-democracia e do socialismo democrático reconhece a necessidade de políticas públicas que corrijam os erros do mercado. Mais! Isto não é um capitalismo adaptado! É um modelo específico em que o mapear do papel de cada um deve ser feito para satisfazer da melhor forma as necessidades e os interesses da população. Se o móbil for sempre este, diria que, à partida, prova que o ideário socialista e a social-democrata têm tempo para vingar. •



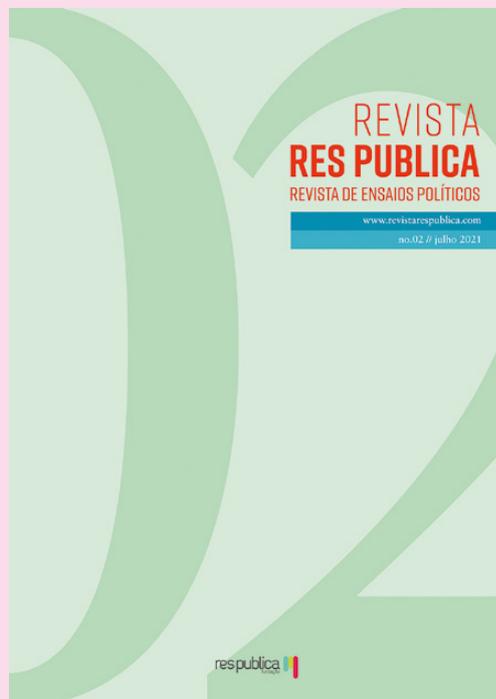
"[A social-democracia] não é um capitalismo adaptado! É um modelo específico em que o mapear do papel de cada um deve ser feito para satisfazer da melhor forma as necessidades e os interesses da população."

Pedro Delgado Alves com Mário Soares numa sessão da Academia Socialista, organizada pela JS em Vila Nova de Milfontes em 2011.

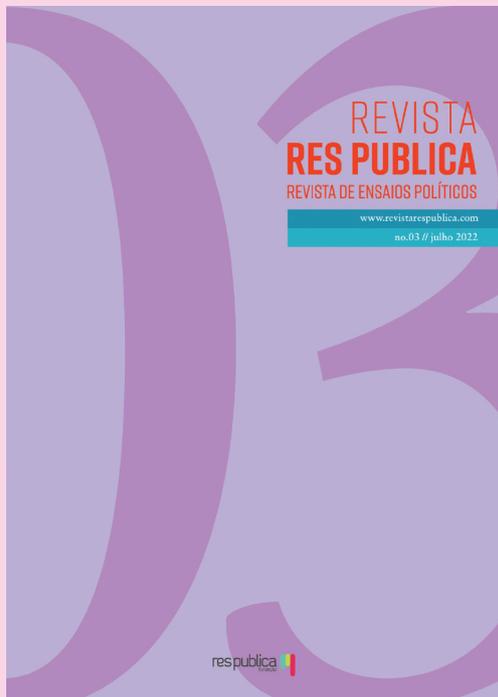
Foto cedida pelo próprio.



número 1
fevereiro 2021



número 2
julho 2021



número 3
julho 2022



número 4
novembro 2023

REVISTA
RES PUBLICA
REVISTA DE ENSAIOS POLÍTICOS